

INFÂNCIA ROUBADA: memórias de empregadas
domésticas no trabalho e na educação escolar

DARLENE SOUSA SILVA



São Luís
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DARLENE SOUSA SILVA

INFÂNCIA ROUBADA: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na
educação escolar

São Luís
2010

DARLENE SOUSA SILVA

INFÂNCIA ROUBADA: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Diomar das Graças Motta.

São Luís
2010

Silva, Darlene Sousa.

Infância roubada: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar / Darlene Sousa Silva. – São Luís, 2010.

121 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Diomar das Graças Motta.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Mestrado em Educação - Universidade Federal do Maranhão, 2010.

1. Trabalho doméstico – Relações de gênero 2. Trabalhadoras infanto-juvenis, 3. Educação – Memória I. Título

CDU 396:331-053.2

DARLENE SOUSA SILVA

INFÂNCIA ROUBADA: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Diomar das Graças Motta (orientadora)

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^a. Dr^a. Maria Arisnete Câmara de Moraes

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof^a. Dr^a. Lélia Cristina Silveira de Moraes

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Às mulheres sofridas, cujas histórias de vida e lutas inspiraram este trabalho e o tornaram possível, com todo meu respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pai eterno de amor e bondade, por estar sempre a meu lado dando-me a orientação necessária para prosseguir, mesmo quando as dúvidas e o desânimo afligiram meu coração.

Aos meus pais, pelo amor, pela vida, pelo apoio e incentivo, por confiarem e acreditarem em mim, por guiarem meus passos e acalmarem meu coração quando tive medo. Por me amarem incondicionalmente. Pai, mãe o meu mais sincero muito obrigado.

A meu marido, amor da minha vida, cúmplice e companheiro. Pelo amor, paciência, cuidado, apoio, incentivo e por iluminar meus dias e aquecer meu coração.

À minha filha Isadora, luz da minha vida, semente do meu amor sobre a terra, por fazer meus dias mais lindos e felizes.

Aos meus irmãos: Domingos, Dorian, Donival, Dílson e Paulo José, por encherem minha vida de carinho e alegria.

À professora Dra. Diomar das Graças Motta, minha orientadora, por tudo de bom que representa: seriedade e rigor científico, sabedoria e bom humor, alegria e juventude, amizade e generosidade. Foi uma honra construir esse trabalho junto com você e a você dedico o meu mais profundo respeito e admiração.

À minha amiga, irmã, mãe, companheira de muitas de lutas, professora Zefinha Bentivi, que me ensinou com leveza e bom humor valiosas lições sobre o trabalho, sobre as pessoas e sobre a vida.

À minha amiga Dirce Maria, presente de Deus em minha vida, pelo incentivo e constante.

A todas as trabalhadoras participantes desta pesquisa, pela confiança de compartilhar comigo suas histórias de vida, mesmo quando isso foi motivo de grande sofrimento, por trazer de volta lembranças dolorosas.

À minha sobrinha Joane, minha filha mais velha e meu mais novo amor. Companheira e ouvinte dos meus desabafos cotidianos.

A Dona Socorro, amiga de todas as horas, por cuidar de mim com carinho e dedicação.

Às minhas amigas e companheiras de luta Késia e Eliana por cuidarem da minha Isadora enquanto precisei estudar.

À minha amiga Rosane, pelo carinho, apoio e incentivo durante toda a trajetória do curso.

Aos colegas de curso, companheiros de uma trajetória de luta, que percorremos com alegria e bom humor; em especial, às amigas Maria José Lobato, Maria José Arouche, Nilza e Magnúcia.

Às Professoras Dr^a. Ilzenir Silva Dias e Dr^a Lélia Cristina Silveira de Moraes pelas valiosas observações feitas durante o exame de qualificação.

A todos os membros da coordenação do mestrado, em especial à Professora Dra. Maria Alice Melo, por sua dedicação.

A todas as professoras e professores do Curso de Mestrado em Educação, pelo aprendizado proporcionado.

A Josuédna, Giselle e Júlio pela atenção e presteza com que sempre nos atendeu.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

“As sociedades nunca poderiam ter vivido, reproduzir-se e desenvolver-se sem o trabalho doméstico das mulheres, mas este é invisível.”

Michele Perrot

RESUMO

Este estudo trata de uma investigação sobre as memórias referentes ao trabalho e educação escolar de mulheres que foram inseridas precocemente no trabalho doméstico. Tem por objetivo resgatar a relação que as mulheres entrevistadas estabelecem com o trabalho doméstico desde a infância, passando pela adolescência até a idade adulta, bem como identificar os determinantes culturais e socioeconômicos da inserção precoce no trabalho doméstico, investigar as condições de trabalho, as principais dificuldades enfrentadas, perfil sócio-econômico das trabalhadoras e suas respectivas famílias, analisando as consequências do trabalho doméstico na educação escolar das trabalhadoras domésticas. Estuda-se a trajetória histórica do trabalho infanto-juvenil a partir da transição do feudalismo para o capitalismo e da revolução industrial, para melhor compreender o problema em sua atual configuração (MARX, 1983, ENGELS, 1985, HUBERMAN, 1986, LIBERATI & DIAS, 2006, MOURA 1999). Aponta-se a pobreza como causa determinante do trabalho infanto-juvenil e as relações de produção engendradas pelo sistema capitalista como a causa da pobreza. (MARX, 1983, ENGELS, 1985, HUBERMAN, 1986, SINGER, 1998, CIPOLA, 2001, BENJAMIN, 1998, CHIAVENATO, 1998). Discute-se o trabalho doméstico sob o prisma das relações de gênero e como este contribui para opressão econômica e psicológica da pessoa mulher. (PERROT, 2007, SAFFIOTI, 1981, SCOTT, 1995, BARBIERE, 1992, MELO, 1998, HAHNER, 1978). Analisa-se a exclusão social da mulher no mercado de trabalho e o estigma da desvalorização do trabalho doméstico. (DUPAS, 1999, BUARQUE, 1999, PERROT, 2007, SAFFIOTI, 1981, SCOTT, 1995, BARBIERE, 1992, MELO, 1998, HAHNER, 1978). Utiliza-se como orientação teórico-metodológica os pressupostos do materialismo histórico dialético, que melhor contemplam a questão do trabalho. Como o sujeito deste estudo é a pessoa mulher, torna-se indispensável uma conjugação com os estudos feministas, com abordagem da categoria relações de gênero. Esta articulação teve o espaço doméstico (local do trabalho dos sujeitos do estudo) e educacional por ser a base da pesquisa. Os resultados da pesquisa revelaram que as trabalhadoras entrevistadas são provenientes de famílias muito pobres, com prole numerosa e de origem rural. Em sua trajetória de trabalho as mulheres entrevistadas declararam que foram vítimas dos mais diversos tipos de violência, incluindo violência física e sexual, além de extensas jornadas de trabalho e desrespeito aos direitos trabalhistas. No que se refere à educação escolar, o trabalho doméstico foi determinante para o abandono dos estudos, baixo grau de escolaridade das trabalhadoras, reprodução e manutenção da perversa condição social.

Palavras chave: Trabalho doméstico. Trabalhadoras infanto-juvenis. Relações de Gênero. Educação. Memória.

ABSTRACT

This is a study about an investigation about memories regarding to work and school education of women that were early inserted in domestic labor. It aims identifying the relationship that these women have with domestic labor since the childhood to the adult age, as well as identify the cultural and socioeconomic aspects of early insertion in domestic labor, investigate the work conditions, the main difficulties faced, the socioeconomic profile of the workers and their families, and also analyze the consequences of domestic labor in school education of the domestic workers. (MARX, 1983, ENGELS, 1985, HUBERMAN, 1986, LIBERATI & DIAS, 2006, MOURA 1999). Was studied the historical trajectory of infant-juvenile work from the transition of feudalism to capitalism and the industrial revolution to better comprehend the problem in its modern configuration. It is identified the poverty as a main cause of domestic work and the relations of production in a capitalist system as the cause of poverty. (MARX, 1983, ENGELS, 1985, HUBERMAN, 1986, SINGER, 1998, CIPOLA, 2001, BENJAMIN, 1998, CHIAVENATO, 1998). Is discussed the domestic labor by the point of view of the gender relationships and how it contributes to economical and psychological oppression of women. (PERROT, 2007, SAFFIOTI, 1981, SCOTT, 1995, BARBIERE, 1992, MELO, 1998, HAHNER, 1978). It is analyzed the social exclusion of women in labor market and the stigma of domestic labor depreciation. (DUPAS, 1999, BUARQUE, 1999, PERROT, 2007, SAFFIOTI, 1981, SCOTT, 1995, BARBIERE, 1992, MELO, 1998, HAHNER, 1978). Is used as theoretical and methodological orientation the assumptions of historical and dialectical materialism, which better addresses the issue of labor. Taking in consideration that our study is about the woman, it is indispensable a conjunction with feminist studies, by the point of view of gender relationships. This study was based on the domestic and scholar spaces, where the subject of this study works and attends. The result of this research reveals that the women workers come from very poor and big families, with large number of children and of rural origins. In their trajectory of work the women interviewed declared that they suffered several kinds of violence, including physical and sexual violence, in addition to extended working hours and disrespect to labor rights. Regarding to school education, the domestic work was determinative to the school abandon, low level of scholarship of the workers and reproduction of the unfair social conditions.

Key words: Domestic Labor. Children and youth workers. Gender Relationships. Education. Memory.

LISTA DE SIGLAS

ANDI	- Agência de Notícias dos Direitos da Infância
AVC	- Acidente Vascular Cerebral
CLT	- Consolidação das Leis Trabalhistas
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC-MG	- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SINDOMÉSTICO-MA	- Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) Domésticos (as) do Estado do Maranhão
SM	- Salário Mínimo
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Questões de pesquisa e categorias de análise.....	17
Quadro 2	Idade atual e de início do trabalho como domésticas das mulheres entrevistadas.....	19
Quadro 3	Cidade de origem das entrevistadas.....	73
Quadro 4	Resumo da situação das entrevistadas quanto à educação escolar.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: OS CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	15
2	O TRABALHO NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS.....	22
2.1	O trabalho como condição de existência.....	22
2.2	Acumulação, exploração e pobreza.....	23
2.3	Categorizações do trabalho.....	26
3	O TRABALHO DOMÉSTICO DA CRIANÇA, DA MENINA, DA MULHER: DESVALORIZAÇÃO SOCIAL E ESCOLARIDADE COMPROMETIDA.....	29
3.1	Um breve resgate histórico sobre o trabalho infanto-juvenil.....	29
3.2	A realidade do trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil.....	33
3.3	Os determinantes culturais e socioeconômicos da inserção precoce.....	36
3.4	O trabalho doméstico e o estigma da desvalorização.....	38
3.5	O projeto de educação das sociedades capitalistas: “não há vagas para domésticas”.....	41
4	O TRABALHO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	47
4.1	A exclusão social da mulher no mercado de trabalho.....	50
4.2	A mulher, o trabalho e a empregada doméstica.....	54
5	DOMÉSTICAS MARANHENSES: MEMÓRIAS DA INFÂNCIA ROUBADA.....	57
5.1	Conhecendo os sujeitos: histórias de vida, luta e resistência.....	58
5.2	A família de origem, condições de vida e exposição à violência.....	72
5.3	Na infância, a socialização para o trabalho doméstico.....	78
5.4	A dor da separação: saudade, medo e vulnerabilidade.....	84
5.5	No cotidiano de trabalho, exploração e violência.....	85
5.6	A educação escolar: direito negado – histórias de evasão e repetência.....	92
5.7	A continuidade do trabalho doméstico na vida adulta.....	101
5.8	A subversão da ordem: sindicalização e outras formas de resistência.....	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE.....	120

1 INTRODUÇÃO – OS CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Em agosto de 2004, em vias de concluir o curso de licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão, fui¹ encaminhada pela coordenação do curso a uma escola da rede estadual de ensino para realização do estágio curricular. Não era a minha primeira experiência na docência, pois, graduada, também, em Ciências Econômicas desde 2001, já lecionava na educação superior há pouco mais de um ano. Entretanto, na condição de professora, ou melhor, de aprendiz de professora, encontrava-me pela primeira vez, diante de salas de aula repletas de crianças e adolescentes. Confesso que foi uma visão a princípio assustadora. Contudo, o susto virou afeto e os meses seguintes converteram-se em momentos de grande aprendizado.

Os conflitos iniciais despertaram em mim o desejo de conhecer e conquistar a turma. Nessa caminhada um fato me chamou a atenção: uma aluna, que apesar de demonstrar bastante interesse pelos estudos não conseguia obter resultados satisfatórios. Na investigação, quanto às razões deste baixo rendimento descobri que aquela jovem de 14 anos de aparência triste e introspectiva, trabalhava como empregada doméstica. Essa informação me chamou a atenção e foi motivo de muitas interrogações². Essas interrogações foram decisivas para o despertar do espírito científico. Procurei “investir numa postura mais inconfidente: transformar o banal em problema, o implícito em explícito e o óbvio em suspeita”. (GONÇALVES, 2000, p. 23). Nesta perspectiva, passei a pesquisar o assunto, li artigos, coletei dados estatísticos, identifiquei outras alunas que também trabalhavam como domésticas, conversei com outros professores, enfim iniciei uma verdadeira cruzada na busca de informações sobre o tema. O conjunto dessas investigações resultou em um artigo denominado “Evasão e repetência escolar entre estudantes que trabalham como empregadas domésticas” (SILVA, 2006) que foi apresentado na III Semana de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão. Esse artigo se transformou em projeto de pesquisa, que resultou na presente dissertação.

¹ A opção pela escrita em primeira pessoa é uma postura política que se agrupa a um movimento na pesquisa científica, buscando afastar os ditames outrora impostos pela perspectiva positivista que postulavam que a escrita teria que ter um caráter neutro (GONÇALVES, 2008).

² De acordo com Bachelard (1996, p. 18) “para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente, nada é gratuito. Tudo é construído.”

Assim, prossegui na caminhada e, no percurso investigativo, me deparei com alguns obstáculos. O principal deles relacionava-se à natureza do problema pesquisado. Inicialmente, o primeiro objeto de estudo estabelecido foi o trabalho doméstico infanto-juvenil. Entretanto, esta é uma modalidade de trabalho peculiar. O trabalho doméstico infanto-juvenil é ilegal, é sofrido, é sacrificante, mas as trabalhadoras e suas respectivas famílias não querem correr o risco de perdê-lo. Em muitos casos, é a única fonte de renda das famílias. Mesmo sendo esclarecido que o anonimato será garantido, os pais temem as penalidades da legislação e a perda de benefícios governamentais, como bolsa-escola e bolsa-família. Preferem não arriscar, se negam a falar e proíbem que as filhas sejam entrevistadas. Somado a isso, um importante componente ideológico envolve a questão. As jovens trabalhadoras são encorajadas por suas famílias e pelas famílias para as quais trabalham a sentir-se gratas pela oportunidade de trabalho e por não morrer de fome. Trata-se da exploração disfarçada de ajuda. (SILVA, 2007) Gramsci explica este “consentimento” das classes dominadas em relação à exploração exercida pelas classes dominantes por meio do conceito de hegemonia. Piotte, em seus estudos sobre o pensamento político de Gramsci esclarece que “a função hegemônica, [...] é exercida ao nível da cultura e da ideologia. É a função pela qual uma classe obtém o consentimento, a adesão ou o apoio das classes subalternas. [...] a ideologia não é o domínio pela força, mas pelo consentimento.” (PIOTTE, 1975, p. 182).

Assim, em razão da dificuldade de entrevistar menores de idade, redefini os sujeitos e optei por entrevistar empregadas domésticas adultas, que se iniciaram no trabalho doméstico desde a infância. Neste caso foi incluído, em nosso percurso metodológico, a categoria memória, face a opção pelos sujeitos adultos. Assim, o ponto central do estudo passou a ser o resgate de memórias, referente a trabalho e educação escolar de mulheres, que começaram a trabalhar como domésticas desde a infância.

Para facilitar o entendimento das informações e melhor visibilidade do processo de análise, agrupei as questões de pesquisa e extraí delas categorias de análise que formaram categorias principais e categorias secundárias relacionadas com as questões do roteiro das entrevistas, cuja coleta de informações serviram de base para construção desta dissertação. (Quadro 1). Dentre as categorias eleitas, quatro categorias fundamentais alicerçam este estudo: memória, trabalho, educação

e relações de gênero. As análises dessas categorias sustentaram-se por descrições e interpretações dos textos bases, focalizando os princípios teóricos que dão respaldo a este estudo.

QUADRO 1 – QUESTÕES DE PESQUISA E CATEGORIAS DE ANÁLISE

QUESTÕES DE PESQUISA	CATEGORIA PRINCIPAL	CATEGORIAS SECUNDÁRIAS
Como as relações de trabalho nas sociedades capitalistas produzem os determinantes históricos, culturais e socioeconômicos do trabalho doméstico?	Trabalho	Trabalho feminino Trabalho infantil Trabalho doméstico
Como o trabalho doméstico contribui para opressão econômica e psicológica do sexo feminino?	Relações de gênero	Pobreza material Pobreza política Opressão econômica Opressão psicológica
Quais as consequências do trabalho doméstico para a educação escolar das trabalhadoras?	Educação	Educação escolar Reprovação Evasão Dificuldades de aprendizagem
Qual a visão das empregadas domésticas sobre o seu trabalho e que relação estabeleceram com ele na infância, adolescência e idade adulta?	Memória	Infância Adolescência Idade Adulta

Teoricamente, este estudo fundamentou-se no Materialismo Histórico-Dialético por ser o que melhor contempla a categoria trabalho. A partir da lente de análise do materialismo dialético, busquei identificar e analisar criticamente a descrição das memórias sobre trabalho e educação escolar das mulheres empregadas domésticas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, considerei importante definir alguns conceitos chaves referente às categorias de análise necessários à apreciação do objeto em estudo. Estes conceitos resumem-se basicamente nas noções do que é considerado nesta dissertação como trabalho doméstico e quais as idades consideradas como infantis, juvenis e adultas.

Assim, nesta dissertação, **trabalho doméstico** é aquela atividade não agrícola, remunerada em dinheiro ou benefícios, realizada no âmbito de uma ou mais unidades domiciliares.

Define-se como **infantil** o grupo etário de 5 a 14 anos. No grupo das **adolescentes**, encontram-se as jovens de 15 a 17 anos de idade. No grupo das **adultas** encontram-se mulheres com idade igual ou superior a 18 anos.

Este estudo compõe-se de dois momentos. Inicialmente fiz um levantamento bibliográfico com o intuito de identificar as categorias conceituais e dados relevantes ao estudo. Em seguida realizei a pesquisa de campo, subsidiada pela pesquisa bibliográfica e por entrevista aberta. Estes dois momentos, em constante diálogo, teoria/empíria.

Quanto aos autores que contribuíram para a construção do referencial teórico e entendimento do objeto de pesquisa destacam-se: Marx (1983, 1985, 1996), Engels (1985), Gramsci (1981), Arendt (2010), Dupas (1999), Hahner (1978), Perrot (2005, 2007a, 2007b), Saffioti (1981, 1997, 1999), Scott (1995), dentre outros.

Na realização da pesquisa de campo entrevistei mulheres com experiência de doméstica na infância e adolescência, com idades que variam de 18 a 56 anos, conforme pode ser observado no Quadro 2.

A fim de preservar a identidade, tanto das entrevistadas como das pessoas por elas citadas, todos os nomes são fictícios. Os nomes das entrevistadas foram escolhidos de forma que possibilitassem uma imediata associação com a ordem em que a entrevista foi realizada, me remetendo imediatamente à pessoa entrevistada. Obedecem, portanto, a uma sequência alfabética e ordem numérica da realização da entrevista.

A amostra compõe-se de 10 (dez) empregadas domésticas, identificadas e localizadas por meio do Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) Domésticos (as) do Estado do Maranhão – (SINDOMÉSTICO-MA). Elas foram selecionadas com base nos critérios de idade em que se iniciaram no serviço doméstico e escolaridade. Todas as entrevistadas frequentaram a escola em algum momento de suas vidas.

Recorri ainda a dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e pelo Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) Domésticos (as) do Estado do Maranhão – (SINDOMÉSTICO-MA).

Optei por entrevistar mulheres em três diferentes momentos de vida: algumas no auge da juventude com idades entre 18 e 25 anos, outras na fase adulta mais consolidada, com idades entre 35 e 45 anos, e outras em uma fase mais madura, maiores de cinquenta anos. A opção por trabalhar com diferentes gerações e épocas objetivou analisar e discutir as diferentes visões sobre o tema. As mais jovens se lembram com mais nitidez dos fatos vividos, já as mais velhas além da descrição dos fatos, acrescentaram a eles uma carga maior de experiência, sendo possível também analisar os reflexos do trabalho doméstico em uma trajetória de vida mais longa e mais rica de vivências.

**QUADRO 2 – IDADE ATUAL E DE INÍCIO DO TRABALHO COMO DOMÉSTICAS
DAS MULHERES ENTREVISTADAS**

ENTREVISTADA	IDADE ATUAL	IDADE QUE COMEÇARAM A TRABALHAR
Ana	18 anos	8 anos
Bruna	18 anos	8 anos
Carla	50 anos	8 anos
Diana	42 anos	12 anos
Eva	21 anos	9 anos
Fernanda	23 anos	13 anos
Gilda	38 anos	12 anos
Helena	56 anos	9 anos
Isis	47 anos	14 anos
Júlia	38 anos	7 anos

A realização das entrevistas seguiu um roteiro previamente estabelecido mas não rígido e, por diversas vezes, acoplou novos elementos de acordo com os fatos relatados. Inicialmente procurei resgatar a idade em que se iniciaram no trabalho doméstico, os motivos que as levaram a esta atividade, as condições de vida no local de trabalho e a trajetória escolar. No que se refere à trajetória escolar investiguei a idade em que foram para escola, as condições, ou falta de condições oferecidas para escolarização, dificuldades de aprendizagem, frequência, pontualidade, tempo para os estudos fora da sala de aula, reprovações e evasão. Também investiguei aspectos como: o local de nascimento, pessoas com quem residiam na infância, ocupação dos pais, irmãos e violência doméstica.

A importância do estudo do trabalho doméstico reside no fato de que as trabalhadoras domésticas representam uma parcela significativa das mulheres trabalhadoras brasileiras, constituindo-se em uma das principais ocupações de mulheres pobres. Desse modo, conhecer a dinâmica dessas atividades é um passo importante para desvendar a realidade de um país com tão grandes contradições sociais e com milhões de pessoas vivendo na mais absoluta miséria. Trata-se, portanto, de uma temática de relevância social e científica. Descrever a trajetória de vida das trabalhadoras domésticas é ação vital na escrita da história das mulheres. É dar eco as vozes historicamente oprimidas e silenciadas:

Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que estavam mergulhadas. [...] no silêncio de um mar abissal. Neste silêncio as mulheres não estão com certeza sozinhas [...] mas sentem mais intensamente seu peso. E por várias razões. Primeiro, porque as mulheres são menos visíveis no espaço público, o único que, durante muito tempo foi digno de interesse e comentários. Elas trabalham na família, confinadas à casa, ou a que sirva a casa. São invisíveis. De resto, em muitas sociedades a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas (PERROT, 2007a, p. 13)

Como pesquisadora, o estudo do trabalho doméstico apresentou-me grande relevância na medida em que uniu as duas vertentes da minha formação acadêmica: a educação e a economia. Desde o meu ingresso no curso de economia em 1997, estudo sistematicamente o modo de produção capitalista³, sua estrutura, sua dinâmica, sua lógica e suas contradições. Com base nas reflexões sobre o sistema econômico visualizo as trabalhadoras domésticas como resultado da pobreza produzida pelo modo de produção capitalista.

Assim, a presente dissertação, como já foi mencionado, tem objetivo de investigar as memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar e está estruturada nos capítulos descritos a seguir. A introdução onde apresento os caminhos da construção da pesquisa, a origem do interesse pelo tema, o objeto de estudo e a metodologia utilizada.

O segundo capítulo analisa o trabalho nas sociedades capitalistas, discutindo o trabalho como condição de existência, bem como sua relação com a produção do lucro capitalista em um polo e a pobreza da classe trabalhadora, no outro, a partir da alienação do trabalho e de sua transfiguração em emprego

³ Estes se alicerçam principalmente nas obras de Karl Marx, Frederick Engel, Léo Huberman, e mais recentemente, Pierre Bourdieu.

assalariado. Discute as categorizações de trabalho, analisando a diferença entre trabalho abstrato e concreto, simples e complexo, produtivo e improdutivo. Essa análise é pertinente pois construirá os alicerces para, em outro momento, explicar as razões da desvalorização do trabalho doméstico remunerado, no contexto das economias capitalistas.

O terceiro capítulo discute o trabalho doméstico remunerado, tanto em sua modalidade infanto-juvenil, quanto na vida adulta. Neste capítulo, realizei, inicialmente, um breve resgate histórico do trabalho infantil em geral, e, do trabalho infantil doméstico em especial e, em seguida, abordei o trabalho doméstico remunerado de crianças, adolescentes e mulheres adultas, destacando seu panorama atual, bem como os determinantes culturais e socioeconômicos da inserção precoce no trabalho doméstico e seu impacto na escolaridade das trabalhadoras.

Como o sujeito deste estudo é a pessoa mulher, tornou-se indispensável uma conjugação com os estudos feministas, com a abordagem da categoria relações de gênero. Por esta razão, no quarto capítulo estudei as relações de gênero que perpassam o trabalho doméstico, a partir da análise da exclusão social da mulher no mercado de trabalho, da divisão sexual do trabalho e da opressão dentro do próprio gênero, conjugando com a relação de exploração, estabelecida com a empregadora, também mulher.

No quinto capítulo analisei as memórias das domésticas maranhenses. Rememorei suas histórias de vida, as condições de existência, a infância, a família, a socialização, o início da vida no trabalho, a dor da separação da família, a exploração e violência sofridas no cotidiano de trabalho, a educação escolar, o trabalho doméstico na vida adulta e as formas de resistência. E no último capítulo teci as considerações finais, a partir dos resultados obtidos com a discussão teoria/empíria.

2 O TRABALHO NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

2.1 O trabalho como condição de existência

O trabalho como esforço para prover a sobrevivência e enfrentar os desafios cotidianos tem acompanhado a humanidade desde o seu aparecimento.

No clássico de Hannah Arendt (2010), *A condição humana*, a autora define labor como atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano pela sobrevivência, com a finalidade de manutenção e reprodução da vida.

Para Marx (1996) o trabalho é toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com objetivo de satisfazer uma necessidade. Segundo o autor:

[...] cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. [...] é o trabalho por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1996, p. 172)

O homem, no dizer de Marx, é um ser histórico que se produz e se modifica em relação aos demais seres. Somente ele possui a capacidade de intervir na natureza, transformando-a. Enquanto os animais, apenas se adaptam à natureza, o homem possui uma extraordinária capacidade de modificá-la, e isso ocorre através do trabalho. Nesse processo, o homem age sobre a natureza, transformando-a para adaptá-la às suas necessidades, ao contrário dos outros animais, que precisam se adaptar ao meio para sobreviver

O homem vem ao mundo inacabado, com necessidades, carências, que precisa atender. Precisa trabalhar para viver. “Do suor do teu rosto comerás o teu pão”. Mas no trabalho ele se exterioriza, se expressa. O produto humano adquire forma, cor, movimento, som, sentido. No trabalho empenham-se forças físicas e espirituais. Antes de produzir uma coisa, o homem a projeta em sua mente. (Marx, 1996, p. 297)

Nesse sentido, o trabalho é aqui entendido como modo de sustentação e reprodução do gênero humano, expressando seu sentido nas transformações que o ser humano causa à natureza e às formações sociais e culturais historicamente construídas. É, portanto, um conceito fundamental para compreensão da formação e do fazer histórico da humanidade em toda a sua diversidade (MÉSZÁROS, 1995).

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser social, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência. (MARX, 1983, p. 301)

Berger e Luckmann (1976) afirmam que os indivíduos só sobrevivem criando a sociedade e as instituições, ou seja, elaborando e re-elaborando referências para se orientar no percurso das coisas vividas coletivamente, à medida que a organização social do trabalho permita a reprodução social.

Entretanto, se por um lado, pode-se considerar o trabalho como um elemento fundador da vida humana, por outro lado, a sociedade capitalista tenta reduzi-lo apenas a trabalho assalariado, fonte de reprodução e não mais de criação:

O que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada. [...] significa dizer que sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho. (ANTUNES, 2002, p.09)

Assim, o trabalho, enquanto força criadora de reprodução social e dos indivíduos, configura-se, nas sociedades capitalistas, como uma ação desumanizadora, fundada na propriedade privada, no capital, no apelo ao consumo, no poder e no dinheiro. Nesta perspectiva, a esfera do trabalho passa a ser palco de grandes contradições: emancipação versus alienação, criação versus subordinação, concepção versus execução. De forma geral, as forças produtivas do trabalho social tornam-se forças produtivas e reprodutivas do capital.

2.2 Acumulação, exploração e pobreza

No capitalismo o trabalho assume a forma específica de emprego assalariado. Para sobreviver, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário. Neste contexto se estabelece uma relação complexa e contraditória pela qual se dá a reprodução ampliada do capital, a partir da produção de mercadorias como veículo da produção de mais-valia.

A relação estabelecida entre capitalista e trabalhadores é considerada complexa e contraditória por envolver uma série de antagonismos de classe motivada principalmente pela exploração do trabalho e apropriação do lucro pelos capitalistas.

Do ponto de vista social, portanto, a classe trabalhadora, mesmo quando não está diretamente empenhada no processo de trabalho, é um acessório do capital do mesmo modo que o instrumental inanimado de trabalho. Dentro de certos limites, mesmo seu consumo individual não passa de um elemento do processo de reprodução do capital. Mas, o processo procura evitar que lhe escapem esses instrumentos conscientes da produção, carreando continuamente o que produzem para o pólo oposto do capital. O consumo individual assegura a conservação e reprodução dos trabalhadores e, destruindo os meios de subsistência, o contínuo reaparecimento dos trabalhadores no mercado de trabalho. O escravo romano era preso por grilhões; o trabalhador assalariado está preso a seu proprietário por fios invisíveis. A ilusão de sua independência se mantém pela ficção jurídica do contrato. (MARX, 1996, p.667).

A compreensão deste antagonismo passa necessariamente pela compreensão do que é mais-valia, do que ela significa e de como é produzida. Conceito fundamental da economia política marxista, a mais-valia consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, na exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados. É gerada pelos assalariados, no processo de produção de mercadorias.

De acordo com Marx (1996, p. 165) “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar”.

Marx (1996), assim como Smith (1996) e Ricardo (1996) consideravam que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Sendo a força de trabalho uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador, se este trabalhar além de um determinado número de horas, estará produzindo não apenas o valor correspondente à sua força de trabalho que é pago pelo capitalista na forma de salário, mas também um valor a mais, um valor excedente sem contrapartida, a mais – valia. E é desta fonte de trabalho não pago que são tirados os lucros dos capitalistas. (MARX, 1996)

Esse fato explica algumas características definidoras do modo capitalista de produção, características importantes para compreensão, da essência, lógica e

dinâmica do sistema em epígrafe e do papel do trabalho enquanto condição de existência neste contexto. O capitalismo é, por natureza, um sistema expansivo, e predatório. Na busca pela matéria-prima, na exploração do trabalho e na luta por novos consumidores, não hesita em destruir os recursos do meio ambiente e as forças humanas. Desde a era do mercantilismo, já nos séculos XIII e XIV, tudo e todos se converteram em mercadoria. O céu, a terra e o mar, com tudo o que neles se encontram – pessoas e animais, astros e coisas, deuses e demônios – são passíveis de serem comprados e vendidos no mercado. Em princípio, nada escapa ao seu poder.

O capitalismo se assemelha a um gigantesco cassino, em que pobres sonham com riqueza súbita jogando no bicho ou na loto, ao passo que ricos acumulam afanosamente signos de valor (moedas, saldo bancários, títulos de dívidas) à procura de uma segurança que jamais encontram. Dentro dessas características do capitalismo, evidentes, mas superficiais, encontramos alguns fios que poderão nos conduzir à sua essência. Um deles é a concorrência pelo dinheiro visto como representante da riqueza. Todos querem dinheiro porque com ele tudo pode ser comprado – todas as coisas desejáveis estão à venda, são mercadorias. Isso obviamente não é verdade estrita. Amor, fidelidade, paz de espírito, ou um bom prato de comida caseira ainda podem ser encontrados no intercâmbio interpessoal, ou seja, no inter-relacionamento espontâneo das pessoas, sem pagamento “em espécie”, isto é, sem a moeda legal do país. Mas existe no capitalismo a tendência de transformar tudo que é desejável em objeto de comércio. Amor mesmo não pode ser comprado, mas sexo pode, e sucedâneos, sob a forma de cachorrinhos ou bichanos também. (SINGER, 1987, p. 8)

Neste contexto é importante perceber que a configuração imposta às relações de trabalho no modo de produção capitalista, condena os trabalhadores a uma condição desigual e extremamente desfavorável, tendo como consequência perversa a crescente pauperização da classe trabalhadora.

Os estudos realizados por Marx (1983) e Engels (1985) mostram que o processo de acumulação capitalista é por essência um processo de exclusão social, exclusão dupla. De um lado estão os trabalhadores, que embora inseridos no processo produtivo, vivem precariamente e jamais terão acesso ao valor criado pelo seu trabalho⁴. De outro estão aqueles que foram expulsos do processo produtivo. O aumento da produtividade os tornou supérfluos. A existência dos segundos viabiliza a superexploração dos primeiros. A lógica do sistema impõe a necessidade da existência de uma massa de excluídos, (o exército industrial de reserva) como forma de baratear o preço da força de trabalho e aumentar os lucros.

⁴ - Conforme os estudos desenvolvidos por Marx (1985) no livro I d'O Capital, onde estuda o processo de produção e valorização do capital, o trabalho humano é a essência do valor, a fonte de onde brota o lucro justamente por que este é fruto do trabalho não pago.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja a miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 1985, p. 747)

Desse modo, as relações de produção impostas pelo capitalismo alimentam um modo de organização social marcado pelo desemprego, concentração de renda e profundas desigualdades sociais. A extensão das contradições do capitalismo se prolifera por toda sociedade, aumentando as desigualdades e engrossando as fileiras de desempregados.

Benjamin (1998) enfatiza que, no capitalismo, cada vez mais gente é expulsa da sociedade civil e retorna ao 'estado de natureza', que é o estado de necessidade, marcado pela exclusão. No desenvolvimento das relações de produção engendra gradativamente a diminuição do espaço coberto por qualquer forma de contrato social. Legiões de adultos perdem de forma irreversível, direitos já conquistados – inclusive o mais básico deles, o direito ao trabalho - enquanto legiões de jovens deixam a adolescência sem terem capacitação para inserir-se no universo contemporâneo do trabalho e da cultura, submetendo-se dessa forma a trabalhos precarizados na forma de subempregos, em condições altamente espoliativas. A inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho doméstico é um exemplo ilustrativo dessa realidade.

2.3 Categorizações do trabalho

Marx (1996) estabelece diversas categorizações de trabalho que definem sua importância social. Além disso, o autor de *O Capital* mostra outros aspectos do trabalho como gerador de valor. É o caso do trabalho simples e do trabalho complexo. O primeiro conceito abrange o trabalho não-especializado, que inclui apenas energia corporal, comum a todos os indivíduos, o segundo apresenta-se como inerente ao trabalhador especializado, ao técnico.

O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. (MARX, 1996, p. 299)

Apesar dessas diferenças qualitativas, esses dois tipos de trabalho se equivalem nas relações de troca. Assim, três dias de trabalho de um operário não-especializado podem corresponder a um dia de um operário qualificado.

Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de maneira que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples. Que essa redução ocorre constantemente, mostra-o a experiência. Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais complexo, seu valor a equipara ao produto do trabalho simples e, por isso, ele mesmo representa determinado *quantum* de trabalho simples. (MARX, 1996, p. 173)

Marx analisa ainda o trabalho produtivo e o improdutivo. Mais uma vez ele parte do trabalho que produz um objeto para o mercado, sendo fonte de mais-valia. O trabalho produtivo, então, tem essa característica essencial, seja ele manual ou intelectual. O aspecto definidor do trabalho produtivo é que ele contribui para realização do capital, sendo, portanto, fonte de mais-valia.

Ademais, restringe-se o conceito de trabalho produtivo. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. [...] O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. (MARX, 1996, p. 584)

Sob esta ótica, um mesmo tipo de trabalho pode apresentar-se como produtivo ou improdutivo, dependendo do contexto em que é desenvolvido. Uma cozinheira numa residência, por exemplo, não faz a comida para ser vendida, mas para simplesmente satisfazer as necessidades da família para a qual ela trabalha. Neste caso, o trabalho é considerado improdutivo; já no caso de uma cozinheira que trabalhe num restaurante, faz o mesmo tipo de trabalho da cozinheira que trabalha na residência, contudo o produto de seu trabalho vai para o mercado e caracteriza-se como uma mercadoria; trata-se portanto, de trabalho produtivo.

Esta análise permite visualizar uma hierarquização dos tipos de trabalho, conforme o lucro que ele é capaz de gerar para o capital. Nesta perspectiva, alguns tipos de trabalho são mais valorizados e outros fortemente desvalorizados, como é o caso do trabalho doméstico que se encontra no nível mais baixo desta hierarquia sendo considerado simples por não demandar qualificação e improdutivo por não produzir lucro. Entretanto, caminhando na contramão das falsas aparências engendradas pela sociedade capitalista, patriarcal e machista, Perrot (2007a, p. 126) alerta que “o trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, na qual assegura o funcionamento e a reprodução”. Ao que acrescentamos seu reflexo na escolaridade no próximo capítulo.

3 O TRABALHO DOMÉSTICO DA CRIANÇA, DA MENINA, DA MULHER: DESVALORIZAÇÃO SOCIAL E ESCOLARIDADE COMPROMETIDA

3.1 Um breve resgate histórico sobre trabalho infanto-juvenil ⁵

No século XVII, as crianças e adolescentes filhas de subalternos desempenhavam funções domésticas iniciando-se precocemente no mundo da servidão. A relação entre senhores e servos guarda semelhanças com os dias atuais. Conforme Áries (1981, p. 263) restava entre os senhores e os servos alguma coisa que não se reduzia nem à observação de um contrato nem à exploração de um patrão: “um laço existencial, que não excluía a brutalidade de uns e a astúcia de outros, mas que resultava numa comunidade de vida quase integral.”

O século XVIII contribuiu muito para as grandes transformações sócio-econômicas, decorrentes da atividade industrial, responsável pela transição da estrutura feudal para o capitalismo. A criação de máquinas voltadas para o ramo das indústrias possibilitou o acúmulo de vultuosas somas de capital, fortalecendo cada vez mais os Estados centralizadores e absolutistas. Esses, consumidos pela chamada “febre das fábricas”, necessitavam muito de mão de obra trabalhadora. (HUBERMAN, 1986)

A revolução industrial causou uma profunda modificação na estrutura da economia familiar, à medida que os produtos artesanais não mais conseguiam competir com a intensa carga produtiva das máquinas. Deste modo, a mão de obra infanto-juvenil, presente em atividades agrícolas no período pré-industrial, acabou sendo transferida para os centros industriais (LIBERATI; DIAS, 2006)

Na segunda metade do século XVIII e em meados do século XIX, o avanço da maquinaria nas fábricas inglesas tornou desnecessário o emprego da força muscular para a produção, permitindo o uso de mão de obra feminina e infantil. O emprego passou a ocupar o tempo do brinquedo e do trabalho doméstico livre. Além de uma legislação na Europa, principalmente, que permitia em até 6 horas o trabalho para meninos com menos de 13 anos, os empregadores burlavam essa legislação através da falsificação de documentos e de atestados (MARX, 1985).

⁵ Tendo em vista que o contexto investigativo de nosso estudo refere-se ao modo capitalista de produção, o resgate histórico será realizado a partir do século XVII, período de transição do feudalismo para o capitalismo.

Primeiramente, os proprietários tiravam crianças pobres do convívio dos orfanatos e colocavam-nas para trabalhar em troca de uma precária compensação em alimentação e moradia. (HUBERMAN, 1986)

Com a expansão, cada vez maior, da atividade industrial, passaram os pequenos trabalhadores a ganhar um salário em forma de dinheiro. Entretanto, tal pagamento pecuniário era ínfimo, ou seja, muito abaixo de uma quantia realmente digna de ser paga a um trabalhador. (LIBERATI; DIAS, 2006)

A crise financeira das famílias mais necessitadas, contudo, forçou os trabalhadores empobrecidos a entregarem suas crianças nas mãos dos industriais. Neste sentido, Huberman (1986, p. 178) relata que:

A princípio, os donos de fábricas compravam o trabalho de crianças pobres, nos orfanatos; mais tarde, como os salários do pai operário e da mãe operária não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinham casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e minas. Os horrores do industrialismo se revelam melhor pelos registros do trabalho infantil naquela época.

Assim, o uso da mão de obra infanto-juvenil crescia de tal forma, que em meados do século XIX, nas manufaturas metalúrgicas em Birmingham, Inglaterra, era empregado o trabalho de cerca de 30.000 crianças. Eram atividades extremamente insalubres, nas fundições de cobre, na fabricação de botões, nas oficinas de esmaltar, de galvanizar e de laquear. Em Londres, as impressoras de livros e de jornais exigiam um trabalho tão excessivo que eram denominadas de matadouros (MARX, 1985).

Em 1866, nas olarias da Grã-Bretanha, a jornada de trabalho durava das 5 horas da manhã até às 8 horas da noite. Chegavam a empregar crianças de 6 e até de 4 anos, ocupadas pelo mesmo número de horas dos adultos. Nas fábricas de renda, o trabalho domiciliar era ainda mais cruel, pois algumas crianças começavam a trabalhar com menos de 5 anos de idade, enfrentando uma jornada diária de 12 horas em ambientes fétidos e insalubres. (MARX, 1985).

A exploração do trabalho infantil, no decorrer da revolução industrial, crescia de forma alarmante, gerando, assim, um círculo vicioso: por serem salários irrisórios, as famílias destes jovens trabalhadores caminhavam para o empobrecimento cada vez maior e não podiam, dessa forma, proibir suas crianças de trabalhar, pois a busca pelo dinheiro fazia-se mais do que necessária para

garantir a própria manutenção da família, pois as condições de vida eram demasiadamente precárias:

As casas são habitadas dos porões aos desvãos, são tão sujas no exterior como no interior e têm um tal aspecto que ninguém desejaria habitar. [...] a sujeira e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caxilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas quando as há – são feitas de pranchas velhas pregadas umas as outras [...] em toda parte monte de detritos e de cinzas e as águas vertidas em frente às portas que acabam por formar charcos nauseabundos. (ENGELS, 1985, p. 39)

Regra geral, as casas dos trabalhadores são mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; nelas os habitantes estão confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos dorme num cômodo pelo menos uma família inteira. A disposição interior das casas é miserável; chega-se num certo grau à ausência total dos móveis mais indispensáveis. As roupas dos trabalhadores são regra geral medíocres e estão freqüentemente esfarrapadas. A comida geralmente má, muitas vezes impróprias para o consumo, em muitos casos, pelo menos em certos períodos, insuficiente e, no extremo, há pessoas que morrem de fome. (Id. Ib., p. 89)

Neste cenário, o trabalho infantil tornou-se uma prática comum e, como consequência, grandes problemas começaram a surgir, como o analfabetismo, o aumento da pobreza, inúmeras doenças e mutilações, assim como um enorme desgaste físico e o comprometimento do desenvolvimento dessas crianças, em razão da jornada excessiva de trabalho.

No Brasil, o trabalho infantil sempre foi amplamente utilizado. De acordo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) na época da escravidão, considerava-se que quanto mais cedo as crianças fossem recrutadas para o trabalho, melhor estariam preparadas para a lida. Com a promulgação da lei Áurea, em 13 de maio de 1888, muitos meninos foram levados por fazendeiros para áreas rurais ou por artesões para trabalharem em oficinas e as meninas foram destinadas aos afazeres domésticos, sem qualquer remuneração. Ocorrência verificada, desde a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1870. Esta, apesar de declarar livre os filhos de escravos a partir daquela data, atribuía ao proprietário do escravo, o seu sustento e o direito de indenizar-se, explorando seu trabalho até certa idade.

Com o início da República e a necessidade do desenvolvimento da alma nacional, do espírito desenvolvimentista, e no restante do mundo, pela busca de novos mercados, novas terras, novas oportunidades, a mão de obra imigrante passa a fazer parte do cenário nacional. A Itália é um dos países no mundo que mais sofre neste período, o país é assolado por doenças, frio e fome. Os italianos sonhavam

com uma vida melhor e viam, na América, possibilidades de concretização das idéias de uma vida mais digna e favorável. (FURTADO, 2000)

Alimentados por estes ideais, muitos italianos chegaram ao Brasil trazendo suas famílias. A cidade de São Paulo era o alvo da imigração italiana. Os estrangeiros foram ampliando cada vez mais o número de trabalhadores nas atividades urbanas. A indústria foi se estruturando e a classe operária paulistana formou-se com os emergentes imigrantes. Muitos dentre esses operários eram crianças e adolescentes. (FURTADO, 2000; MOURA, 1999)

De acordo com Moura (1999, p. 259) “para muitos menores, a atividade produtiva traduziu-se, portanto, em sequelas físicas irreversíveis e na morte prematura”.

Neste período, em São Paulo, igual a outras partes do mundo, a implantação da indústria e sua expansão norteou o destino de parcela significativa de crianças e adolescentes das camadas economicamente oprimidas. (MOURA, 1999, p. 260)

Em decorrência da chegada de imigrantes, principalmente os italianos, não é possível conhecer exatamente a origem dos pequenos operários e operárias que o Brasil abrigava no início do século XX: quantos teriam nascido em São Paulo, quantos teriam vindo da Itália e mesmo de outros países. (MOURA, 1999, p. 261)

Em meados de 1870, anúncios de estabelecimentos industriais solicitando crianças e adolescentes para trabalharem principalmente no setor têxtil, começava a multiplicar-se na imprensa paulistana. (MOURA, 1999, p. 262)

A quantidade de crianças e adolescentes disponíveis era tão expressiva que o industrial Francisco Matarazzo havia se esmerado a ponto de adquirir, para as crianças que empregava, máquinas de tamanho reduzido para facilitar o manuseio por parte dessas infelizes. (MOURA, 1999, p. 264)

Longe do grande centro industrial brasileiro, nos Estados periféricos, onde não existiam fábricas, as crianças e adolescentes pobres também eram alvo de exploração. Os meninos eram destinados à lavoura e às meninas a cozinha. (LIBERATI; DIAS, 2006)

Nesse contexto, o trabalho doméstico infantil sempre foi considerado natural, principalmente entre as crianças e adolescentes da classe proletária. A ANDI faz referência a um aspecto cultural que até hoje valoriza o trabalho infantil como forma de educar a criança e o adolescente para a vida profissional adulta e

afastá-los da ociosidade e da criminalidade. Entretanto, essa atividade geralmente traz consequências físicas e psicológicas para os jovens trabalhadores.

3.2 A realidade do trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil

Em 1998, a PNAD levantou, um número de 363.512 meninas empregadas domésticas no país entre 10 e 16 anos. Este contingente representava 8% do total de 4.479.388 trabalhadoras domésticas encontradas no país naquele ano. Cerca de quatro de cada cinco meninas empregadas domésticas são encontradas nas regiões urbanas. Pouco menos de metade das meninas empregadas domésticas residentes nas áreas rurais vivem na região Nordeste.

No Maranhão, a categoria de trabalhadores contava com cerca de 122.744 trabalhadoras/es. Deste montante 116.153 eram mulheres, sendo que 5.767 eram meninas de 10 a 14 anos de idade. (SINDOMÉSTICO, 2010).

O trabalho doméstico infanto-juvenil, além das críticas usuais aplicáveis a qualquer tipo de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, gera também preocupações específicas devido a duas peculiaridades:

Em primeiro lugar, há evidências de que esse tipo de trabalho, pelo fato de ocorrer em certa medida, fora do sistema econômico, tem um impacto diferente sobre a socialização para o trabalho em relação ao exercido em estabelecimentos empresariais. Nesse sentido, o emprego doméstico contribui menos para a experiência do trabalhador que outras formas de inserção no mercado de trabalho. Em segundo lugar, esse tipo de trabalho, por ser realizado numa residência e, em geral, para um único cliente, permite que, sob certas circunstâncias, uma série de abusos possa ocorrer, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho sem direito a descanso semanal remunerado até formas mais críticas de exploração. (BARROS, MENDONÇA, DELIBERALLI E BAHIA, 2006, p. 21)

Garda (2004), em artigo publicado no Jornal do Brasil, expõe o resultado de uma pesquisa realizada em todo Brasil com meninas de 10 a 16 anos, segundo a qual 71% das entrevistadas descreveram violência psicológica no emprego, como ameaças e apelidos degradantes. Ainda, segundo Garda, outra pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica – PUC em Minas Gerais com 465 entrevistadas revela que 14,5% descreveram sentimento constante de tristeza.

Levando-se em consideração os fatores como pobreza, analfabetismo e exploração do trabalho, supõe-se que estes geram efeitos devastadores sobre as

noções de cidadania dessas trabalhadoras, que geralmente sofrem de baixa auto-estima, complexo de inferioridade e desconhecem seus direitos.

Ana Lúcia Sabóia, chefe da Divisão de Indicadores Sociais do IBGE, realizou importante estudo sobre as meninas empregadas domésticas, apresentando levantamento estatístico e discutindo dados referentes às condições de vida, trabalho e educação escolar destas meninas.

De acordo com Sabóia (2000) as meninas são inseridas no trabalho doméstico na medida em que se tornam mais velhas. Aos 10 anos, apenas 4,0% das trabalhadoras são empregadas domésticas. Aos 12 anos, tal percentual sobe para 11,2% e aos 14 anos atinge 25,5%. Finalmente, aos 16 anos alcança o percentual máximo de 31,9%. Considerando-se o total de meninas trabalhadoras entre 10 e 16 anos, verifica-se que 22,6% estão ocupadas no serviço doméstico. A partir dos 17 anos, o percentual do emprego doméstico no total de empregos se reduz, encontrando-se taxas decrescentes para as mulheres adultas.

A autora mostra que há uma grande diferenciação regional quando considerado o emprego doméstico de meninas. Um terço destas trabalhadoras encontram-se no Sudeste, outro terço no Nordeste, distribuindo-se as restantes pelas demais regiões do país. Em termos da participação do emprego doméstico no mercado de trabalho de cada região, os resultados são distintos. As maiores participações são encontradas nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde 37,7% e 36,0%, respectivamente, das meninas que trabalham são empregadas domésticas. No Sudeste, também a importância do emprego doméstico para as meninas trabalhadoras é muito grande, representando 27,4% do total. Curiosamente, o menor percentual é encontrado na região Nordeste, onde não passa de 17,1% o número de empregadas domésticas entre as meninas trabalhadoras. Com base nas estatísticas, a autora considera que não é possível traçar uma associação clara entre a inserção de meninas no emprego doméstico e o nível de desenvolvimento econômico das várias regiões do país, sendo que este dado indica que o trabalho infantil na região Nordeste concentra-se na área agrícola. Entretanto, com base nas pesquisas de Melo (2000), suspeita-se que o percentual de meninas empregadas domésticas no nordeste foi menor que nas outras regiões porque a mão de obra infanto-juvenil desta região é exportada para as regiões sul, sudeste e centro-oeste.

Os dados da PNAD revelam também que prevalecem as populações negra e parda entre as meninas empregadas domésticas. Tais diferenciais se

repetem em todas as regiões. Verifica-se, assim, que as meninas trabalhadoras domésticas tendem a ser negras e pardas na sua maioria.

Efetivamente, as jornadas de trabalho das meninas empregadas domésticas residentes são bem mais elevadas do que as jornadas das não residentes e das demais trabalhadoras. Enquanto as primeiras trabalham quase 50 horas semanais, as não residentes possuem jornadas de 41 horas. No caso das demais trabalhadoras de 10 a 16 anos, suas jornadas semanais são bem menos intensas, não passando de 25 horas. Outro resultado verificado é o crescimento da jornada de trabalho com a idade. Se por um lado, as meninas domésticas com 10 anos de idade trabalham em média 26 horas semanais, aos 14 anos suas jornadas superam 40 horas e aos 16 anos atingem quase 45 horas semanais em média. Esta tendência de crescimento repete-se entre as meninas empregadas domésticas residentes, não residentes e demais jovens trabalhadoras. Conforme mencionado anteriormente, as longas jornadas de trabalho das crianças influem negativamente no aproveitamento escolar, constituindo certamente um dos fatores a serem enfrentados pelas campanhas de esclarecimento quanto aos efeitos nefastos do emprego doméstico para crianças. (SABÓIA, 2000)

Segundo a legislação, as empregadas domésticas com menos de 14 anos não deveriam estar trabalhando, não podendo, portanto, possuir a carteira de trabalho assinada pelo empregador. Mesmo entre aquelas com idade legal para o trabalho, a posse da carteira assinada é muito rara. Apenas 3,9% das meninas trabalhadoras entre 14 e 16 anos possuem carteira de trabalho assinada no país. O maior percentual é encontrado na região Sul, não passando, todavia, de 9,8%. Na região Norte, a PNAD não encontrou qualquer menina empregada doméstica com carteira assinada. A situação é mais favorável para as meninas residentes, onde a posse da carteira assinada atinge 11,1%, chegando a 52,1% na região Sul. Para as não residentes, que representam a maioria das meninas trabalhadoras domésticas, a situação é bem mais precária, não superando 2,8% aquelas que possuem carteira de trabalho assinada. Mesmo na região Sul, tal percentual não passa de 7,6%. Portanto, a regra geral do emprego doméstico de meninas é o trabalho sem carteira assinada. (SABÓIA, 2000)

Conforme esperado, o nível de remuneração do trabalho doméstico de meninas é extremamente baixo. Em geral, fica bem abaixo do valor do salário mínimo (SM). A média nacional não passa de 60% do salário mínimo. Apesar disso,

ainda é superior ao recebido pelas demais trabalhadoras entre 10 e 16 anos, para as quais não supera 32% do valor do salário mínimo. Apesar dos baixos rendimentos, o emprego não remunerado de meninas no serviço doméstico é relativamente raro. Apenas 4,4% não recebem qualquer rendimento. Mesmo na região Nordeste, não passa de 6,3%. O maior percentual de emprego doméstico de meninas não remunerado é encontrado na região Norte (12,6%). Portanto, apesar dos baixos rendimentos, em geral, o trabalho doméstico oferece melhor remuneração que as demais ocupações disponíveis para as meninas trabalhadoras, representando uma alternativa para sua entrada no mercado de trabalho, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país. (SABÓIA, 2000)

O nível de escolaridade dos pais e mães das meninas empregadas no serviço doméstico é nitidamente inferior ao encontrado nas famílias das meninas que não trabalham. Enquanto 30,3% dos pais das primeiras não possuem qualquer instrução, no caso das segundas não passa de 20,2%. (SABÓIA, 2000). A seguir abordamos outros determinantes, que contribuem para esta realidade.

3.3 Os determinantes culturais e socioeconômicos da inserção precoce

O trabalho doméstico infanto-juvenil configura-se como uma das muitas e graves consequências do modelo de acumulação, das relações de produção, da luta de classe e das desigualdades sociais engendradas pelo modo de produção capitalista. Embora tenha diminuído significativamente nos últimos anos, esta modalidade de trabalho, ainda faz parte da realidade de todos os estados da federação, especialmente nos mais pobres, devido ao nível de carência material e imaterial em que vivem grande parte das famílias brasileiras. (VIVARTA, 2003.)

O crescimento acelerado do desemprego, a inviabilidade de assegurar “o pão de cada dia”, de “ganhar a vida”, preocupa milhões de pessoas no mundo inteiro e leva muitos pais a entregarem seus filhos e, mais frequentemente, suas filhas para trabalharem em domicílios de terceiros. Infelizmente essa é a lógica perversa de um sistema que concentra a riqueza produzida coletivamente nas mãos de uma minoria, aprofundando o fosso das desigualdades sociais por meio da

exploração de milhares de seres humanos e da precarização de suas condições de existência. Em especial a pessoa mulher.

De acordo com Cipola (2001) as promessas de compensações lúdicas no trabalho infanto-juvenil estão entre os principais fatores determinantes da alta incidência desse tipo ilegal de exploração de mão de obra no Brasil. Mas, sua principal raiz está na pobreza das famílias: pobreza material e pobreza política.

Os pobres lutam para pagar aluguel, não perder o ônibus e arranjar-se em qualquer emprego. Lutam para que suas filhas não sejam prostitutas. Lutam para comer. Lutam pela roupa. E lutam para comprar bugigangas chinesas. Mas aparentemente não discutem que lhes falta atendimento médico, sanitário e ensino. (CHIAVENATO, 1998, p. 26)

“No centro da pobreza está o massacre da cidadania” (DEMO, 2005, p. 3). É em consequência dessa pobreza material e política que os pais submetem seus filhos a essa situação ilícita, que pode prejudicar o desenvolvimento psicossocial dessas pessoas.

Dados divulgados pela ANDI em 2004 revelam que 50% das trabalhadoras infanto-juvenis domésticas nasceram em famílias com renda inferior a meio salário mínimo e cerca de 30% são de famílias cujos pais não possuem nenhum ano de escolaridade.

Sabóia (2000) reforça a importância dos determinantes econômicos na inserção precoce de meninas no trabalho doméstico. De acordo com a pesquisadora, as meninas trabalhadoras domésticas são provenientes de famílias muito pobres. Cerca de metade tem rendimento familiar *per capita* até 1/2 SM. Apenas 8,2% possuem rendimento familiar *per capita* superior a 2 SM. Seus rendimentos familiares são comparáveis aos encontrados para as demais meninas trabalhadoras, mas claramente inferiores aos das famílias das meninas que não trabalham. Neste último caso, 15,3% possuem rendimentos familiares *per capita* superiores a 2 SM, ou seja, quase o dobro do percentual encontrado nas famílias das meninas empregadas domésticas.

Entretanto, apesar do peso dos determinantes econômicos, vários autores consideram que estes não são suficientes para explicar o problema. Só é possível compreender as questões que envolvem o trabalho doméstico infanto-juvenil quando conjugamos fatores históricos, econômicos e culturais.

Hilborn (2002) realizou estudos sobre as dimensões culturais do trabalho infantil feminino onde discute uma série de valores que permeiam essa prática e se cristalizaram ao longo do tempo. A autora explica que “o trabalho dos filhos, está inserido no sistema relacional de troca, ajuda e retribuição que a família ensina e deseja e também tem a função de proteção em relação aos perigos da rua (droga, prostituição, criminalidade)”. (HILBORN, 2000, p. 5).

Com isto, torna-se necessário destacarmos alguns estigmas inerentes à sua configuração e, conseqüentemente, à sua desvalorização.

3.4 O trabalho doméstico e o estigma da desvalorização

“Sabe quando alguém pergunta a uma criança o que ela vai ser quando crescer? Ela responde médico, professora, bailarina, artista de novela... Ninguém diz que quer ser doméstica. Porque isso não é uma opção de vida: isso é uma sina que a pessoa tem”. Assim Roxane, um dos personagens do filme *Domésticas* (2001), fala de sua profissão. O comentário da personagem revela um olhar preconceituoso sobre o trabalho de doméstica. Ele não é visto como uma profissão que pode ser seguida como carreira, mas como uma sina, como algo que o destino reserva a algumas pessoas.

As empregadas são levadas a esta ocupação, não se trata de uma questão factual ou de uma escolha, mas de limites colocados pelas estruturas de classes, patriarcais e racistas da sociedade. São mulheres pobres e negras as que estão no trabalho doméstico, no Brasil, hoje. Então é inegável a conexão entre classe, raça e gênero (ÁVILA, 2008, p. 68)

Essa reflexão nos conduz à constatação de que o trabalho doméstico, muitas vezes a única opção de emprego para grande parte das mulheres pobres é visto como um trabalho menor, a ser realizado por pessoas sem capacitação. Perrot (2007a, p. 128-129) destaca a condição desigual das trabalhadoras domésticas assinalando que: “uma parte importante do trabalho doméstico é remunerada”. Porém “as criadas não são de resto, assalariadas como os restantes dos trabalhadores”:

Tendo direito a cama e mesa, recebem um ‘pagamento’, que lhes é entregue irregularmente, e sujeita a descontos, se partirem uma peça de louça ou estragarem a roupa. Seu dia de trabalho é quase ilimitado. O

domingo não garantido, embora a prática tenda a desenvolver-se. Para além do tempo e da força de trabalho, são-lhes exigidos o corpo e a sua própria pessoa, numa relação íntima que ultrapassa o compromisso salarial.

Como foi visto, essa não é uma configuração atual, vem desde o Brasil colonial, em que trabalho doméstico era feito pelas escravas e seus filhos. No Brasil pós-escravatura, em que ele continuou a ser executado pelos descendentes desses escravos acrescido de um contingente de brancos pobres, a figura do trabalhador doméstico se instalou em nossa cultura como a de um trabalhador menor, que, muitas vezes, recebia como remuneração do seu trabalho moradia e comida, numa relação de falso parentesco – o agregado – que perpetuava o trabalho escravo, disfarçando-o de caridade. Aliás, o trabalho doméstico é fortemente impregnado pela servidão própria da mão de obra escrava. (MELO, 1998; RIZZINI e FONSECA, 2002, DEMO, 2005),

Hirata (2004) estabelece a relação entre trabalho doméstico e servidão. Mesmo em condições desiguais em relação ao demais trabalhadores, e mesmo desrespeitados pela maioria dos empregadores, existem direitos formais garantidos à empregada doméstica. No entanto, esse fato convive e confronta-se com relações e práticas sociais de servidão. Neste contexto, percebe-se que “as empregadas domésticas vivem tempos históricos contraditórios. De um lado, são sujeitos de direito e sujeitos políticos; conquistaram este lugar. De outro, vivem relações de trabalho que são relações de servidão”. (ÁVILA, 2008, p. 68).

Hirata (2004) explica que servidão significa estar sempre à disposição do outro ou da outra; ser considerada naturalmente uma espécie de adivinhadora de desejos, com total disponibilidade de tempo.

Nesse sentido, não é por acaso que a categoria das trabalhadoras domésticas em pleno século XXI ainda lute para regulamentar sua jornada de trabalho, sendo exigidas das mesmas total disponibilidades às famílias empregadoras. (ÁVILA, 2008).

Kofes de Almeida (1982) expressa a concepção servidão por meio do conceito de domesticação:

À domesticidade, ser definida pelo doméstico, sobrepõe-se, para a empregada, ser domesticada no sentido do treinamento de hábitos culturais sob a atitude mando/obediência. Domesticar é 'querer que você faça da maneira como queremos que você faça'. E isto é fundamentalmente o que é esperado da empregada. (KOFES DE ALMEIDA, 1982, p. 191)

Assim, num país de tradições colonialistas, que conviveu com o trabalho escravo durante quatro séculos, o trabalho doméstico é ainda considerado um subemprego. E os profissionais que atuam nessa área são muitas vezes vistos pelos patrões como um mal necessário: é preciso ter em casa alguém que limpe o banheiro, lave a roupa, tire o pó e arrume a gaveta. Existe uma inegável desvalorização das atividades domésticas em detrimento a outros tipos de trabalho. Mesmo a dona de casa comum não tem seu trabalho valorizado e reconhecido como deve ser. Mulheres que trabalham fora sabem que ao chegar em casa terão toda a carga dos serviços domésticos para realizar, dobrando assim sua jornada de trabalho sem terem reconhecido pela família e pela sociedade esse duplo esforço. É um trabalho sem fim (todos os dias a comida tem que ser feita, a cama arrumada, a roupa lavada...) e não gera lucro visível. E a lógica do capitalismo não permite a valorização de um trabalho que não gera lucro. (MELO, 1998)

Encravada no inconsciente coletivo da nossa cultura, a desvalorização do trabalho doméstico tem como consequência uma ausência de olhar sobre os profissionais que exercem essas atividades, ausência de olhar por parte da sociedade e parte da lei. Os empregados domésticos são regidos por suas próprias leis que nada têm a ver com as dos outros empregados (regidos pela CLT). Isso por que os funcionários de uma empresa, sejam faxineiros ou diretores, estão todos envolvidos em uma equipe que visa gerar lucro. Como as casas de família não geram lucro, aqueles que trabalham nela acabam sendo protegidos por leis exclusivas e diferentes. (MELO 1998; MELO 2000; ÁVILA 2008; NEVES, 2008; DEMO, 2005)

Apesar dos espaços conquistados, em decorrência das lutas e organizações pelos direitos das mulheres, a valorização da trabalhadora doméstica é um longo caminho a ser percorrido. A própria ordem jurídica não contempla o trabalho doméstico com igualdade de condições em relação ao trabalhador urbano. Qual a justificativa da exclusão? Razões de ordem cultural de desvalorização das tarefas domésticas somam-se à natureza da atividade sem fim lucrativo. (ÁVILA, 2008)

A empregada doméstica não tem jornada de trabalho estabelecida, não tem direito ao pagamento de horas extras; a inclusão no FGTS e o seguro-desemprego é facultativa; a garantia constitucional de emprego à gestante raramente é assegurada à trabalhadora doméstica, e quando ocorre é por meio de

decisões judiciais isoladas. No plano da seguridade social não são garantidos o auxílio-doença por acidente do trabalho, auxílio-acidente, salário-família, sob o argumento da inexistência da correspondente fonte de custeio, embora os objetivos da seguridade social enfeixem a obrigatoriedade de incluir as domésticas na proteção estatal. (MELO, 1998; NEVES, 2008)

A par da ausência de igualdade quanto aos direitos sociais assegurados aos trabalhadores em geral, o que pode significar espaço para o retrocesso dos direitos fundamentais, a empregada doméstica carrega o estigma social da desvalorização como ser humano — resquício da escravidão. É ainda vítima da violência silenciosa no trabalho, traduzida por exagero de tarefas, jornadas extenuantes, responsabilidade ilimitada, maus tratos, assédio sexual e moral. (MELO, 1998; NEVES, 2008).

No elenco dessas desigualdades, evidencia-se seu lugar no projeto de escolarização capitalista.

3.5 O projeto de educação das sociedades capitalistas: “não há vagas para domésticas”

Historicamente, muitas são as concepções sobre o que é educação e a finalidade a que se destina. Romântica, ideológica, conservadora, progressista, qualquer que seja o rótulo, o fato é que não se pode negar o poder da educação enquanto prática social, seja para manter ou para transformar uma ordem estabelecida.

O alimento, o agasalho, o abrigo nutrem e protegem o corpo, a educação nutre e protege o espírito e embora exista um intenso debate sobre o papel da educação, todos aqueles que tiveram acesso a ela e, principalmente, aqueles que tiveram dificuldades em ter acesso a ela, sabem da sua importância para vida, para formação e transformação do homem e da mulher plenos no desenvolvimento de suas potencialidades físicas e espirituais.

Teixeira (1978) compreende a experiência educativa como um tipo de experiência inteligente, da qual o pensamento integra-se como parte essencial. Trata-se de um tipo de experiência que alarga os conhecimentos, enriquece o espírito, proporcionando a cada dia, um novo e profundo significado para a vida. Nesse sentido, o autor ressalta que:

É nisso que consiste a educação. Educar-se é crescer, não já no sentido puramente fisiológico, mas no sentido espiritual, no sentido humano, no sentido de uma vida cada vez mais larga, mais rica e mais bela, em um mundo cada vez mais adaptado, mais propício, mais benfazejo para o homem. (TEIXEIRA, 1978, p. 17)

Entretanto, no capitalismo, a educação, assim como trabalho, acaba tendo sua essência transfigurada. A escola, espaço reservado à promoção da educação formal, torna-se um artefato a serviço do capital, contribuindo assim, para a manutenção da divisão de classes sociais

O número de alunos que vão sendo reprovados e expulsos ao longo dos anos é assustador. No entanto, essas reprovações e abandonos não atingem da mesma maneira crianças de diferentes meios sócio-culturais. [...] As crianças pobres são, em sua imensa maioria, excluídas da escola, sem qualquer qualificação ou diploma e sem ter aprendido nada de útil para sua vida e seu trabalho. Praticamente a única lição que os anos de escola ensinam é a considerarem a si mesmo como inferiores aos outros que tiveram sucesso. (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1998, p. 31),

Mulheres pobres e em sua grande maioria negras, as empregadas domésticas, exatamente por sua condição de mulher, pobre e negra, frequentemente sofrem um processo triplo de exclusão social e raramente conseguem sobreviver ao sistema de ensino capitalista.

Na verdade, a escola é feita para aqueles que não precisam trabalhar, ela faz de conta que ninguém trabalha e coloca exigências que os que trabalham não tem tempo nem condições de cumprir. Os resultados escolares dos alunos que têm que combinar estudo com trabalho vão piorando cada vez mais, as reprovações e repetência vão se acumulando até que as crianças ou os próprios pais desistem. (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, p. 28-29, 1998)

As observações de Ceccon, Oliveira e Oliveira (1998) expressam a realidade da maioria das crianças que trabalham, e no caso das meninas empregadas doméstica essa realidade é observada com muito mais frequência, como é mostrado pela pesquisa empírica realizada por Sabóia (2000), em todas as regiões do Brasil.

Quando comparadas as meninas trabalhadoras domésticas com as demais meninas trabalhadoras, nota-se uma situação de frequência escolar nitidamente desvantajosa para as primeiras. Enquanto 32,8% daquelas no serviço doméstico não estudam, entre as outras trabalhadoras o percentual baixa para 17,6%. Este quadro repete-se em todas as regiões do país. Os maiores diferenciais

são encontrados na região Nordeste, onde 39,2% das meninas trabalhadoras domésticas não estudam e 15,3% das outras meninas trabalhadoras encontram-se em situação similar. É importante destacar ainda que apenas 7% das meninas entre 10 e 16 anos fora do mercado de trabalho não frequentam a escola. Portanto, a frequência escolar é pior para as meninas empregadas domésticas do que para as demais meninas trabalhadoras e para as meninas que não trabalham. (SABÓIA, 2000)

Além da frequência escolar, a PNAD permite que se verifique o número de anos de estudo, tanto para a população trabalhadora quanto para o restante da população. Tais dados podem ser analisados, também, segundo a idade das meninas. Os resultados mostram que na medida em que os anos passam, as crianças aumentam o atraso escolar, definido pela defasagem entre a idade da criança e a série frequentada. A correspondência ideal é cursar a primeira série aos sete anos de idade e assim sucessivamente, até completar a oitava série aos quatorze anos. Ainda mais importante é o fato de as meninas trabalhadoras (no serviço doméstico ou em outras atividades) tenderem a apresentar menos anos de estudo que as demais. Aos 14 anos, por exemplo, quando deveriam estar completando o ensino fundamental, apenas 9,8% das empregadas domésticas possuem sete anos de estudo. Quando o número de anos estudados aumenta para oito, este percentual cai para 1,7%, ilustrando seu grande atraso escolar. Para as demais trabalhadoras nesta idade os percentuais sobem para 20,3% e 2,1%, respectivamente. Finalmente, para as meninas que não trabalham, atingem a 26,8% e 3,8%.

Outra forma de analisar estes resultados seria considerar que 64,5% das meninas empregadas domésticas com 14 anos de idade possuem mais de 1 ano de atraso escolar, enquanto para as demais trabalhadoras nesta idade este percentual cai para 58,8% e para as que não trabalham, baixa para 47,2%. Embora o atraso escolar seja um fenômeno generalizado, fica bastante nítido que o trabalho doméstico reduz o nível de escolaridade das meninas, especialmente para as mais velhas. Outro aspecto notável sobre a frequência escolar é o fato das meninas empregadas domésticas residentes no domicílio dos empregadores possuírem taxas de escolaridade muito menores que as não residentes. Tal fato se repete em todas as regiões do país. Enquanto 61,3% das residentes não frequentam a escola, entre as não residentes a proporção baixa para 28,5%. Possivelmente, as longas jornadas

de trabalho (sem horário fixo) das meninas empregadas domésticas residentes inviabilizam sua frequência escolar, enquanto que as não residentes devem possuir uma jornada mais regular, permitindo sua presença na escola. (SABÓIA, 2000)

Os dados apresentados por Sabóia são de grande importância para a compreensão crítica do lugar e da função da escola capitalista na reprodução das relações sociais. Como a escola cria e dá significados às ações e às práticas sociais, permite que na sociedade a educação seja um processo organizado e controlado pelos interesses da classe dominante.

O discurso capitalista sobre a educação é elitista, positivista e tecnicista, bem como sua prática. Ele justifica as desigualdades sociais e o triunfo dos mais fortes por meio de sofismas e retóricas, tira do foco o olhar e o papel da escola no processo de reprodução das desigualdades sociais. (BOURDIEU; PASSERON 2008; SANTOMÉ 1995)

Bourdieu e Passeron (2008) definem a escola como uma instituição que reproduz a sociedade e seus valores e que efetiva e legaliza as desigualdades em todos os aspectos, pois é na escola que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural. Os autores defendem a idéia de que a escola não é neutra, não é justa, não promove a igualdade de oportunidades, e, também não transmite, da mesma forma, determinados conhecimentos, priorizando a cultura da classe dominante. A escola, ao tratar de maneira igual tanto em direitos quanto em deveres aqueles que são diferentes socialmente, acaba privilegiando os que por sua herança cultural já são privilegiados.

Nesta mesma linha de pensamento Santomé (1995, p.14) contesta a ideia de um espaço escolar visto como uma instituição neutra posta a serviço de uma sociedade também neutra, sem conflitos culturais e ideológicos relevantes:

Os projetos curriculares, os conteúdos de ensino, os materiais didáticos, os modelos organizacionais das escolas e liceus, as condutas dos alunos e professorado, etc, não são algo que possamos contemplar como questões técnicas e neutras, à margem das ideologias e do que acontece em outras dimensões da sociedade tais como a econômica, a cultural e a política.

Assim, a educação é diretamente afetada pela forma de organização do modo de produção capitalista e pelas diversas relações, conflitos e antagonismos que nele se estabelecem, motivo pelo qual é indispensável compreender a ideologia que a permeia. “A educação é, portanto, política, na medida em que transmite, sob

sua forma explícita ou por intermédio dos modelos de comportamento e dos ideais, idéias políticas e, notadamente, as ideias da classe dominante.” (CHARLOT, s/d, p. 19).

A organização do modo de produção capitalista perpassa sobremaneira as relações que se estabelecem no interior da escola e tem importante significado na forma como o trabalho é organizado e levado a cabo. Não se trata de considerar o trabalho da escola como capitalista do ponto de vista econômico (pois, apesar de dar num sistema desse tipo de produção, o trabalho da escola pública não é pago com capital e não gera mais-valia), mas do ponto de vista político, porque está subordinado politicamente a esse sistema. (OLIVEIRA, 2006, p. 102)

A este respeito Ceccon; Oliveira e Oliveira (1998, p. 81) explicam:

A maneira como a escola está organizada, é o resultado da organização da sociedade em seu conjunto. Os mais pobres são marginalizados pela escola do mesmo jeito que são explorados no plano das relações de trabalho e impedidos de participar da vida política. A escola não é democrática porque a sociedade em que vivemos ainda não é verdadeiramente democrática. Os donos do poder, são os donos do saber e os pobres são excluídos tanto da escola quanto da participação de decisões. A escola, portanto, é parte integrante dessa sociedade injusta e desigual, em que a regra de comportamento é ‘cada um por si e salve-se quem puder’.

Nesta perspectiva, a escola é uma das instituições de reprodução da ideologia e das relações de produção capitalista e para isso busca exercer o controle disciplinar do comportamento e a imposição da cultura dominante, que invariavelmente é a cultura da classe dominante (BOURDIEU; PASSERON, 2008; SANTOMÉ, 1995; CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1998).

No âmbito das relações da educação com o trabalho, a instituição escolar reforça posturas individualista e meritocrática que solidificam no imaginário coletivo a idéia da escola como um meio de melhoria de vida e mobilidade social, por meio do conceito de empregabilidade. “Todo mundo quer que a escola seja essa espécie de escada que conduz a um andar superior, a uma melhoria de vida, a um melhor emprego com um melhor salário”. CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, p. 18, 1998). Entretanto, o sistema escolar provoca uma eliminação tanto maior quanto mais se caminha para as classes desfavorecidas. (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

É importante ressaltar que a escola é também um espaço de formação de mão de obra boa e barata para o capital. O âmbito escolar ainda é um espaço que em sua forma, função e estrutura, se organiza para oferecer produtividade de

trabalhos que podem ser apropriados no mercado, sustentando a lógica da divisão social do trabalho em nossa sociedade organizada, sob o modo de produção capitalista.

As diferentes direções em relação às quais a escola orienta os alunos não corresponde a talentos, a capacidades, a dotes, mas sim às proporções de mão-de-obra, de quadros, de dirigentes que a sociedade estabelecida calcula como necessários ao seu funcionamento e à sua reprodução. (SNYDERS, 1981, p. 27).

No âmbito da relação educação e trabalho Paro (1999, p. 108) destaca que:

Quando se fala em educação e, em especial, em escola, a primeira preocupação, ou a preocupação que está subentendida nas demais, é com a preparação para o trabalho. Sempre que se procura saber, em pesquisas de campo, qual a função da escola, as respostas que se obtêm, tanto por parte de alunos e pais, quanto de professores e demais educadores escolares, sempre convergem para a questão do trabalho. Fala-se muitas vezes, que se estuda “para ter uma vida melhor”, mas, quando se procura saber o que isso significa, está sempre por trás a convicção de que “ter sucesso” ou “ser alguém na vida” é algo que se consegue pelo trabalho, ou melhor, pelo emprego.

Assim, o papel da educação na ideologia capitalista atual, expressado pelo conceito de empregabilidade, é produzir um “cidadão mínimo” carente de capacidades cívicas. (FRIGOTTO, 1996). Os indivíduos desejam estudar mais para ganhar mais e consumir mais, o ter torna-se mais importante que o ser. Assim, perde-se de vista a existência das desigualdades, bem como a capacidade de refletir e discutir a saúde, a educação, a segurança, os elementos necessários a uma cidadania plena. A alienação espalha-se do trabalho para escola e da escola para vida. Eis a essência da ideologia capitalista: uma gigantesca produção, comercialização e consumo de mercadorias, tendo o mercado como deus, e homens, mulheres e crianças como coisas, cuja função maior é produzir, reproduzir e consumir, para garantir assim, a perpetuação do capital. Esse é o projeto de educação capitalista. Na contramão da corrente, Freire (1987, p. 82) alerta: “a desumanização que resulta da ordem injusta, não deveria ser razão para perda da esperança, ao contrário, uma razão de desejar ainda mais, e de procurar sem descanso, restaurar a humanidade esmagada.”

Dessa forma, é importante lembrar o papel primordial da educação para formação de cidadãos críticos capazes de pensar e transformar esta realidade.

4 O TRABALHO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A análise do objeto em estudo sob o prisma das relações de gênero se faz necessário na medida que falar em trabalho doméstico, é tratar de um tema predominantemente feminino. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), em 2001, revelam que, das crianças e adolescentes que trabalham em casa de terceiros, 93% são do sexo feminino, 61% são afro-descendentes e 45% têm menos de 16 anos de idade.

Nesse contexto, cabe destacar que, por ser um tipo de atividade essencialmente feminina, a discussão do trabalho doméstico traz consigo importantes questões como o papel da mulher na história, a opressão, as injustiças e violências a que foram submetidas, bem como a luta para superação dessa condição de submissão. A este respeito Louro (1995, p. 109) destaca que: “gênero é uma categoria útil para a História da Educação”. Uma categoria que, articulada às categorias de raça, classe (pelo menos), pode nos ajudar a propor novas questões, rever antigas formulações, tornar visíveis sujeitos e processos até então ignorados, em vários campos de estudo.

Scott (1995, p. 85) explica que “a preocupação teórica com gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX.”

De acordo com Perrot (2007b, p. 247) “no século XVIII, pensadores discutiam se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se aproximavam mais dos animais irracionais.” Elas esperaram até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação.

Perrot (2005, p. 198) explica, também, que:

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços a seu ponto máximo. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a maternidade e o lar a delimitaram totalmente. A participação no trabalho assalariado é temporária, ritmada pelas necessidades da família, que comanda, remunerada com um salário complementar, condicionada às tarefas não qualificadas, subordinadas e tecnicamente específicas.

Sobre as conquistas históricas alcançadas pelas mulheres concernentes ao espaço no mercado de trabalho, Hahner (1978, p. 171) chama atenção para o fato de que, em relação as mulheres das classes populares, esse processo se manifestou de forma mais lenta e limitada:

No século XIX, mulheres mais decididas da elite eventualmente obtinham muito do que desejavam. Tinham acesso assegurado às profissões e podiam exercer trabalho assalariado sem perder o prestígio social, talvez porque a maior parte não dependesse daquela renda para subsistência. Em contraste, as mulheres da classe baixa nunca foram tão afortunadas. Tendo que se defrontar com escolhas severamente limitadas, sem dispor de habilidades lucrativas, não tinham outra chance senão trabalhar pela sobrevivência. O serviço doméstico, campo inelutavelmente feminino que permaneceu como a maior fonte não-agrícola de emprego para mulheres, não tinha condições de prepará-las para participarem de uma ordem social competitiva. Com poucas habilidades de valor no mercado de trabalho permaneceram mal-pagas e mal-tratadas.

O conceito de gênero, surgido no contexto americano, passou a ser utilizado com o sentido de caracterizar uma relação. Sem dúvida não tratava apenas de um novo rótulo, porém de opção por uma mudança de ordem epistemológica, ou seja, uma via teórica. A desvinculação da militância não se deu de imediato, e as mulheres permaneceram centradas no eixo da denúncia da opressão, que tinha um caráter mais descritivo do que analítico. Gradualmente, o recorte analítico ganha espaços, e as estudiosas feministas realizam análises consistentes nos campos da sociologia, da história, da literatura e da educação. (FISCHER; MARQUES, 2001)

Ao voltar-se para si próprias, as estudiosas do feminismo tentam construir um conceito de gênero desvinculado do sexo, que se referia à identidade biológica de uma pessoa. Gênero é construção social do sujeito masculino ou feminino.

Nesse sentido, Scott (1995), associando a categoria gênero aos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens. A autora analisa gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder, a partir de quatro dimensões inter-relacionais: simbólica, organizacional, normativa e subjetiva.

A dimensão simbólica enfatiza as representações múltiplas e contraditórias, a exemplo de Maria, evocando pureza e bondade, e Eva simbolizando o pecado e o mal.(SCOTT,1995).

A dimensão normativa evidencia interpretações do significado dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas, ou seja, conceitos que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas que trazem duplo sentido na definição do masculino e do feminino.

A dimensão organizacional diz respeito às organizações e instituições sociais como mecanismos que aprofundam as assimetrias entre os gêneros.

A dimensão subjetiva versa sobre as necessidades de examinar as maneiras como as identidades de gênero são construídas e relacionadas com atividades organizacionais, sociais e representações culturais historicamente situadas.

Joan Scott (1995) fundamenta suas abordagens nos seguintes eixos teóricos:

- a) As relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe).
- b) A perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.
- c) A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.
- d) A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.
- e) As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

Outra autora que traz importante contribuição à temática do gênero é Teresita Barbieri (1992), que centra sua análise nos limites teóricos do patriarcado, desenvolvendo estudos sobre as condições de vida, de trabalho e sobre a cultura produzida pela mulher. Além disso, tece suas considerações sobre a sociedade

como elemento gerador da subordinação feminina, enfatizando, que é da sociedade, que surge e se expande a categoria gênero.

Como se pode observar, Scott e Barbiere compartilham da idéia de que o gênero se instaura questionando ordens epistemológicas, atravessando territórios interdisciplinares, efetivando o diálogo entre o movimento social (o feminismo) e a academia.

Tendo realizado o feito de formular um conceito de gênero que ilustra as diferenças reais entre homens e mulheres, ou seja, a de origem biológica e a cadeia de desigualdades socialmente construídas a partir das diferenças, os movimentos feministas tentam dar visibilidade às restrições impostas à mulher nos diversos segmentos da sociedade. (FICHER; MARQUES, 2001).

As restrições impostas à mulher dão lugar a um processo de exclusão que freqüentemente se ancora nas diferenças. Essa idéia da diferença permeia discursos hegemônicos, estando presente em falas sobre as desigualdades de gênero, impedindo que se lide adequadamente com o que distingue homens e mulheres. Diferença faz par com identidade, assim como desigualdade o faz com igualdade. No pensar de Fischer e Marques (2001), o ser humano, ao tornar-se o “sujeito múltiplo”, percebe suas identidades sociais básicas (gênero, raça, etnia) e, por conseguinte, as diferenças que apresentam entre si.

No entanto, como são típicos da ideologia, os fenômenos são apresentados de forma inversa, traduzindo desigualdade por diferença, inversão que está, muitas vezes, presente nas esferas dos valores, crenças, benefícios, direitos e privilégios. Segundo Saffioti e Almeida (1995), toda diferenciação, seja da natureza, seja da sociedade é positiva, porquanto representa enriquecimento. Representações sobre a diferença podem ser apropriadas pela ideologia e transformadas em estigmas, portanto, em algo negativo, conforme tem ocorrido com o feminino ao longo dos séculos. Como exemplo a abordagem a seguir.

4.1 A exclusão social da mulher no mercado de trabalho

A relação de gênero formada por homens e mulheres é norteadada pelas diferenças biológicas, geralmente transformadas em desigualdades que tornam o ser mulher vulnerável à exclusão social. A exclusão que atinge a mulher se dá, às vezes, simultaneamente, pelas vias do trabalho, da classe, da cultura, da etnia, da

idade, da raça, e, assim sendo, torna-se difícil atribuí-la a um aspecto específico desse fenômeno, em vista de ela combinar vários dos elementos da exclusão social. Desse modo, mais que qualquer outro assunto ligado ao feminino que se deseja analisar, dificilmente se poderá compreender a exclusão particular da mulher sem antes conhecer o fenômeno da exclusão e suas formas de manifestação. Diante de tal premissa serão expostas algumas informações sobre a exclusão social, que em seguida serão relacionadas com a questão do feminino. (FISCHER; MARQUES, 2001)

A exclusão social remonta à antiguidade grega, onde escravos, mulheres e estrangeiros eram excluídos, mas o fenômeno era tido como natural. A crise econômica mundial, que ocorre na idade contemporânea dá evidência à pobreza e a exclusão social toma visibilidade e substância. A partir de 1980, os seus efeitos despontam, gerando desemprego prolongado e, parafraseando Castel (1998), os desafiados do mercado passam a ser denominados de socialmente excluídos. Desde então, este tema ganha centralidade nos meios acadêmicos e políticos.

A discussão sobre exclusão social, de acordo com Gary Rogers (In Dupas, 1999), apareceu na Europa com o crescimento da pobreza urbana, e sua orientação varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades. Tentando entender a problemática da integração social na Europa e nos Estados Unidos, o autor seleciona três paradigmas, ligando cada um deles a uma filosofia política. Assim, o paradigma da “solidariedade” estaria associado ao republicanismo, sendo a exclusão vista como quebra de vínculo entre o indivíduo e a sociedade. Nesse paradigma, cabe ao Estado a obrigação de ajudar na inclusão dos indivíduos. No da “especialização”, associado ao liberalismo, a exclusão se refere à discriminação. Nesse caso, o Estado deve garantir o trânsito do excluído nas categorias sociais. No paradigma do “monopólio”, ligado à social-democracia, a exclusão seria explicada pela formação de monopólios de grupos sociais.

O economista e professor Cristovam Buarque (1999), seguindo a mesma perspectiva de compreensão, ao analisar a crise econômica, publica escritos que chamam a atenção para a ameaça à paz social. Segundo Buarque, a exclusão social passa a ser vista como um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num *apartheid* informal, expressão que dá lugar ao termo “apartação social”. Para ele, fica evidente a divisão entre o pobre e rico, em que o

pobre é miserável e ousado enquanto o outro se caracteriza como rico, minoritário e temeroso.

Buarque nesta obra inicia sua análise descrevendo uma cena ocorrida no estacionamento do McDonalds em Brasília, quando dois jovens dentro de um carro, divertiam-se jogando batatas fritas no chão para que os meninos pobres fossem atrás catando. Buarque observou, que tal aberração, representava não apenas ausência de respeito e solidariedade ao próximo, mas que aquela era uma autêntica cena de um processo de apartação. Conforme registra na seguinte passagem:

O que permitiu a cena repugnante foi que os donos do carro se sentiam diferentes dos pobres pivetes. E estes, além de terem medo dos atentos vigilantes, viam no lixo que vinha dos ricos, a única forma de matar a fome. Apesar da língua comum, da mesma bandeira, de poderem votarem no mesmo presidente, os dois grupos se sentiam apartados um do outro, como seres diferentes. É isso que caracteriza o apartheid. [...] pouco a pouco os brasileiros ricos, e quase ricos começam a assumir a diferença em relação aos pobres e se acostumar com a miséria ao lado, construindo mecanismos de separação.” (BUARQUE, 1999, p: 10)

Sua análise trata de uma comparação ao processo de segregação racial sul africano, que nada mais era do que um instrumento de ampliação e consolidação de desigualdades. Apartar uma sociedade não significa apenas aumentar a desigualdade, significa principalmente afirmá-la e aceitá-la sem constrangimentos, sem questionamentos, sem responsabilidades. O objetivo do *apartheid* é exatamente este, conforme assinala:

Ao se sentirem diferentes em relação aos negros, os brancos incorporaram uma nova ética que lhes permitiu não sentir responsabilidade nem culpa diante da desigualdade. Da mesma forma como os europeus não sentiam antes com os escravos ou com os índios das Américas. E como os ricos brasileiros começam a não sentir diante da pobreza urbana, da fome ao redor, da mortalidade infantil, do assassinato de meninos de rua. (BUARQUE, 1999, p. 17)

O fenômeno que Buarque denominou de apartação consolida-se como uma forma eficaz de exclusão social.

De acordo com Rogers (In Dupas, 1999), a exclusão, em sua essência, é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge as sociedades de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego; a bens e serviços; e, também, à falta de segurança, justiça e cidadania. Assim, observa-se que a exclusão se manifesta no mercado de trabalho

(desemprego de longa duração), no acesso à moradia e aos serviços comunitários, a bens e serviços públicos, à terra e aos direitos. Nesta perspectiva as várias categorias de excluídos, reúnem os velhos desprotegidos da legislação, os analfabetos, os sem-terra, e as mulheres.

A exclusão social da mulher é secular e diferenciada. A compreensão sobre a condição bipolarizada do sexo possibilita indicações dos nortes da exclusão social fundamentada na diferença. É sabido que o fenômeno da exclusão não é específico da mulher, mas atinge os diferentes segmentos da sociedade. É também notório que a exclusão não é provocada unicamente pelo setor econômico, embora se admita que este é um dos principais pilares de sustentação desse fenômeno. A exclusão é gerada nos meandros do econômico, do político e do social, tendo desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores.

As relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. São assimiladas de forma bipolarizada, sendo designada à mulher a condição de inferior, que tem sido reproduzida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam as esferas de poder na sociedade. Platão (2005), em *A República*, V livro, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles (300 a. C.), em *A História Animalium*, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada (MENEZES, 1986). Os ideólogos burgueses destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. Nesse sentido, Rousseau (2005) vê a mulher como destinada ao casamento e à maternidade.

Esses são alguns dos atributos imputados à mulher, que reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade e cuja reversão tem tomado longo tempo das estudiosas feministas na sua busca por construir conceitos de equidade entre os dois sexos, e tentando, dessa forma, tirar a mulher do ambiente propenso à exclusão. Essa iniciativa faz parte de uma guerra no campo das ideias que avança de forma heterogênea nas conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais em diversas partes do planeta. (FISCHER; MARQUES, 2001)

4.2 A mulher, o trabalho e a empregada doméstica

A percepção da saída do confinamento da esfera doméstica e entrada da mulher para o mercado, envolve uma intensa luta contra a exclusão social da mulher, exclusão esta que se manifesta também e principalmente no campo do trabalho até os dias de hoje. A explicação para este fato não encontra sustentação exclusiva nas conjunturas econômicas, pois suas raízes estão fincadas em matrizes diversificadas, a exemplo dos interesses do patriarcado em manter a mulher distante do patrimônio e numa relação hierárquica inferior, imputando-lhe a atribuição de prestar serviço social gratuito, de importante relevância para a sociedade pensada para o homem. A desconstrução dessa forma de exclusão da mulher e sua integração no mundo do trabalho se dão a partir do século XIX, através do empenho e da luta feminista travada na sociedade mundial. (FISCHER; MARQUES, 2001).

De acordo com a narrativa histórica de Fischer e Marques (2001), a penetração da mulher no mercado de trabalho se dá pela via da filantropia que é usada pela mulher da classe dominante como reação para sair do isolamento do lar. Segundo as autoras, a importância dada à vida familiar e à casa pelas classes médias, desde o século XVII, fortaleceu a ideologia dos papéis domésticos e educativos para o feminino. De igual modo, as mulheres dos meios populares reagem ao isolamento do lar, buscando alternativas de forma coletiva. Assim, saem juntas para exigir a paz, e, como domésticas, denunciam ao parlamento seus horários exaustivos, sufocantes, enquanto as comerciantes protestam contra as prisões por dívidas.

Após a Segunda Guerra, a mulher trilhou, definitivamente, o caminho para o trabalho fora do lar, isto é, para o trabalho remunerado. Contingências históricas, industriais e tecnológicas motivaram essa mudança. (CALIL, 2006)

Como se pode observar, a quebra do isolamento do lar e a participação da mulher no espaço público se deram por um processo de reações e conquistas que se arrasta aos dias atuais. Até mesmo a sua iniciação no trabalho remunerado, que se deveu a uma necessidade do capital de ampliar o seu consumo, ocorreu de forma desigual, pois ela não foi colocada no mercado apenas na condição de força de trabalho, mas também na de mulher estigmatizada e vítima de relações desumanas na esfera privada. (FISCHER; MARQUES, 2001).

Assim, como observam Bruschini e Rosenberg (1982), a atuação da mulher no mercado de trabalho se dá, até os dias atuais, em condições visivelmente desiguais e excludentes. O preconceito de inferioridade designado ao sexo feminino, durante séculos – através da religião, das leis, da escola e da família, onde, cotidianamente, a própria mulher reproduz a superioridade masculina, através da educação familiar ou informal – é apropriado, inclusive, pelo capital e reproduzido nas relações de trabalho pelo mesmo sistema capitalista, que convoca a mulher para o mercado de trabalho remunerado e que a aceita como trabalhadora legítima. (FISCHER; MARQUES, 2001)

No mercado, dada a sua condição de mulher (paciente, obediente, dedicada, entre outros), vende a sua força de trabalho a preço mais baixo: o seu trabalho é considerado ajuda no orçamento familiar; concentra as atividades em setores extensivos do doméstico, a exemplo da educação, saúde, assistência social, enfermagem e têxtil; desenvolve tarefas dificultosas, que o homem, muitas vezes, se nega a fazer; e permanece distante das esferas de comando e decisão entre os próprios trabalhadores. (FISCHER; MARQUES, 2001)

Na classe dos trabalhadores, a situação de desigualdade se repete. Os preconceitos que favorecem a reprodução de sua inferioridade (mãe, dócil, frágil, dedicada etc.) são apropriados pelos colegas masculinos, que, ao invés de acolhê-la como companheira, parceira, indivíduo, aceitam-na na condição particular de mulher (PATEMAN, 1993).

Na interseção do público e do privado, a desvantagem feminina é total. O homem, de modo geral, ainda continua ausente na divisão das tarefas domésticas.

De acordo com Chaves (2004, p.4):

Caracterizam-se, na divisão sexual do trabalho, regras de convívio entre homens e mulheres historicamente transmitidas, por vezes conflituosas. A separação entre as esferas feminino/masculino é um fenômeno estrutural, observável em diferentes culturas, onde, de modo geral, os homens controlam quase todas as instituições, pressupondo um sistema simbólico de códigos: à mulher destina-se, predominantemente, o espaço doméstico restringindo-lhe sua liberdade profissional e pessoal, enquanto permite-se aos homens a esfera pública e uma independência social e econômica.

Por não ter conquistado a equidade de gênero na esfera privada, ou seja, a participação do masculino nas tarefas da casa, a mulher assume uma carga de trabalho no espaço público semelhante ou mais exaustiva do que a do trabalhador masculino, e no âmbito privado cabe-lhe a responsabilidade da labuta da casa, do

preparo do alimento, do cuidado dos filhos e sua educação informal, do cuidado dos velhos da família, da saúde dos familiares e, evidentemente, da reprodução biológica e física da força de trabalho (BRUSCHINI, 1990).

Nesse espaço marcado pela assimetria nas relações de gênero e por profundas contradições, a empregada doméstica configura-se como o sujeito que viabiliza a trilha das mulheres de classe média e alta para o mercado de trabalho. Assim, com a evolução e garantia dos direitos da mulher, que resultou em sua emancipação política e profissional, o trabalho das serviçais domésticas foi decisivo no sentido de possibilitar que as mulheres das classes mais favorecidas (média e alta) pudessem assumir atividades profissionais fora do lar, competindo no mercado de trabalho dominado pelos homens.

A contradição reside no seguinte fato: para que algumas mulheres se libertem da intensa carga de trabalho do lar e da manutenção da família, outras são aprisionadas. Como expressa o depoimento de uma doméstica entrevistada por Kofes de Almeida (1982): “Se já é triste passar a vida no fundo da cozinha da gente, imagine como é triste passar a vida no fundo da cozinha dos outros”. Nessa perspectiva, o trabalho doméstico explica-se como um dos fatores que contribuem ainda para a opressão econômica e psicológica das mulheres, afastando-as da produção social, e denotam a hierarquia classista entre trabalhadoras, pois as mulheres em posição social privilegiada podem contar com as subalternas para aquelas atividades em suas residências. (MILKMAN, 1998).

As diferenças de classe entre mulheres é, historicamente, um determinante da sua situação na relação trabalho doméstico/trabalho assalariado. Para todas as classes, o trabalho doméstico sempre foi de responsabilidade das mulheres. Há, no entanto, uma desigualdade histórica na forma de enfrentar essa relação. Na tradição, as mulheres de classe média estiveram de forma muito minoritária no mercado de trabalho e com uma permanência de curta duração e, quando do casamento e da constituição da família, de uma maneira geral, faziam um retorno às atividades do “lar” com exclusividade. No novo cenário, de inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho formal e informal, as mulheres das camadas médias estão inseridas de uma maneira que rompe com a sua forma de inserção tradicional pois, cada vez mais, estão colocadas como profissionais com planos de carreira e, portanto, de permanência no mercado de trabalho como parte do projeto de vida. (ÁVILA, 2007, p. 2)

Assim, a empregada doméstica, segundo Melo (1998), em parte, é produto da necessidade de outras mulheres de trabalhar fora, revelando, nesse imbróglio, contradições lancinantes: enquanto uma mulher pode contratar o trabalho de outra, esse contrato reflete uma situação laboral altamente espoliativa.

5 DOMÉSTICAS MARANHENSES: MEMÓRIAS DA INFÂNCIA ROUBADA

Os alicerces deste estudo foram construídos com memórias das trabalhadoras que foram inseridas no trabalho doméstico, ainda crianças.

Halbwachs (1990) contribuiu significativamente para a compreensão dos quadros de memória. Para ele a memória não significa a sobrevivência de um passado conservado em cada ser humano, ou seja, as lembranças não vivem no passado, precisam de um tempo presente de onde possam receber sentido. Para o autor, a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente.

Halbwachs (1990, p. 60) diz:

Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto.

Segundo Pollak (1989), a reconstrução da história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência e, através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

Com essa perspectiva, imagina-se que ninguém melhor do que a própria protagonista para falar do que viveu e experienciou, mesmo correndo o risco de cometer alguns deslizes que vão desde o esquecimento, às vezes, até a parcialidade, ainda assim, ninguém melhor para contá-los.

Daí, recorre-se à riqueza contida nas memórias das trabalhadoras entrevistadas, para conhecer e compreender, com maior profundidade, suas histórias de vida, sofrimento e luta “[...] de quem pouco se sabe, porque suas memórias permanecem invisíveis e adormecidas, apesar de que a memória constitui a única possibilidade de fazer fluir o passado e dar visibilidade aos excluídos”. (MOTTA, 2003, p. 119). Este viés foi de importante ajuda para o que a seguir se propõe.

5.1 Conhecendo os sujeitos: histórias de vida, luta e resistência

a) Sujeito (1): ANA

Ana tem atualmente dezoito anos e cursa o segundo ano do ensino médio. Apesar de jovem, já tem bastante experiência de trabalho. Com oito anos foi levada pela mãe adotiva para a casa de uma tia, em melhores condições financeiras, para ajudar nas tarefas domésticas em troca de comida, roupa, moradia e escola.

A mãe biológica de Ana teve 21 filhos e vivia em situação de extrema pobreza. Por essa razão, quando ela nasceu, com o incentivo e consentimento do marido, entregou-a para adoção. A mãe adotiva era a avó materna de Ana, que por sua vez também vivia em situação de extrema pobreza, deu à luz a 18 filhos, dentre eles, uma menina com síndrome de Down. Ela pegou Ana para criar devido ao trauma de ver a filha caçula de dez meses morrer queimada em forno de assar bolo. Distraída com os afazeres domésticos, não viu quando a menina que começava a dar os primeiros passos, caiu nas brasas. A criança ficou muito queimada, não resistiu e faleceu. A mãe, extremamente sofrida, encontrou na netinha que estava para adoção, um bálsamo para sua dor. Quando soube da intenção dos pais em dar a criança não pensou duas vezes e trouxe a menina para sua casa. Cuidou dela por oito anos. Residente na zona rural do interior do Maranhão, onde não havia escolas, preocupava-se muito com o futuro da neta, pois queria que ela estudasse. Além disso, conta Ana, aqueles foram tempos muito difíceis, às vezes faltava até comida, a família, que vivia de roça, passava por muitas privações. Aos sete anos de idade, para ajudar na renda da família, Ana vendia cheiro-verde na feira, atividade da qual ela sentia muita vergonha. Assim, quando a mãe adotiva de Ana recebeu uma proposta para que ela fosse morar na casa de uma tia, para ajudar nos afazeres domésticos e em troca receber “as coisas”, ambas viram nessa proposta uma oportunidade para que Ana finalmente fosse matriculada na escola, e sob essa condição ela fora morar com a tia. A tia morava na cidade e dispunha de boa condição financeira. Ana e a mãe adotiva encheram-se de esperanças e sonhos para o futuro, mas a realidade que viria a seguir não foi das melhores.

Ana contou que trabalhava muito. Começava às seis da manhã, parava por volta de meio-dia quando ia almoçar e depois se arrumar para ir à escola. Ela

estudava à tarde, entrava na escola às 13:30 h e saía às 18:30 h quando retornava para casa e continuava a trabalhar, ajudava a preparar o jantar, servia a família, lavava a louça, limpava a cozinha, e por volta das 21:00 horas, já exausta ia dormir, para começar tudo de novo, no dia seguinte. Muitas vezes foi obrigada a faltar aula porque não conseguia terminar o serviço a tempo, ou porque a dona da casa precisava sair e ela tinha que ficar tomando conta das crianças menores. Raramente tinha tempo para fazer os deveres da escola em casa, ficou reprovada na quarta série e até hoje tem muita dificuldade em aprender matemática.

Ana também apanhava quando não fazia o serviço direito ou quando esquecia de fazer alguma coisa. Sua mãe não sabia desses fatos, ela tinha receio de contar e voltar para o interior, não queria sair da escola, não queria voltar a vender cheiro-verde na feira, preferia silenciar.

Depois de quatro anos, muitas surras e uma reprovação na escola resolveu pedir pra sair de lá. Sua mãe, então arrumou outra casa, onde a vida era igualmente difícil, mas pelo menos não apanhava. Também não recebia pagamento em dinheiro, só alimentação e roupas usadas das filhas da patroa. Ela permaneceu nessa casa por mais quatro anos, quando resolveu procurar um emprego onde recebesse pagamento por seu trabalho, e encontrou. O salário era de R\$ 50,00 mensais. Meses depois, uma outra tia, que mora em São Luís, agenciou um novo emprego em outra casa onde ela está há seis meses. Lá ela recebe salário de R\$ 250,00. O dinheiro é pouco, mas pelo menos a casa é pequena e tem pouco serviço. Ela estuda à tarde, não precisa faltar aula e tem tempo para estudar os apontamentos da escola. Com o salário mensal compra roupas e sapatos. A dona da casa a aconselhou a fazer uma poupança, já que ela não gasta com alimentação e transporte, que segundo a patroa é a parte mais cara do custo de vida. Ana acha que a patroa tem razão, mas não resiste ao desejo de comprar roupas novas, pois foram muitos anos vestindo apenas roupas usadas: “É muito bom a gente escolher as roupas da gente, tirar a etiqueta, sentir o cheirinho de novo!” Desabafa a jovem trabalhadora.

Atualmente está fazendo curso de informática aos sábados, mas o seu maior orgulho é o telefone celular com mp3 e televisão, que comprou para falar com a mãe no interior. Ela está feliz no seu novo emprego, se sente respeitada, gosta dos patrões, a patroa incentiva seus estudos e a ajuda nas tarefas da escola, mas tem muitas dificuldades. Para ela, o estudo aqui em São Luís é muito difícil é

diferente do estudo do interior. Sua escola é da rede estadual de ensino, porém acha que os professores explicam muito rápido e reclama que eles faltam muito.

Ana fala com muito carinho dos pais adotivos; o pai já morreu e a mãe continua morando no interior. Ela acha que estudar é importante, mas o grande sonho da sua vida é ser dançarina de uma banda de forró.

b) Sujeito (2): BRUNA

Com dezoito anos de idade hoje, Bruna trabalha em casa de família desde os 8. O pai abandonou sua mãe quando ela nasceu e jamais deu qualquer assistência à família. Ela tem oito irmãos. Passou por muitas privações, passou fome, a cicatriz no ombro esquerdo denuncia a violência física que sofreu na infância.

A iniciativa de trabalhar em casa de família partiu dela mesma, que pediu à mãe para encontrar uma casa para vir morar, pois não aguentava mais os maus tratos do padrasto. “Ele chamava eu e meu irmão de vagabundo e dizia que a gente era filho de vagabundo. Eu apanhava muito dele. Ele também batia na minha mãe. Uma vez quase mata ela”.

Após vários apelos de Bruna, sua mãe, que também era empregada doméstica, levou-a para a casa de uma ex-patroa. Bruna ficou lá por três anos. A patroa a matriculou na escola, no turno matutino. Desse modo, Bruna tinha que acordar muito cedo, por volta das 5:30, fazer café, colocar a mesa, depois tomava banho, tomava café e ia para escola. Ela ganhava R\$ 50,00 por mês e também ganhava roupas e material escolar. Algumas vezes dava tempo de fazer as tarefas da escola e outras não, mas ela nunca perdeu aula por causa do serviço.

Segundo Bruna: “lá era bom, o único problema é que ela era muito ignorante, brigava demais, xingava muito, mas nunca chegou a me bater, só brigava”.

Entretanto, o período mais difícil da vida de Bruna começou quando sua mãe a tirou dessa casa e a levou para a casa de uma tia, cuja situação financeira era boa. Esta tia pediu à irmã que levasse a sobrinha para sua casa para cuidar do neto que estava para nascer. Bruna se recusou a sair de onde estava, pois gostava de lá, apesar de acordar cedo e dos xingamentos da patroa. Diante da negativa da filha, a mãe de Bruna a enganou dizendo que ela iria apenas passar férias e que no

final do mês retornaria, mas não a deixaram retornar. Ela tinha então 11 anos. Na casa da tia ela apanhava muito, e trabalhava muito também. Além de cuidar do bebê recém-nascido, tinha que lavar, passar, faxinar, cozinhar, e quando o serviço não estava do gosto da tia/patroa ela apanhava mais. Frequentemente era obrigada a faltar aula para cuidar do bebê. Nesse ano, Bruna ficou reprovada.

Quando Bruna pedia à tia para ir embora, esta a humilhava, dizia que ela não tinha onde cair morta, que a mãe não tinha onde cair morta, que ela era uma ingrata. No tempo em que ficou na casa da tia, Bruna jamais recebeu qualquer tipo de pagamento nem em dinheiro, nem material escolar, nada. Em um período de um ano a única coisa que recebeu foi uma saia e uma blusa usadas. A tia repetia constantemente que ela tinha casa e comida e não agradecia.

Bruna diz que várias vezes contou à mãe os maus tratos que recebia, mas a mãe não acreditava. A tia dizia que era mentira e a mãe acreditava na versão da tia. Cansada de apanhar e cansada da exaustiva jornada de trabalho, Bruna pediu dinheiro emprestado na escola e fugiu de lá com a roupa do corpo. Voltou para a casa da mãe, mas sua mãe disse que isso não estava certo que ela deveria voltar para casa da tia pelo menos para terminar os estudos. Aos prantos ela repetia que para lá ela voltava nem morta. Nessa época a mãe já tinha se separado do padrasto e Bruna voltou a morar com ela. Logo em seguida começou a trabalhar em uma casa de família na vizinhança, mas não morava no serviço. Passou alguns meses nesta casa, depois foi para outra casa, e para outra e outra até, chegar na casa onde trabalha atualmente. Depois da fuga da casa da tia, aos 12 anos, Bruna abandonou a escola por vários anos seguidos, mas com a ajuda da atual patroa retomou os estudos no início deste ano. Está fazendo o supletivo. Ela sente muitas dificuldades de aprendizagem, em todas as matérias, contudo não pensa mais em abandonar a escola. Atualmente ela trabalha como babá, mas não precisa faltar aula por causa do serviço, e às vezes tem tempo para estudar em casa, quando a neném dorme.

Apesar de tudo o que sofreu Bruna diz não guardar mágoas de sua mãe, entende que ela também sofreu muito. O maior sonho da sua vida é ser advogada.

Sujeito (3): CARLA

Carla acabou de completar cinquenta anos e trabalha em casa de família desde os oito anos de idade. Sua família é oriunda do interior do Estado. É a segunda filha de um total de treze irmãos. Seus pais trabalhavam na roça e segundo ela, não chegaram a passar fome, mas passaram por muitas privações. No povoado onde moravam não tinha escola e sua mãe, decidiu colocá-la para trabalhar em casa de família, em troca de alimento e estudo. O compromisso foi estabelecido, mas não foi cumprido pelo patrão. Carla trabalhava bastante, mas ninguém a colocou na escola: “Ela dizia que me dava as coisas e me botava pra estudar, coisa que eu nunca pisei na escola”.

Carla apanhava sempre que não dava conta do serviço. Depois de dois anos ela fugiu de lá com a ajuda de um conhecido de sua família, que frequentava a casa dos patrões, depois que este presenciou uma das surras dadas na menina. Ele a trouxe para São Luís e mandou avisar a mãe de Carla dos maus tratos que a filha estava sofrendo. Naquela época, no interior do Estado, os meios de transporte eram precários, tudo muito distante e a comunicação era difícil. Carla veio para São Luís de barco e aqui chegando foi entregue a um irmão de sua mãe.

Aos dez anos Carla foi para escola pela primeira vez. Ela chora ao contar que escondia o rosto atrás do caderno com vergonha de não saber assinar o próprio nome e por estar na sala de crianças muito mais novas do que ela. As outras crianças todas já sabiam ler e escrever e ela não sabia nada. Para alfabetizá-la a professora teve que tirá-la da sala de aula e ensiná-la na sala dos professores, porque ela chorava de vergonha dos outros alunos.

Depois que aprendeu a ler e escrever, o tio de Carla a mandou para trabalhar em outra casa e lá os patrões não permitiram que ela estudasse. Mais uma vez ela chora quando conta que ficava na janela olhando as outras crianças fardadas indo para escola e a vontade que ela sentia de ir também.

Carla ficou nessa casa até os dezenove anos, quando conheceu o primeiro marido, que trabalhava de pedreiro em uma obra na vizinhança. Ela engravidou, saiu do emprego e foi morar com ele. Depois de nove anos de trabalho, saiu sem nada.

Carla deu a luz à sua primeira filha e voltou a trabalhar como doméstica, já trabalhou em tantas casas que nem lembra mais. Teve mais sete filhos e

trabalhou durante todas as gestações. Separou-se do companheiro depois de vinte anos de casada, quando o flagrou mantendo relações sexuais com sua sobrinha, de quinze anos, no sofá da sala de sua casa. Porém a maior dor de sua vida foi ver morrer seu filho caçula, aos quatorze anos de idade, vítima de leucemia. Poucos meses depois da morte do filho, a humilde casa de taipa onde ela morava caiu, literalmente, e ela ficou sem ter para onde ir com a filha que ainda morava com ela. Ela alugou um quarto em um bairro vizinho e foi viver com a filha. Um ano depois da separação e da morte do filho encontrou o companheiro com quem vive atualmente, e foi quem a ajudou a se reestruturar emocionalmente.

Carla jamais permitiu que suas filhas trabalhassem como doméstica e entrou em desespero quando a filha adolescente engravidou, pois havia feito de tudo para que ela estudasse e tivesse as oportunidades que ela não teve.

Hoje ela continua trabalhando de doméstica e jamais retornou à escola. Diz que não pensa em retornar que não tem mais cabeça para isso. O maior sonho de sua vida é ter saúde e continuar trabalhando, para ajudar os filhos a criar os netos.

Sujeito (4): **DIANA**

Diana tem quarenta e dois anos e começou a trabalhar em casa de família com doze. Sua família é oriunda do interior do estado e seus pais vivem de roça. Ela tem quatorze irmãos. Diana foi trabalhar em casa de família por vontade própria, embora não passasse fome, queria ter “as coisas”, queria ter roupa bonita, perfume, como as outras meninas da cidade, mas nada disso o pai podia lhe proporcionar.

Assim, ela resolveu trabalhar para ter suas coisas e veio para São Luís. A mãe de Diana combinou com a patroa que ela ganharia o equivalente a duzentos cruzeiros, mas quando chegou aqui ela só quis pagar cem. O serviço era muito, ela cuidava de um bebê e quando o bebê dormia ela tinha que lavar, passar e cozinhar. Passou poucos meses nessa casa e decidiu sair depois que a patroa a agrediu: “Ela era acostumada a bater em empregada, batia na cara, batia com panela [...] depois ela espalhou pra todo mundo que eu tinha ficado doida, que era pra notícia chegar na minha casa e minha mãe não saber da maldade dela”.

Depois da agressão da patroa Diana voltou para casa dos pais no interior e continuou a trabalhar em casa de família. Aos dezessete anos trabalhou na casa do prefeito onde recebia R\$ 50,00. Depois resolveu voltar para a capital e tentar um salário melhor. Seu sonho de menina era estudar para ser policial, achava muito bonita a farda da polícia, mas quando começou a trabalhar parou de estudar, e só voltou à escola dois anos atrás, quando desistiu de trabalhar em casa de família.

Diana declara que deixou de trabalhar como doméstica, porque trabalhou a vida inteira nessa profissão e nunca conseguiu nada, nem mesmo comprar uma casa para morar com os filhos. Ela teve nove filhos, mas hoje só três vivem com ela. Os demais foram dados para sua família, o que para ela é motivo de muita dor. “Eu me acabei de ter filhos e não pensava no dia a dia, alguns são minha família que cria. É muito ruim, muito ruim ter um horror de filhos e não ter nada pra dar”. Diana tem duas filhas viciadas em drogas, uma delas está internada em uma clínica de recuperação de uma igreja evangélica. A outra sumiu no mundo.

Outro grande trauma na vida de Diana foram seus relacionamentos:

Coisa que eu tenho trauma é esse negócio de marido. Eu sofri demais, foi a pior coisa da minha vida. Ele me maltratava muito, me deixou passar muita fome, quando eu nunca passei fome na casa do meu pai. Duas coisas me maltrataram: andar com fome e não ter roupa pra vestir. Mas como eu digo quando a gente está aqui nessa terra tudo que a gente passa é uma experiência pra vida da gente.

Diana conta que resistia à violência do marido. Quando questionada se o marido lhe batia, Diana responde: “Batia, mas eu era doida também, quando ele vinha eu pegava um pedaço de pau e não deixava ele me bater, mas ele era maior que eu, nem sempre conseguia me defender”.

Depois de muitos conflitos Diana abandonou o marido e o serviço doméstico. Hoje ela vive da bolsa família, que os filhos recebem do governo federal e da venda de cosméticos. Voltou a estudar, está fazendo a quarta e quinta série do ensino fundamental na educação de jovens e adultos (EJA), quer terminar os estudos e ser advogada já que agora ela não tem mais idade para ser policial. O seu maior sonho é ter uma casa própria, construir alguma coisa para deixar para os filhos e ver seus filhos bem.

Sujeito (5): EVA

Eva tem vinte e um anos e trabalha em casa de família desde os nove. Sua família é de São Luís. Ela é órfã de pai, que morreu de acidente de moto quando ela tinha cinco anos. A mãe encontrou novo companheiro e teve outros filhos. O padrasto é viciado em bebida até hoje. Eva tem 10 irmãos, e antes de ser levada pela mãe para o trabalho doméstico na casa de terceiros, ela e os irmãos pediam roupas e alimentos na rua, batendo de porta em porta.

Na primeira casa em que trabalhou, segundo Eva, eles cuidavam bem dela, a matricularam na escola, mais tudo mudou quando a dona da casa viajou e a mãe dela se mudou para residência a fim de cuidar da casa e da família na ausência da filha. Ela a tratava diferente dos netos, o lanche que ela levava para escola era inferior, bem como as refeições em casa. Eva só podia comer depois das crianças que eram três, e a partir de então sua tarefa já não era só brincar: “Eu fui pra lá pra brincar com as crianças, mas ela queria que eu fizesse as coisas, aí pedi que eu queria embora de lá.”

Diante do pedido de Eva, a família a devolveu para a mãe. Ela saiu da escola, e quando estava com 11 anos foi levada para outra casa, de onde fugiu em razão da alta carga de serviço e da violência psicológica.

Eva fugiu de lá depois que a acusaram de ter comido o leite em pó do pai do dono da casa. Nesse dia ela apanhou e foi chamada de mentirosa.

Ela me bateu, eu realmente não tinha comido [o leite em pó], ela pegou e me chamou na sala pegou a bíblia e me perguntava se eu comi o leite ou não e aí ela abria a bíblia e dizia que eu estava mentindo, dizia olha a bíblia tá mostrando bem aqui que tu está mentindo e foi nesse dia que eu fugi por causa disso.

Dos onze aos dezessete anos Eva passou por muitas casas. Segundo relatou, em cada casa por onde passava ela ia cheia de esperanças; esperança de ter um lar e uma família, mas embora não recebesse salário, sempre foi tratada mesmo como empregada. Era sempre uma grande decepção. Na escola era um entra e sai. Ela ia para uma casa, se matriculava, saía da casa, saía da escola, ia morar em outro bairro, procurava outra escola e assim foi até a oitava série do ensino fundamental, quando abandonou os estudos. Aos dezessete anos ela conseguiu seu primeiro emprego remunerado. Ela ia levar e buscar o filho de uma tia na escola todos os dias e para isso, ganhava R\$ 40,00 . No mesmo ano conseguiu

outra casa para trabalhar, onde ganharia R\$ 250,00. A casa era muito grande, tinha muita gente, muito serviço, bastante roupa para lavar na mão, por isso chegava atrasada na escola, faltava muito devido ao cansaço, e várias vezes dormiu durante a aula. A dona da casa reclamava de tudo, dizia que ela ganhava demais para o serviço que fazia. Nesse ano Eva abandonou a escola para não mais voltar. Saiu dessa casa; e dos dezessete aos vinte e um anos passou por outras tantas casas, sempre como empregada doméstica.

Na casa onde trabalha, atualmente, teve pela primeira vez sua carteira assinada. A patroa explicou todos os seus direitos, a família a trata bem, mas ela sonha em ter outra profissão, e, por essa razão, quer muito voltar a estudar.

O sonho de sua vida é comprar uma casa para a mãe, que vive de favor em casa emprestada por conhecidos. A casa de um único cômodo, é de taipa sem nenhuma estrutura, não tem sequer banheiro. Eva acredita que se o pai não tivesse morrido, sua vida seria diferente, ela tem muitos conflitos com a mãe, a considera uma pessoa acomodada e até irresponsável; seu maior desgosto é que a mãe vende tudo de dentro de casa televisão, móveis, o que tiver em casa. Eva também sonha em se casar e em ter um lar. Acredita em um futuro melhor.

Sujeito (6): **FERNANDA**

Fernanda tem vinte e três anos e trabalha como empregada doméstica desde os treze. Sempre recebeu pagamento em dinheiro, embora muitas vezes a quantia fosse irrisória. Sua família é do interior e seus pais vivem da roça, tem nove irmãos e o irmão caçula recebe bolsa escola do governo federal.

Em seus treze anos de profissão trabalhou em quatro casas, duas no interior, onde ganhava R\$ 50,00 e duas na capital. No interior, saiu da primeira casa de onde trabalhou, porque o filho da patroa tentou agarrá-la. Em seguida, também, no interior, foi trabalhar na casa de um vereador. Nessa época, Fernanda faltava muita aula porque a patroa precisava sair e era ela quem ficava com as crianças na sua ausência. Acabou ficando reprovada. Diante da reprovação, da alta carga de trabalho e do baixo salário, Fernanda, com apoio da mãe e da irmã que já morava em São Luís, resolveu vir tentar a vida na capital.

Chegando em São Luís logo se empregou ganhando o salário mínimo, mas algum tempo depois pediu demissão: “Ela atrasava demais o meu dinheiro, às

vezes demorava mais de mês, eu tinha que pagar aluguel, nunca tinha o dinheiro no dia certo, e ela também não me incentivava a estudar e eu queria estudar”.

Depois que saiu dessa casa Fernanda se empregou em outra casa onde trabalha até hoje. Lá ela também ganha um salário mínimo e a patroa não atrasa o pagamento, e o mais importante, segundo ela, é que a patroa incentiva seus estudos: “aqui eles dão mais prioridade aos meus estudos do que ao serviço, eu faço porque eu sei que é um dever que eu tenho, mas também se tiver alguma coisa de escola pra fazer a prioridade é a escola, ela me apóia demais”.

Fernanda terminou o ensino médio, e já frequenta o cursinho pré-vestibular a um ano e meio. Na casa onde trabalha, afirma que encontrou uma verdadeira família, pois frequenta o mesmo curso pré-vestibular que a filha da patroa. Fernanda dorme na casa da patroa durante a semana para revisar com sua companheira de cursinho os apontamentos dados na aula.

O sonho de Fernanda é se formar em enfermagem. Ela já fez vestibular uma vez, porém não conseguiu ser aprovada e atribui sua reprovação a baixa qualidade de ensino na escola pública, principalmente nas escolas do interior onde ela cursou o ensino fundamental. Do seu emprego atual, Fernanda só deseja sair depois de formada, para exercer a profissão de enfermeira.

Sujeito (7): **GILDA**

Gilda tem trinta e oito anos e começou a trabalhar em casa de família com doze. Sua mãe é do interior do Piauí. É filha única, por parte de mãe. Sua genitora teve complicações durante o parto e não pode mais ter filhos. Com o pai ela conviveu muito pouco, pois ele foi embora, quando ela ainda era criança. Ela tem um irmão adotivo com quem mora atualmente. Quando Gilda completou doze anos, sua mãe, que também era empregada doméstica, se mudou para São Luís em busca de trabalho. Chegando na capital, mãe e filha foram trabalhar em casas diferentes. Gilda recebia uma pequena quantia em dinheiro que era repassada para a mãe, mais material escolar e roupas usadas. Lá ela acordava às 5:30h da manhã, fazia o serviço da casa, ia para escola à tarde e quando chegava à noite continuava a trabalhar até que toda família jantasse e a cozinha estivesse limpa. Na escola sempre chegava atrasada e tinha muita dificuldade para aprender, pois sentia muito cansaço e dores no corpo.

Gilda reclama da forma que a patroa a tratava sempre que o marido estava presente: “Quando ela estava sozinha ela me tratava melhor, mais quando o marido dela tava em casa ela não me tratava bem.”

A jovem trabalhadora ficou nessa casa dois anos e meio. Quando questionada sobre os motivos que a levaram à decisão de sair, ela responde:

Eu saí de lá por que eu fiquei reprovada e porque eu não gostava da forma que eles estavam me tratando. Eu só ia comer depois que eles comiam. Eles chegavam do serviço tarde, e eu ficava com fome porque só podia comer depois que eles comiam, o que sobrava é o que eu ia comer.

Ela conta que nunca tinha tempo para estudar e que chegou a ficar reprovada dois anos seguidos.

Com pouco mais de quatorze anos foi morar em outra casa, onde ficou pouco tempo porque a patroa tentou agredi-la por causa de uma blusa mal passada. Depois da tentativa de agressão ela mandou um recado para mãe, que foi buscá-la.

Com dezoito anos, quando cursava a oitava série do ensino fundamental, Gilda abandonou a escola porque engravidou. O pai da criança desapareceu. Gilda chora ao contar que sua mãe não queria a criança, sugerindo inclusive, que ela desse o próprio filho depois que nascesse, prática comum no interior de onde elas vieram. Mas ela resistiu, protestou, se negou, preferia morrer a dar seu filho. E mesmo diante do abandono do pai, sem nenhuma condição financeira ela ficou com a criança. Depois que o bebê nasceu voltou a trabalhar de doméstica, trabalhou em muitas casas. Gilda nunca mais voltou a estudar. Dois anos depois engravidou novamente, mais uma vez o pai da criança não deu nenhuma assistência, nenhuma ajuda.

Ela criou os filhos com a ajuda da mãe e sempre trabalhando de doméstica. Ao falar da sua profissão, a descreve com muita tristeza:

É uma vida muito difícil principalmente quando os donos da casa são pessoas que não tem humildade com ninguém, então a gente que é mãe solteira, a gente faz mesmo, porque a gente quer criar os filhos pra não cair na prostituição, não cair no mundo das drogas. Eu nunca quis essa vida de me prostituir, de me drogar, e nunca quis dar meu filho pra ninguém.

Na última casa onde trabalhou, Gilda ficou por sete anos, destes, apenas dois de carteira assinada. No início do ano Gilda parou de trabalhar em decorrência de problemas de saúde: inflamação crônica nas articulações das mãos e do Joelho.

Ela não conseguiu o auxílio doença do INSS: “eu andei muito, passava o dia inteiro no INSS, mas não consegui nada e desisti.” Hoje ela mora com os dois filhos adolescentes e o irmão adotivo. Mantém a casa com a ajuda da aposentadoria que o irmão recebe por ser deficiente mental, também recebe bolsa escola do governo federal e vende cosméticos. O maior sonho de sua vida é ver seus filhos formados.

Sujeito (8): **HELENA**

Helena tem cinquenta e seis anos e trabalha como empregada doméstica desde os nove. Sua mãe teve quatorze filhos, seu pai trabalhava na roça. Sua infância foi marcada pela pobreza e mesmo antes de ser dada pela mãe para trabalhar em uma fazenda ela já realizava os afazeres domésticos e cuidava dos irmãos menores enquanto a mãe quebrava côco.

Na fazenda ela trabalhava muito, apanhava muito e não frequentava a escola. Relata que não tem ideia de quantas horas por dia passava trabalhando, lembra bem que começava antes do dia amanhecer e terminava tarde da noite, ela e os outros empregados trabalhavam tanto que perdiam a noção do tempo: “a gente trabalhava era direto, só tinha hora pra começar, não tinha hora pra parar e não tinha domingo, não tinha feriado, nem dia santo, nem nada”. De lá ela saiu em virtude dos maus tratos e voltou para a casa da mãe, quando finalmente conseguiu ser alfabetizada.

Foi aí que eu fui começar a estudar, eu tinha muita vontade de estudar, passei a quebrar côco, mesmo sem saber, passava o dia todinho pra quebrar um quilo de côco, tenho o dedo todo retalhado aqui ó, de quebrar coco, que era pra ganhar um dinheirinho pra comprar lápis, caderno que era pra me alfabetizar. Com o passar do tempo, eu já estava com os meus quinze anos eu fui pra Codó pra continuar meus estudos, por que lá no interior era muito difícil e eu tinha que procurar algo melhor pra mim. E aí eu fui trabalhar de casa de família de novo, onde eu passei muita humilhação, porque a dona da casa queria me quebrar a cabeça com ciúme do marido, mas eu não me abati, fui levando a vida.

De Codó, Helena foi para Teresina e de Teresina para São Luís, sempre de casa em casa trabalhando e lutando para continuar os estudos. O sonho de estudar foi interrompido pela gravidez. Ela voltou para casa dos pais, teve a criança e voltou a trabalhar. Depois ela conheceu o companheiro com quem viveu alguns anos e teve mais seis filhos. Mesmo depois de casada nunca parou de trabalhar: “Só

em uma das casas que eu trabalhei eu tive quatro gestações, a dona da casa teve muita paciência comigo.”

Em sua trajetória como doméstica, na adolescência e na idade adulta, Helena conta que sofreu muito com o assédio sexual dos patrões e o ciúme das patroas. Hoje Helena orgulha-se de ter conseguido comprar sua casa e o maior sonho de sua vida é viver bem com os filhos.

Sujeito (9): **ISIS**

Isis tem quarenta e sete anos e começou a trabalhar como empregada doméstica com quatorze, levada pela mãe. Ela tem nove irmãos. Os pais viviam de roça. Na primeira casa em que trabalhou não recebia pagamento em dinheiro. Trabalhava em troca de alimento, moradia, roupa e material escolar.

Isis conta que nessa casa era bem tratada, fazia pequenas tarefas em casa, mas o trabalho não atrapalhava os estudos, pois estudava à tarde, chegava na hora, não faltava às aulas, até que conheceu um rapaz e engravidou. Envergonhada, não contou aos patrões, pediu para ir embora, voltou para casa dos pais e teve o filho.

Eles me davam as coisas, me davam roupa, me davam calçados, era essas coisa que eles me davam. Aí eu engravidei e vim de lá calada sem dizer nada pra ninguém, fiquei com vergonha, mais tarde eles me disseram que se eu tivesse falado, eles tinham obrigado o cara a casar comigo ou então tinham me ajudado com a criança, mais aí eu menina nova inexperiente, fiquei com muita vergonha, eu peguei e vim embora para casa dos meus pais e aí tive meu filho, deixei com meus pais e voltei a trabalhar.

Depois que voltou ao trabalho, Isis conheceu o companheiro com quem viveu e teve mais dois filhos. Hoje ela é separada.

Isis afirma com convicção que não gosta da profissão de doméstica. Na verdade, em todas as suas falas, ela demonstrou revolta e desgosto. Narra com raiva as humilhações sofridas, e fala do sindicato como um dos grandes acontecimentos de sua vida: “depois que eu conheci o sindicato aprendi a conhecer meus direitos, não deixo mais o empregador abusar de mim.”

Alguns anos depois do nascimento dos filhos ela tentou voltar para a escola, mas não conseguiu acompanhar e abandonou os estudos mais uma vez.

Hoje o maior sonho da sua vida é se aposentar e nunca mais trabalhar na casa de ninguém, e quem sabe retornar aos estudos e se formar em alguma coisa que goste.

Sujeito (10): **JÚLIA**

Júlia tem trinta e nove anos e começou a trabalhar como empregada doméstica aos sete. Oriunda do interior do estado, filha de pai e mãe analfabetos, não conheceu o pai, que faleceu quando ela tinha dois anos. Sua mãe quebrava côco para sustentar a família numerosa: oito irmãos. Ninguém freqüentava a escola, não tinha dinheiro para o material, o colégio era muito distante. A casa de taipa coberta de palha onde viviam era muito humilde, tinha apenas poucos utensílios domésticos, a mesa e o girau. Na época de chuva eles passavam frio, tinha goteira dentro de casa.

A situação da família era muito difícil e não raro passavam fome. Por esta razão, quando uma conhecida de sua mãe falou sobre a mulher de um juiz que morava na capital e queria uma menina para ajudar nos afazeres domésticos, a mãe de Júlia concordou em “dar” a filha. Apesar da pouca idade Júlia sabia varrer o quintal, lavar as panelas e vigiar os irmãos menores. Para convencê-la a ir para a casa do juiz a mãe disse que ela teria uma vida melhor, não passaria mais fome e teria oportunidade de ter estudo. Júlia concordou, mas as expectativas de sua mãe não se confirmaram e a menina foi submetida a um sofrimento que marcou sua vida para sempre. Júlia não foi matriculada na escola, todo seu tempo era dedicado a limpar e lustrar os muitos móveis da casa, limpar o chão, regar as plantas do jardim, e ajudar a outra empregada da casa nas mais diversas tarefas, mas para Júlia isso era normal, estava acostumada ao trabalho. A pior parte dessa história toda era que o juiz era pedófilo.

A outra empregada da casa descobriu os abusos do patrão, mas também tinha medo dele: “Ela tinha medo dele, ele era juiz, era rico, poderoso, quem acreditaria na gente”. Mas apesar do medo, compadecida da situação da menina, resolveu escrever uma carta à sua mãe. Júlia não sabia o endereço da mãe, só sabia o nome da cidade e o nome completo da mãe. Mas mesmo assim, secretamente, as duas colocaram a carta no correio. Milagrosamente a carta chegou ao seu destino. A cidade era pequena, o carteiro conhecia sua família. Na casa de

Júlia ninguém sabia ler, mas a mãe de Júlia levou a carta para o padre e ele leu para ela o conteúdo da carta. No mesmo dia a mãe de Júlia partiu em busca da filha e a trouxe de volta para casa. Mãe e filha choraram abraçadas. O juiz jamais foi denunciado. Hoje ele já morreu, a mulher dele está idosa, doente e sozinha. Júlia acredita que essa situação é castigo divino pelo mal que a causaram.

Hoje Júlia é professora. Depois de enfrentar muitas dificuldades, graduou-se em Pedagogia. Ela está cheia de sonhos e planos para o futuro: passar em concurso público, fazer mestrado, ser professora pelo resto de sua vida e por meio da educação ajudar meninas como ela a terem um futuro decente.

5.2 A família de origem, condições de vida e exposição a violência

As condições de existência das crianças e adolescentes não podem ser compreendidas isoladas de suas famílias, bem como os padrões de comportamento e estilos de vida das famílias não podem ser compreendidos sem levar em conta a estrutura econômica e social de que fazem parte.

“Considerando que, atualmente, a quase totalidade de meninas empregadas no trabalho doméstico vem de famílias muito pobres, é fundamental compreender os valores que subjazem suas práticas” (RIZZINE; FONSECA, 2002, p. 11)

No que se refere às empregadas domésticas entrevistadas nesta pesquisa, as observações de Rizzine e Fonseca (2002) se confirmaram, uma vez que, dez das dez mulheres deste estudo (100% do total) declararam originar-se de famílias muito pobres e numerosas. Quanto à quantidade de irmãos apenas uma das entrevistadas é filha única. Isso, porque em decorrência de complicações no parto, sua mãe não pode mais ter filhos.

As mais velhas: Helena, Carla, Diana, Gilda, Júlia e Isis não souberam precisar a renda da família em decorrência da mudança de moeda, pois na época de sua infância a moeda era outra, e, também, em razão da pouca idade que tinham na época. Entretanto, todas sem exceção, se lembram bem das privações por que passaram e da precariedade das condições de vida, passando inclusive por privação de alimento. As mais novas: Ana, Bruna, Eva e Fernanda também não souberam precisar a renda da família, mas das quatro, três relataram ter passado fome ao lado

dos pais na infância. Ana declara: “Era muito difícil a vida, às vezes a gente não tinha o que comer, a gente passava fome.”

A origem rural também predominou entre as entrevistadas, das dez, oito são do interior do estado.

QUADRO 3 – CIDADE DE ORIGEM DAS ENTREVISTADAS

ENTREVISTADA	CIDADE DE ORIGEM
Ana	Urbano Santos
Bruna	São Luís/Bairro Divinéia
Carla	Barreirinhas
Diana	Cajari
Eva	São Luís/Bairro Vila Luizão
Fernanda	Mirinzal
Gilda	Araioses
Helena	Graça Aranha
Isis	Codó
Julia	Coroatá

Ana, Carla, Diana, Fernanda, Gilda, Helena, Isis e Julia são de famílias do interior. Todas com exceção da família de Gilda, viviam de roça. A mãe de Gilda foi abandonada pelo companheiro e para sustentá-los, passou a trabalhar como empregada doméstica, destino que mais tarde também seria reservado também a Gilda.

Dentre as duas famílias residentes na capital, as duas viviam em bairros de periferia. Eva, órfã de pai e com a mãe viciada em bebida, garantia o sustento da família juntamente com os outros irmãos, pedindo ajuda de casa em casa:

[...] Melhor pedir do que roubar, eu não tinha vergonha não, se não pedisse a gente passava fome e depois era divertido, a gente brincava, ria, a gente ganhava muitas coisas, mais depois quando eu e meus irmãos ficamos mais crescidinhos as pessoas diziam coisas, chamavam a gente de vagabundo, mandavam a gente trabalhar e aí eu comecei a ficar com vergonha, foi quando minha mãe me levou para morar com um casal, para brincar com os filhos deles. (EVA)

A família de Bruna também residia na capital. Sua mãe, trabalhava como empregada doméstica e apesar de viver com o padrasto, era quem sustentava a família. O padrasto maltratava os filhos da união anterior e batia na mãe. Mesmo assim a mãe de Bruna deu a filha para trabalhar na casa de terceiros para evitar brigas com o companheiro e demorou oito anos para por fim ao relacionamento conflituoso.

Rizzine e Fonseca (2002) apontam para a especificidade de sensibilidades familiares e de gênero em grupos populares brasileiros, partindo da premissa que as etapas da vida – infância e adolescência – não devem ser consideradas apenas em função de processos biológico universal:

Trata-se de uma construção social que determina não somente práticas, mas também noções diferentes de infância, conforme o contexto sócio-histórico de que estamos falando. Seguindo esse raciocínio, devemos reconhecer a possibilidade de que, numa sociedade de radical desigualdade como a brasileira, existem diversas visões da infância. (RIZZINE; FONSECA, 2002, p. 11)

Nesta mesma linha de análise Hilborn (2000) explica que em uma sociedade complexa, onde coexistem grupos sociais diferenciados pela posição que ocupam na estratificação social e sobretudo pelos códigos culturais, as formas de organização familiar não são uniformes. Emergem aqui dois modelos opostos de família: o modelo ideal, onde a família é sobretudo uma unidade moral e afetiva, na qual a vida familiar gravita em torno da criança, a quem é dedicado afeto, controle, dedicação, cuidado e o extravasamento amoroso dos pais; e outro próprio do universo dos grupos sociais em situação de pobreza onde o modelo ideal de família encontra-se distante das práticas sociais que marcam suas condições de existência. Um exemplo dessa diferença é trazido por Fonseca (1999) ao discorrer sobre o fenômeno denominado por ela de circulação de crianças. A circulação de crianças consiste na prática de entregar filhos para serem, temporariamente, criados por outras famílias.

Tal prática denota uma concepção diferente de infância, nela se explicita um vínculo entre pais e filhos que não adota o padrão do intenso investimento afetivo sobre a criança, que a torna exclusiva, mas revela de que maneira uma criança se integra num circuito de relações mais amplo que abarca unidades para além da família nuclear. (HILBORN, 2000, p.12)

Nesta pesquisa verificamos a prática de circulação de crianças como uma realidade comum nas famílias de origem das trabalhadoras, nossos sujeitos.

[...] Minha mãe me deu várias vezes, eu ia não dava certo, eu voltava passava um tempo com minha mãe, depois ela me dava de novo, era assim a minha vida. (HELENA)

[...] Minha mãe me deu porque ela tinha muito filho e a gente passava muita necessidade, com quinze dias de nascida ela me entregou para minha vó e depois minha vó me deu pra minha tia. (ANA)

[...] Minha mãe me deu pra mim ter uma chance na vida, a gente vivia pedindo pra não passar fome, deu minhas irmãs também, a gente ia crescendo ela dava a gente. (EVA)

[...] Minha mãe me deu pra eu puder estudar, coisa que nunca consegui fazer, porque lá na nossa casa meu pai dizia que quem estudava vivia e quem não estudava vivia também, a gente não tinha dinheiro nem pra comer quanto mais pra comprar um lápis, minha mãe e meu pai não estudaram, não sabia nem escrever o nome, mas minha mãe queria que eu estudasse por causa disso ela me deu. (CARLA)

Foi nessa realidade marcada pela domínio dos adultos e submissão das crianças, que oito entre dez trabalhadoras entrevistadas foram dadas por suas mães e/ou pais para trabalhar em casa de terceiros. Apenas duas foram por “vontade própria”. Berger e Luckmann (1976) ao discorrerem sobre a construção social da realidade nos fala sobre o poder dos adultos no universo infantil.

A criança não pode escolher os pais que tem, nem a estrutura social onde vai nascer, nem o grupo social a que vai pertencer. Em seu mundo, são os adultos que ditam as regras do jogo e a criança não tem a opção de jogar outro jogo. (BERGER; LUCKMANN, 1976).

Das duas trabalhadoras que pediram para a mãe que encontrasse uma casa onde elas pudessem trabalhar, uma o fez na tentativa de se inserir em um mundo de consumo que lhe era negado por sua condição social.

[...] Eu que quis trabalhar. Sabe por quê? Porque aquilo que eu queria ter eu não tinha, a gente tinha comida, mas aquilo que eu queria ter eu não tinha, porque as jovens queriam andar tudo arrumadinha, queriam ter seu perfume e isso papai não dava pra nós, acho que também por ciúme, pra gente não namorar. [...] Então eu sempre digo para os meus filhos, se eles tivessem a vida que eu tive, ou eles eram muito bons, ou muito ruins...Lá em casa a gente trabalhava muito, nós ia pra roça, nós ia pra casa do forno, até côco a gente quebrou [...], papai só não deixava faltar comida, mas o resto... (CARLA)

E a outra para fugir dos maus tratos do padrasto:

[...] Eu era muito criança, mas me lembro bem, porque a dor a gente não esquece, eu tinha muito medo dele. Quando ele vinha pra me bater eu me urinava toda. Uma vez ele apertou meu dedo na porta até sangrar, ainda hoje eu tenho a cicatriz, meu dedo não tem movimento até hoje. Minha mãe saía para trabalhar e ele não dava comida pra gente, a gente passava muita fome. A fome dói. (BRUNA)

Sobre a violência praticada por membros da família, Saffioti (1999, p. 3) destaca que:

No grupo domiciliar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça, a violência. Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas.

Apesar de Bruna ter declarado que pediu para sair de casa para trabalhar, nas entrelinhas, percebemos que sua atitude não foi propriamente uma escolha. A este respeito Hiborn (2000, p. 22-23) explica que:

Os arranjos familiares resultantes da separação, morte e abandono são variáveis, e entre eles consta o recasamento de um dos genitores. Entretanto, quando tal acontece, é usual que os(as) filhos(as) da união anterior sejam induzidos a buscar formas próprias de sustento. Isso ocorre em razão das eventuais tensões entre a contribuição financeira e formas de autoridade nascidas do novo arranjo doméstico. [...] É comum os pais referirem-se ao início dessas atividades como sendo da iniciativa das crianças, o que é coerente com o quadro delineado de valores da família como uma entidade mais valiosa do que a singularidade dos indivíduos.

Entretanto, muitas vezes as tensões produzidas pelo novo arranjo familiar acabam engendrando situações, onde a parte mais fraca, é constantemente exposta às mais diversas formas de violência.

A análise da violência doméstica contra crianças e adolescentes tem como alicerce o pressuposto de que o abuso físico, sexual, psicológico e a negligência contra eles praticados decorrem da conjunção de vários fatores psicológicos, socioeconômicos e culturais da família, sendo que, no caso da criança há uma situação comum a todas as ocorrências, que é o poder do mais forte – o adulto, contra o mais fraco – a criança. (AZEVEDO; GUERRA, 1997, NEVES, 2008).

A violência doméstica, aliás, em sua variedade de manifestações, foi frequentemente citada nos relatos das trabalhadoras entrevistadas.

[...] Eu me lembro que um dia ela estava cozinhando e ela me pediu uma cuia que estava em cima do jirau e ela me disse: me dá essa cuia aí e eu disse mãezinha eu não alcanço e ela veio com a lacha de lenha e bateu na minha cabeça que o sangue escorreu. Tu pode olhar aqui que tem a cicatriz, ainda hoje tem, eu tinha cinco, seis anos, não me lembro, mas lembro que ela me deu com lacha de lenha na cabeça que o sangue espirrou longe e nisso meu pai de criação, meu padrasto, ele carregava sempre com ele um rifle, aí quando ele me olhou, a porta da rua dava direto na cozinha, toda lavada de sangue ele apontou a arma nela, eu olhei pra ele

e olhei pra ela com a arma pronta pra atirar mesmo. Eu disse papai não mate a mamãezinha. Ele tinha um jeito de jogar o rifle que caía em pé no canto da casa, aí vi quando ele fez de lá, eu vi quando pulou por cima da panela que tava no chão e correu pro quintal pra me acudir, aí eu não vi mais nada. (HELENA)

Apesar dos sofrimentos vivenciados na infância, Helena relata que não guarda mágoa de sua mãe:

Você sente mágoa da sua mãe?

Não. Minha mãe, Ave Maria, de jeito nenhum. O que eu pude fazer por ela mesmo sem condição eu fiz. Agora só tem uma coisa que eu nunca quis foi dar nenhum filho meu, foram todos criados comigo e ainda hoje vivem comigo. Aquela que me ligou ainda agora era minha nora, todos os neném que nascem em casa eu tenho o maior carinho, eu ajeito, é o maior mimo. Mas eu não tenho nenhuma mágoa, porque eu imagino assim: ela trabalhava de roça e teve muitos filhos, não era fácil pra ela também. Hoje em dia vejo: filho de fulano é revoltado por causa disso e daquilo, mas eu, todo meu sofrimento eu nunca tomei como sofrimento, eu tomava sempre como uma lição de vida que é pra dali eu melhorar, eu posso até não ter tido a oportunidade de ter um emprego melhor, mas que noção de muita coisa boa eu tive, sei me expressar, sei entrar e sair em qualquer lugar, mesmo falando um pouquinho errado aqui e ali. Outro dia eu tava vendo desses programas de televisão com minha filha, desses que passam casos de família e tinha uma moça que tinha vergonha da mãe dela porque ela era empregada doméstica e eu perguntei pra minha filha: filha tu tem vergonha de mim? E ela disse claro que não mãe, foi da tua profissão que a senhora criou a gente tudo. (HELENA)

Helena não compreende as ações da mãe como violência, porque aquele era um comportamento comum em seu meio. Azevedo e Guerra (1997), destacam que uma das maiores dificuldades no enfrentamento da violência é a submissão da própria vítima, julgando ser esta uma situação normal, como parte integrante do processo de educação das famílias.

A violência não é um fenômeno singular, mas plural, ou seja, está sustentado por múltiplas raízes, algumas delas de identificação complexa e se exprime de várias formas. No caso da violência contra crianças e adolescentes, essa pluralidade se expressa por meio da violência social, quando as suas necessidades básicas não são atendidas; a violência legal, quando as disposições legais não são colocadas em prática para que seus direitos fundamentais sejam assegurados, a violência psicológica; a violência sexual, a violência física, e a negligência. (RODRIGUES; CARVALHO, 1998)

Bruna, por exemplo, não foi vítima só de violência física, foi vítima de violência social e negligência; quando o padrasto lhe negava comida e de violência psicológica quando ele rotulava ela e os irmãos de vagabundos.

Embora não tenha consciência disso, Eva também foi vítima de violência social e negligência, quando tinha que ir para rua pedir roupa comida, porque a mãe e o padrasto estavam em casa bêbados.

Outro fato observado no decorrer da pesquisa, que vale a pena ser ressaltado, é a existência de várias classes sociais dentro da mesma família. Casos cujas diferenças de classe foram mais forte do que os laços de sangue, onde a irmã rica, pediu para levar a filha da irmã pobre para estudar e trabalhar. Ana e Bruna vivenciaram essa realidade, e na casa das tias, declararam elas, só eram tratadas como sobrinha na hora do pagamento, que se tornava desnecessário já que faziam parte da família e na hora da disciplina, quando o serviço realizado não estava do gosto das tias/patroas. Nesse momento, imbuídas de autoridade “familiar” disciplinavam suas sobrinhas por meio de castigo físico, para controlar a rebeldia e educá-las para o trabalho, ademais eram tratadas como empregadas domésticas, dormiam no quarto dos fundos, estudavam na escola pública e realizavam as refeições na área de serviço, depois do resto da família.

5.3 Na infância, a socialização para o trabalho doméstico

Com base na literatura revista compreendemos que, sob dois aspectos específicos, os processos de socialização de meninas pobres representam um papel fundamental para inserção precoce no trabalho doméstico. O primeiro refere-se ao valor moral atribuído à família e ao trabalho nas classes populares. O segundo refere-se à necessidade e importância da domesticação das meninas desde a infância, como forma de garantir subalternidade. (ÁVILA, 2008; HIRATA, 2004; RIZZINE; FONSECA, 2002; HILBORN, 2000; MELO, 1998). “Trata-se de um esforço para compreender além da dominação, a perpetuação da subalternidade.” (BRITES, 2008, p. 76).

Nas famílias das classes populares, diferente das famílias das camadas médias e altas, os filhos são chamados desde cedo a ajudar a família de alguma forma. Os meninos, geralmente, acompanham o pai, e as meninas são destinadas aos afazeres domésticos em casa, ou ao trabalho doméstico na casa de terceiros. Logo interiorizam a responsabilidade para com os pais:

as adolescentes são chamadas a contribuir com algum desempenho, o que contrasta fortemente com outros padrões de relacionamento familiar,

sobretudo os que abrigam uma representação de infância comprometida com o ideário igualitário e moldados pelo espírito de que se trata de uma etapa particularmente exigente de atenção e prerrogativas. O grupo doméstico nas classes populares encerra um em que a dádiva dos pais em relação aos filhos, em primeiro lugar, a da vida, e a do sustento é retribuída pelos filhos em termos de um compromisso na *ajuda* para o funcionamento do grupo como um todo. Essa maneira de conceber os vínculos entre adultos e crianças mostra-se crucial na socialização destas últimas, que desde cedo falam na contribuição que darão em casa tão logo passem a ter salário. (HILBORN, 2000, p. 18)

Dentre as trabalhadoras entrevistadas, Eva ilustra bem essa questão quando declara: “Eu trabalho desde cedo porque quero primeiro comprar uma casa para minha mãe, porque se eu der uma casa pra ela me livro dessa obrigação que é tirar ela da vida que ela tá entendeu?!”

Para os setores conservadores, a figura da empregada doméstica é vista como parte da ordem natural das coisas. Considerando o ranço escravocrata e patriarcal ainda latente em nossa sociedade, compreende-se porque há tanto tempo tantas famílias permitem e convivem com trabalho doméstico infanto-juvenil dentro de suas casas. Quando as meninas são iniciadas nesta atividade desde a mais tenra idade, mais eficiente é o processo de domesticação e o adestramento para servidão. (ÁVILA, 2008).

Adentrou-se, deste modo nos estudos de Berger e Luckmann (1976) sobre os processos de socialização para compreender a inserção precoce no trabalho doméstico e o processo de domesticação “natural” subjacente, bem como da reprodução e manutenção dessa perversa condição social.

Em seu estudo sobre a construção social da realidade Berger e Luckmann (1976), analisam importantes categorias para a compreensão da sociedade e das relações que se desenvolvem em seu interior.

Ao analisar e descrever categorias como interiorização, exteriorização, objetivação, socialização primária e secundária, Berger e Luckmann lançam os alicerces para a compreensão da relação objetividade/subjetividade na construção social da realidade. Nesta perspectiva, torna-se cada vez mais nítida a estreita relação entre o caráter, simultaneamente, objetivo e subjetivo da realidade e de como estes aspectos se manifestam em um processo dialético da construção da socialização (inicialmente da socialização primária e, posteriormente, da socialização secundária). Tudo isso perpassa por três momentos cruciais: interiorização, subjetivação e exteriorização. Segundo os autores, esses momentos

são tão importantes que “qualquer análise que considere apenas um ou dois deles é insuficiente” (BERGER; LUCKMANN, 1976, p. 173)

É importante perceber que a articulação desses momentos delineia um movimento dialético que circunda todo o processo de socialização, ou seja, “estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade”. Entretanto, “o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para sociabilidade” vindo a tornar-se membro da sociedade apenas depois que atingir certo grau de interiorização, que é considerada o ponto de partida para a socialização. (BERGER; LUCKMANN, 1976, p. 173)

De acordo com Berger e Luckmann (1976, p. 174), pode-se entender por interiorização “a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, os quais, desta maneira, tornam-se subjetivamente significativos para mim”. Embora esta apreensão ou interpretação possa ocorrer de forma equivocada, pois nem sempre essência e aparência coincidem, é por meio dela que a subjetividade de um indivíduo torna-se objetivamente acessível e dotada de sentido para o observador, mesmo que não haja congruência entre os processos subjetivos das partes envolvidas. Dessa forma, a interiorização “constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido.”

Uma vez iniciada a interiorização, o indivíduo experimenta seu primeiro processo de socialização, que se inicia na infância e é denominado de socialização primária. Portanto é por meio da socialização primária que o indivíduo torna-se membro da sociedade.

Carregada de um alto grau de emoção, a socialização primária transcende o aprendizado puramente cognoscitivo, apresentando também um caráter altamente coercitivo, posto que o mundo da socialização primária não é um dos mundos possíveis, é o único mundo possível. Por essa razão cria-se na consciência da criança um forte processo de identificação com aqueles que são responsáveis por sua socialização primária. Esse fato, por sua vez, gera uma abstração progressiva dos papéis e atitudes em geral. Para Berger e Luckmann (1976, p. 178):

Esta abstração de papéis e atitudes dos outros significativos concretos é chamada o outro generalizado. Sua formação na consciência significa que o

indivíduo identifica-se agora não somente com os outros concretos, mas com a generalidade do outro, isto é, com uma sociedade.

De acordo com os autores, a formação na consciência do outro generalizado marca profundamente o processo de socialização na medida em que determina “a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida”, o que, por sua vez, implica o “estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua”. A cristalização do outro generalizado na consciência estabelece uma relação simétrica entre as realidades objetiva e subjetiva. Isso significa que o indivíduo nasce em mundo social objetivo, mas a construção da sua vida, da sua identidade e da subjetividade dentro desse mundo será definida basicamente por dois fatores: sua localização na estrutura social e suas idiossincrasias individuais, ou seja, a construção social do indivíduo é marcada pela contínua e permanente interação entre as realidades subjetiva e objetiva.

O processo de socialização primária conclui-se quando “o conceito do outro generalizado (e tudo que o acompanha) foi estabelecido na consciência do indivíduo”. Porém, cabe destacar que “a interação da sociedade, da identidade e da realidade não se faz de uma vez para sempre. A socialização nunca é total nem está jamais acabada.” (BERGER; LUCKMANN, 1976, p. 184).

Os processos de socializações subsequentes à socialização primária são denominados de socialização secundária. Esses processos são construídos por meio da interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições, “sendo determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento”. Os submundos interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais em contraste com o mundo adquirido na socialização primária. Assim “o problema fundamental da socialização secundária é tratar de uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado”. (BERGER; LUCKMANN, 1976, p. 187).

Uma vez que a socialização secundária entra em contradição com a socialização primária, a subjetividade dos indivíduos incorpora novos elementos, daí que o choque dos contrários gera o novo. Um novo que pode reafirmar ou negar qualquer uma das partes. Ou um novo que pode conter elementos de ambas as partes. A socialização primária, por estar mais fortemente entrincheirada na subjetividade do indivíduo, sem dúvida será presente nesse novo, mas a socialização secundária também contribui e desempenha um importante papel

nessa construção, pois representa a razão. E é nesse choque contínuo de razão e emoção que o indivíduo segue sua trajetória construindo o ser, fazendo suas escolhas, definindo seus caminhos. Talvez seja por essa razão que, em diversos momentos, os autores destacaram que não é possível compreender o processo de construção social sem compreender a dialética da sociedade.

As reflexões de Berger e Luckmann (1976) são pertinentes para a análise da inserção precoce no trabalho doméstico, ao considerar-se que se trata de uma realidade socialmente construída. A pobreza material, somada a valores e culturas historicamente estabelecidas e que permeiam as famílias de origem das meninas, e as famílias que as recebem, contribuem significativamente para a existência do trabalho doméstico infanto-juvenil.

De um lado a pobreza e a crença de que criança pobre tem que trabalhar para não ingressar na prostituição, na marginalidade e nas drogas, somado à ideologia de que o trabalho é indicativo de virtude e decência e que todo trabalho é digno. De outro, a exploração disfarçada de ajuda, o conveniente gesto de caridade em ajudar as pobres meninas desvalidas.

Carla que começou a trabalhar como empregada doméstica aos oito anos, e só estudou até o primeiro ano do ensino fundamental, é a manifestação clara da eficiência da socialização para domesticidade:

[...] Hoje eu já gosto do meu trabalho, gosto das pessoas para quem eu trabalho, pra mim tudo tá bom, eu sou de todo acordo. Meu marido queria que largasse meu trabalho, porque ele acha que eu ganho muito pouco e trabalho muito, mas eu não largo, sei viver sem trabalhar não.(CARLA)

Eva, apesar de mais escolarizada (estudou até a oitava série do ensino fundamental), mais jovem (18 anos, demonstra um misto de domesticidade e inocência ao declarar: “trabalho de doméstica é bom né?!, bem ou mal a gente tem onde morar e tem comida também” (EVA)

Gilda (38 anos), que hoje passa por sérias dificuldades financeiras e está impossibilitada de trabalhar por motivo de doença, doença esta adquirida em decorrência do esforço físico realizado em seus vinte seis anos de profissão (ela trabalha de doméstica desde os doze) saiu da última casa onde trabalhou por sete anos sem receber nada além do salário do mês, se recusa a colocar o patrão na

justiça: “Muita gente já me disse que se eu colocar eles na justiça eu vou ganhar um bom dinheiro, mas eu não faço isso não, isso não é coisa de gente bem” (GILDA).

Refletindo, ainda, sobre o processo de socialização na identidade das empregadas domésticas, apresenta-se a interessante análise de Kofes de Almeida (1982). A autora considera que, em nosso país, existem mulheres que são socializadas para serem patroas e outras para serem empregadas domésticas. O que significa dizer que, de um lado, as meninas da classe média e da burguesia são educadas para serem patroas, o que faz parte da sua formação subjetiva e social, ao mesmo tempo em que é parte da construção do seu projeto de constituição de família ter uma empregada doméstica, seja da preparação do casamento ou nos tempo atuais, do não-casamento.

Por outro lado, as meninas das famílias mais pobres tem outro tipo de formação sociocultural. Não que sejam socializadas especialmente para serem empregadas domésticas, mas existe uma educação e uma condição nas quais o emprego doméstico situa-se como mais próximo de seu horizonte, como a possibilidade mais concreta para quem não conseguiu ir em frente na escola, para quem sai do campo para cidade, para quem está nas periferias das grandes cidades. (KOFES DE ALMEIDA, 1982)

Nesta mesma linha de análise, Vaz (1999) avalia que as meninas pobres são introduzidas no trabalho doméstico familiar desde os primeiros anos de vida, cuidando dos irmãos mais novos e ajudando nos afazeres domésticos. Esta imposição ocorre em torno dos sete anos, não no sentido de opressão, mas de uma “prática cotidiana coletiva dos pobres”. Daí, a passagem para o trabalho doméstico remunerado torna-se um desdobramento natural.

Helena (que foi “dada” aos nove anos) é um exemplo dessa socialização para trabalho doméstico: “mesmo muito antes de minha mãe me dá eu já ajudava no serviço de casa”.

Isis que começou a trabalhar como empregada doméstica aos 14 anos é um exemplo mais ilustrativo ainda:

[...] minha mãe trabalhava de roça, quebrava côco, meu pai também trabalhava de roça, e eu fazia o serviço doméstico na casa da minha mãe. Ela ia trabalhar e eu ia cuidar dos meninos mais novos do que eu, eu era uma das mais velhas, eu ficava em casa, eu cuidava da roupa, eu cuidava do comer, depois fui trabalhar na casa de família e a minha infância foi essa. (ISIS)

Para Ávila (2008) o trabalho doméstico, é pensado, muitas vezes, como uma estratégia temporária, enquanto não se ascende a outro momento da vida, à outra condição de trabalho. Condição que algumas superam, porém, muitas não, de modo que o temporário torna-se permanente.

No caso desta pesquisa, de dez trabalhadoras, uma conseguiu mudar de profissão, trata-se de Júlia, que se licenciou em Pedagogia e hoje é professora de Sociologia no ensino médio. Das demais, sete permanecem no trabalho doméstico, uma se afastou por problemas de saúde (Gilda), a outra vive de bolsa-família e saiu do emprego porque “não aguentava mais a profissão” (Diana). Eva sonha com outra profissão, está há três anos tentando voltar para escola, mas ainda não conseguiu.

5.4 A dor da separação: saudade, medo, vulnerabilidade

As lembranças referentes ao início da vida no trabalho trazem consigo a dor da separação. Ana, Carla, Gilda, Helena e Júlia relatam o sofrimento em decorrência da separação da família.

[...] Eu sofri muito quando me separei da minha mãe e dos meus irmãos, era eu que cuidava dos meus irmãos menores, eu sentia falta deles, sentia falta de brincar com eles, até do meu pai eu senti falta. A Glória minha irmã era bebezinha, eu chorava tanto de saudade dela. Minha mãe disse que eu ia me acostumar, que ia ser melhor pra mim, mas foi muito duro minha filha, depois que eu fui embora, só pude ter contato com minha família anos depois quando eu me casei mais Roberto. (CARLA)

A explicação para o sofrimento narrado por Carla pode ser encontrado nas reflexões de Rizzine (2002, p. 46):

Há algo que em essência não mudou: a família se transforma, mas o ser humano continua a depositar nela a base de sua segurança. Apesar das mudanças rápidas e profundas que vêm afetando a vida familiar, o fato é que o desenvolvimento de uma criança em seus primeiros anos de vida não sofreu mudanças significativas [...] a criança conta com a família para o seu desenvolvimento físico, mental, social, moral e espiritual.

Carla não foi única a sentir a dor da separação:

[...] Quando aquela mulher foi me buscar, eu sabia que tão cedo não veria minha mãe, e, também, senti dentro do meu coração que coisa boa não me esperava, tive medo, chorei de Corotá até São Luís. Eu estava certa: o destino que me esperava era muito cruel. (JULIA)

[...] Quando entrei naquela casa fiquei com medo, achei aquele povo tão estranho, a mulher parecia estar sempre zangada e quando tava na presença do marido dela era pior ainda, eu tinha medo dela, sentia falta da

minha mãe. É estranho você sair da sua casa ir pra outro lugar com uma gente que você nunca viu, me senti um peixe fora d'água.(HELENA)

Essa situação representa uma violação de direitos. O primeiro direito violado é o da convivência familiar e comunitária, pois toda criança e adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio de sua comunidade e família de origem (art. 19 do ECA). A família na qual venha a prestar serviços domésticos não pode, nos termos da doutrina da proteção integral, ser considerada “família substituta”, pois a mesma, via de regra, possuirá outros valores e elementos sócio-culturais, diversos da família biológica do empregado, que não será considerado e nem tratado de forma idêntica aos demais membros da família empregadora. Embora, na época em que Carla, Júlia e Helena foram “dadas” para as famílias empregadoras, essa fosse uma prática comum e sem leis claras para coibi-la, isso não minimiza o sofrimento e os traumas deixados na vida dessas mulheres.

Rizzine (2002), destaca a importância dos vínculos orgânicos, biológicos, afetivos e sociais que a criança estabelece com a sua família de origem desde o seu nascimento, afirmando que a ruptura de tais vínculos sempre enseja dor e sofrimento .

5.5 No cotidiano de trabalho, exploração e violência

Uma característica marcante do trabalho doméstico infanto-juvenil relatado pelas trabalhadoras entrevistadas são as extensas jornadas de trabalho, com precárias ou inexistentes formas de pagamento, resultantes em restrição de liberdade e em opressão física e psicológica das meninas trabalhadoras, submetidas a condições de servidão. As entrevistas estão repletas de exemplos:

[...] Lá a gente levantava de madrugada para enxugar o mijo dos filhos dela pra poder dar conta do serviço eu e o outro menino que ela criava, e se ela acordasse não tivesse tudo limpo a gente nem café tomava. (CARLA)

Na primeira casa onde trabalhou, aos oito anos de idade Carla, não sabe precisar quantas horas trabalhava por dia, mas lembra bem que trabalhava da hora que acordava até a hora de dormir. Carla não recebia pagamento em dinheiro, só recebeu seu primeiro pagamento anos depois quando já era adulta. Diana, ansiosa para receber pagamento e poder finalmente “comprar as coisas” que as garotas da sua idade usavam ficou extremamente decepcionada quando recebeu seu primeiro

salário, principalmente, porque o salário não era compatível com a quantidade de serviço na casa:

[...] Eu vim pra ganhar duzentos cruzeiros, mas quando a irmã dela veio disse que era pra ela pagar só cem. Então eu era tudo, eu era doméstica, era babá, fazia tudo, lavava, passava, limpava casa e cuidava do bebezinho, e ela só me pagou cem. (DIANA)

[...] E eu só parava quando eu estava dormindo. As minhas pernas eram tudo inchadas e meus pés racharam, era rachados os meus pés. Então é muita exploração, é muito exploração (DIANA)

Fernanda também se achava explorada e se ressentia do baixo salário que recebia:

[...] Eu trabalhava lá numa casa, eram quatro pessoas: era o dono da casa, a esposa dele e duas meninas, eu cuidava delas, nessa época também era um pouco ruim, porque eles não pagavam um salário adequado pra mim, eu trabalhava, fazia tudo em casa, cuidava das meninas o dinheiro que eu ganhava era R\$ 50,00 e ele era vereador. (FERNANDA)

Já Eva, que por sua vez, estava mais interessada em ter uma casa e uma família do que no salário propriamente dito, a sua decepção girou em torno do acordo quebrado:

[...] Fiquei chateada porque eu fui pra lá pra mim brincar com a filha dela, só que de tarde todo mundo ia dormir e eu ficava fazendo as coisas de tarde, lavando roupa, louça, entendeu? Eu é que dava comida para o pai do marido dela, também tinha que enxugar o chão porque ele banhava o pai dele, e eu tinha que enxugar com uma esponja lá em cima, e lá não tinha piso, era cimento grosso daquele que coloca brita, aí tinha que enxugar e tudo isso era eu que tinha que fazer, eu limpava em cima e em baixo. (EVA)

Ana também se queixou da quantidade de serviço, mas pelo menos a tia/patroa cumpriu a promessa de matriculá-la na escola e supria o material escolar.

Bruna, aos 11 anos, além do serviço da casa tinha que ajudar a cuidar de um bebê recém-nascido, de quem ela foi babá por um ano, quando ela fugiu em decorrência dos maus-tratos.

A criança que você cuidava tinha quantos anos?

Quando fui pra lá ela tava grávida ainda, eu cheguei em um dia e no outro ele nasceu.

Então você cuidou dele desde que ele nasceu?

Cuidei e cuidei até quando ele completou um ano de idade, aí nesse tempo que eu morei lá, ela começou a brigar porque eu não queria mais ficar e ela começava a jogar coisas na minha cara dizendo que a minha mãe não tinha onde cair morta, só que nesse tempo todo que eu trabalhei nunca ganhei nada, a única coisa que eu ganhei foi uma saia e uma blusa. (BRUNA)

Em resumo, no que se refere à jornada de trabalho: Ana, Bruna, Carla, Diana, Eva, Fernanda, Gilda, Helena e Júlia queixaram-se da grande quantidade de serviço e do tempo que essas atividades lhes consumiam. Somente Isis declarou que tinha tempo para o descanso e para os estudos.

Sobre a remuneração dos serviços prestados: Ana, Eva e Isis recebiam alimentação, vestuário e material escolar; Carla, Helena e Júlia só recebiam alimentação; Bruna, na primeira casa onde trabalhou dos oito aos onze anos, ganhava R\$ 50,00. Depois que passou para os cuidados da tia/patroa aos onze anos, só recebia alimentação. Fernanda e Gilda recebiam R\$ 50,00. Estes salários eram transferidos integralmente para as respectivas mães. Diana, em seu primeiro emprego, quando a moeda ainda era cruzeiro recebia Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), poucos meses depois trocou de emprego e teve seu salário reduzido pela metade, mas pelo menos no novo emprego ela não apanhava.

Bruna, depois que fugiu da casa da tia/patroa, ainda menor de idade, empregou-se em outras casas e enfrentou novos problemas. Em uma das casas foi acusada de roubo:

[...] aí ela começou a reclamar do meu serviço que eu não tava fazendo nada direito, que não arrumava o quarto dela direito, que tinha sumido a toalha e que ela estava desconfiada; peguei e disse pra ela que se ela quisesse olhar nas minhas coisas, ela pegou foi lá e olhou. Com uma semana a toalha apareceu, aí peguei e disse pra ela que eu não ia mais trabalhar lá e ela me disse que eu ficasse numa casa só dois ou três meses ia pegar mal pra mim, que em toda casa eu ia passar humilhações. Aí peguei e falei pra minha mãe que eu não ia mais trabalhar lá, minha mãe disse que era pra mim ficar lá pelo menos até o final do ano, mas eu disse que não queria, ela insistiu e disse pra ela ir no meu lugar pra saber se é bom, para ela ver como é que é o clima da casa, que era 24 horas brigando, ela brigava com o marido dela e depois descontava na gente. Minha mãe pegou se zangou comigo e eu disse pra ela que não ia mais trabalhar lá, depois eu passei dois meses desempregada, e aí vim trabalhar na casa onde estou trabalhando atualmente.

Outra frequente reclamação das entrevistadas é a inadimplência dos empregadores. Bruna, depois de dois meses sem pagamento, resolveu parar de trabalhar e após várias tentativas de receber os salários atrasados, recorreu ao conselho tutelar:

[...] Trabalhei lá dois meses, mas a mulher me enrolou e peguei e coloquei ela na justiça porque ela não queria me pagar, era todo tempo dizendo que não estava trabalhando, mas só vivia viajando, fazendo cabelo,

fazendo unha, e mais isso e aquilo outro e nunca tinha dinheiro pra me pagar, aí peguei, fui, coloquei ela na justiça, ela pegou e foi me pagando aos poucos.

Você foi no Ministério do Trabalho e deu parte dela?

Não, eu fui lá no conselho tutelar, que era de menor. Eles mandaram uma intimação pra ela e para o marido dela e aí ela disse que não que ela já tinha me pagado, e todo o pessoal da rua já sabia que ela não pagava as pessoas direito, e eles testemunharam que ela não tinha me pagado e eles mandaram outra intimação pra ela, aí ela foi me pagando aos poucos. Ela disse que não era pra me dar parte dela mais não, que ela ia me pagar, mas eu sabia que se eu não fizesse isso ela nunca ia me pagar, e sabia que eu estava fazendo o que era certo, que eu estava buscando o meu direito. (BRUNA)

Fernanda, também, enfrentou problemas com inadimplência da patroa e foi obrigada a abandonar o emprego por falta de pagamento.

[...] a gente morava de aluguel, e eu comecei a trabalhar com ela e nos primeiros meses foi tudo bem, só que depois ela começou a atrasar demais o meu dinheiro, às vezes demorava mais de mês, e aí eu tinha que pagar aluguel, e aí nunca tinha o dinheiro no dia certo (FERNANDA)

Fernanda não recorreu à justiça, abandonou o emprego, encontrou novo emprego e seguiu com a vida.

Ademais, as altas jornadas de trabalho, baixos ou inexistentes salários e a inadimplência dos empregadores, estes não eram os piores problemas vivenciados pela trabalhadoras entrevistadas, o pior problema era mesmo a violência física, psicológica e sexual.

Das dez entrevistadas, oito declararam-se vítima de violência física: Ana, Bruna, Carla, Diana, Eva, Gilda, Helena e Julia. Apresento a seguir trechos das entrevistas, onde as trabalhadoras relatam situações de violência:

Você apanhava?

Sim, ela me batia de cinto, de chinelo, dava na minha cara. (ANA)

Ela te batia?

Batia, e nesse tempo que morei lá eu estudei, mas eu mais faltava do que estudava.

Você faltava por quê?

Porque era eu que cuidava do menino.

A criança que você cuidava tinha quantos anos?

Quando fui pra lá ela tava grávida ainda, eu cheguei em um dia e no outro ele nasceu. (BRUNA)

Por quê você fugiu de lá?

Porque lá a gente entrava na peia. Na época não tinha banheiro, era sentina, mas tinha o vaso sanitário na sentina, não tinha era banheiro como hoje, aí tinha um pote muito grande lá dentro, e nós enchia, eu e o outro menino que ela criava. Eu fui pra lá pra trabalhar e ele ela criava. Perto de casa tinha o igarapé, e a gente ia buscar água no igarapé pra encher o pote,

e eu não podia com a lata cheia, por conta disso eu demorava, entendeu? Era uma luta pra colocar a lata na cabeça, e a lata escorregava para o lado e eu corria junto e ela vinha tirava o tamanco do pé e batia na gente, e não era só em mim, era nele também, só que quando minha mãe e meu pai chegava lá, ela me obrigava a mentir, eu tinha que mostrar um sorriso daqui até aqui. (CARLA)

Por que ela quis te bater?

Por que ela me mandou passar uma roupa dela e eu passei, só que ela achou que não estava bem passado e me mandou passar de novo, como eu disse que não ia, ela quis me bater, aí eu mandei um recado para minha mãe que queria ir embora e a minha mãe veio me buscar e me levou pra casa. (GILDA)

Você apanhava?

Sim e aí nesse dia que ela veio me bater, e eu fiquei acuada, e a gente ficar acuada por alguém é muito ruim. [...] eu fiquei muito revoltada, quando eu pensava que ela tinha me tirado da casa da minha mãe pra cá pra quando chegar aqui me maltratar, é muito sofrido pra gente. (DIANA)

Você apanhava?

Sim

Por que?

Eles me testavam. Uma vez a filha dela deixou um pacote da salgadinho aberto dentro de uma sacola pendurada na cabeceira da cama, eu olhei lá, tava aberto, eu olhei e comi, aí ela perguntou pra mim quem era que tinha comido e eu peguei e fiquei com medo de responder e disse que não fui eu. Ela me bateu, ela disse foi tu sim, e aí me bateu por causa disso, porque eu tinha comido esse salgadinho. (EVA)

Você apanhava? Sim, minha filha apanhei em várias casas, de criança a adolescente, quando criança eu apanhava quando não dava conta do serviço e quando fiquei mocinha apanhava por causa do ciúme da patroa. Ela queria quebrar minha cabeça com ciúme do marido. (HELENA)

Você apanhava?

Sim, muitas vezes, ela me deixou marcas, cicatrizes na testa e muitas na cabeça, lembro que o remédio que ela usava para estancar o sangue era pó de café.[...] a cicatriz na testa foi na pia, as da cabeça foram com uma colher dessas grandes acho que era de ferro pois nunca quebrou. Isto era por esquecer de fazer alguma coisa ou por fazer xixi na rede. (JULIA)

Os casos acima narrados revelam além da violência física, situações de exploração, intimidação (no caso de Carla) e violência moral (caso de Eva e Helena).

Mais do que violência no trabalho, podem ser considerado casos de violência familiar doméstica, pois as meninas agredidas estavam sob a responsabilidade da agressora. Para Saffioti, (1999, p. 2)

Não há maiores dificuldades em se compreender a violência familiar, ou seja, a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio

ou fora dele, embora seja mais freqüente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. Um avô, cujo domicílio é separado do de seu neto, pode cometer violência, em nome da sagrada família, contra este pequeno parente. A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregados e empregadas(os) domésticas(os).

Sobre casos, nos quais a agressora é mulher, Saffioti (1999, p. 3) explica:

A mulher, ou por síndrome do pequeno poder ou por delegação do macho, acaba exercendo, não raro, a tirania contra crianças, último elo da cadeia de assimetrias. Assim, o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados. (SAFFIOTI, 1999, p. 3)

Outro tipo de violência identificada na pesquisa foi a violência sexual. Dentre as trabalhadoras entrevistadas, apenas uma declarou ter sofrido violência sexual na infância. Entre lágrimas, e uma expressão de dor muito forte, Júlia descreveu seu drama:

[...] As violências sexuais foram apenas assédio por parte do marido, que nunca consigo lembrar o nome, só lembro que o tarado era juiz e graças a Deus estava sempre viajando. Ele tomava banho e tirava a toalha e perguntava o que era aquilo "um peruzinho murcho" ou então deitava em cima de mim, agora eu sei, ele não fazia mais nada. O filho também bebia, mas sempre me protegia, até que um dia ele chegou em casa muito bêbado pediu para me segurar naquele lugar corri pra casa da vizinha.

Fernanda foi assediada pelo filho da irmã da patroa:

Eu trabalhava numa casa lá em Mirinzal e o filho da irmã da dona da casa, um dia ele chegou e eu estava em casa sozinha, aí ele chegou tentou abusar de mim, ele chegou arrancando minha roupa e comecei a gritar e eu falei que a dona da casa estava com a chave e ela podia chegar a qualquer momento, aí foi que ele parou, e quando a dona da casa chegou eu falei pra ela, e ela falou que ia conversar com ele e no outro dia eu saí de lá, não quis mais ficar lá não.

Helena também relatou que da adolescência à idade adulta sofreu assédio em várias das casas em que trabalhou. Certa vez teve que se trancar no banheiro para se livrar das investidas do patrão.

Para Saffioti, (1999, p. 3)

As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral.

As demais trabalhadoras negaram qualquer tipo de abuso ou assédio, mas duas delas, Carla e Diana, relataram casos impressionantes ocorridos com colegas de trabalho:

Nessas casas todas que você trabalhou já tentaram abusar sexualmente de você?

Não, isso aí não.

E você já ouviu falar de casos em que isso tenha acontecido?

Já, em uma das casas que eu trabalhei o marido teve até filho com a empregada. E em uma outra casa também aconteceu do filho da patroa abusar da empregada e ela sair de lá grávida.

Uma amiga minha que trabalha na casa vizinha a casa que eu trabalhava me contou que há muito tempo atrás quando ela ainda era mocinha foi trabalhar na casa de um policial, e todos os dias todo mundo saía para trabalhar inclusive a mulher dele que também trabalhava fora, onde ele voltou mais cedo do trabalho enquanto todos estavam fora e pegou ela à força na garagem e estuprou ela e depois ainda zombou dela mandou ela chamar a polícia, quando a mulher dele chegou ela contou pra mulher, e as duas choraram abraçadas, a mulher dele disse que não podia fazer nada porque tinha medo dele e que já era costume dele fazer isso com empregada. Depois disso ela saiu de lá, mais não denunciou ele. Hoje eu acho que ele já morreu. (CARLA)

[...] Eu trabalhei em uma casa, trouxeram uma menina de um lugar chamado Graça Aranha, o nome da menina era Gracinha, tão bonitinha, e a menina quis ir embora porque nunca tinha saído de casa. A dona da casa que tinha três filhos, um deles era adotivo e se chamava Vinícius. Pois um dia eu escutei a dona da casa conversando com uma amiga dela, contando que a menina queria ir embora e que ela não queria que a menina fosse, e a amiga dela disse: Olha tranca ela no quarto e faz ela se apaixonar por Vinícius, manda ele tirar a virgindade dela, faz ela se apaixonar por ele, quando ela se apaixonar por ele, tu tira ele e manda estudar fora, manda ele pra São Paulo. E eu fiquei horrorizada com aquilo. E a menina dizia pra mim, eu não gosto deles, eu tenho medo deles. A menina novinha, novinha, que as crianças quando vem do interior parece uma cabritinha espantada. Olha a maldade, ela queria que o menino fizesse aquilo com ela, pra ela aquietar e desistir de embora, e se ela tava dando esse conselho pra outra, então ela já tinha feito isso. A gente vê muita coisa, se a gente for falar, e a gente não fala não é por outra coisa não, é só com medo de matarem a gente. Se tudo que acontecesse aparecesse, talvez não tinha essas coisas. Porque quando vem do interior a gente sofre, sofre, sofre... Olha que quando eu trabalhei no Cohatrac, na casa de uma das vizinhas, tinha uma mocinha que veio de Imperatriz, essa menina apanhava demais, e era o homem e a mulher que batia. Eu digo, doido é os pais que mandam suas filhas.

E o que aconteceu com a Gracinha?

Eu não sei porque eu saí de lá. (DIANA)

A violência sexual é um assunto delicado, via de regra a vítima sente-se envergonhada, muitas vezes se sente culpada pelo abuso e frequentemente se cala

deixando o agressor impune. Quando Isis foi questionada se já havia sofrido abuso sexual, com expressão de surpresa e indignação quanto à pergunta, ela respondeu: “Não! Claro que não! Pode até ter acontecido alguma vez, mas eu não levo isso em consideração, me dou respeito!” Essa reação demonstra que, existe nas vítimas uma falsa consciência de que quando o assédio e o abuso acontecem, isso ocorreu porque “a vítima não se deu respeito”. Há portanto, um processo de culpabilização das vítimas cercado por uma aura de preconceito e discriminação da mulher, que está imbuído na sociedade, nas autoridades e nas próprias vítimas.

5.6 A educação escolar: direito negado – histórias de evasão e repetência

A Constituição Federal de 1988 – estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família...” e, ainda, ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Entretanto, na prática, o que se observa é que esse direito tem sido negado a uma parte significativa da população brasileira.

Todo mundo espera que a escola cumpra seu papel que é o de fornecer instrução, qualificação e diploma a todos. Na verdade, a escola produz muito mais fracassos do que sucesso, trata uns melhor do que os outros e convence os que fracassam de que fracassaram porque são inferiores. Ela só educa e instrui uma minoria. A grande maioria é excluída e marginalizada. (CECCON, OLIVEIRA E OLIVEIRA, 1998, p. 23).

O grupo de mulheres entrevistadas é um exemplo bastante ilustrativo da negação deste direito, conforme podemos observar no quadro 4.

QUADRO 4 – RESUMO DA SITUAÇÃO DAS ENTREVISTADAS QUANTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR

SITUAÇÃO	QUANT
Ingresso tardio na escola	10
Reprovação	4
Reprovação seguida de evasão	2
Evasão	6
Evasão definitiva	4
Evasão seguida de retorno	3
Cursando o ensino fundamental	1
Concluíram o ensino fundamental	4
Cursando o ensino médio	2
Concluíram o ensino médio	2
Concluiu educação superior	1

Entre as dez mulheres entrevistadas, apenas uma (Júlia) concluiu a educação superior aos trinta e oito anos, quando a idade média de formatura entre os jovens de classe média e alta é vinte quatro anos, ou seja, houve aí quatorze anos de atraso. Fernanda e Helena, concluíram o ensino médio, Helena o fez aos cinquenta e dois anos. Ana e Bruna, estão cursando o ensino médio, Bruna por meio de supletivo, em escola particular. Diana, aos quarenta e dois anos, tenta com dificuldades concluir a quinta e sexta série do ensino fundamental na Educação de Jovens e Adultos. As outras quatro, Carla, Eva, Gilda e Isis, abandonaram a escola para não mais voltar.

Ana ficou reprovada uma vez, mas segue na escola normalmente, hoje está no segundo ano do ensino médio, mas não sabe a tabuada e tem muitas dificuldades com a leitura e com escrita.

Bruna depois de abandonar a escola por alguns anos, enfrentou muitos problemas para voltar a estudar e só conseguiu porque se matriculou em uma escola particular. Por ter passado por várias escolas, ficou com documentação e notas pendentes e por isso não conseguiu se matricular na escola pública, então recorreu a uma escola particular que só exigiu comprovante de residência para fazer a matrícula. Ela ganha R\$ 250,00 na casa onde trabalha e paga R\$ 75,00 de mensalidade escolar. Não sabe responder se a escola tem autorização da Secretaria de Educação para funcionar e confessa que nunca pensou a respeito. Ela tem dificuldade de aprendizagem, mas não pensa em sair da escola:

Você gosta de ir à escola?

Sim.

Você tem alguma dificuldade de aprendizagem?

Muitas.

Em que matéria?

Em todas.

Você já pensou em abandonar a escola outra vez?

Até agora não.

Qual seu sonho?

Ser advogada.

Por quê?

Porque é um futuro bom né?! E até posso mudar de idéia, mas por enquanto eu quero ser advogada.

Carla deixou a escola no primeiro ano do ensino fundamental e nunca mais voltou a estudar. Hoje diz que não tem mais cabeça para estudo. Ela não tem consciência da educação como direito, mas chora quando lembra que foi impedida

de estudar pelos padrões. Na sua trajetória ficou marcada a negação do seu direito à educação:

Você estudou até que série?

Eu só aprendi a fazer meu nome mesmo.

Aprendeu a fazer o nome em casa ou na escola?

Eu aprendi na Escola. Com dez anos eu entrei pra escola e fui como se fosse pro jardim, acho que era o primeiro ano, eu não sabia nada, eu fazia assim com o caderno [cobria o rosto] com vergonha, porque eu não sabia fazer meu nome, entendeu?!, e aí todos eles [as outras crianças], todos mais novo que eu, eles sabiam, só não eu. A gente chegava na sala, eles tudo mais novo do que eu, tudo escrevendo, e eu não sabia fazer nada, cobria o rosto com vergonha, porque eu não sabia fazer nem um “a”. A professora era muito boa, dona Marina, aí ela me tirava da sala me levava para sala dela, e ficava pegando na minha mão, e eu aprendi fazer meu nome, mas não foi na sala de aula, foi na sala da professora, por que eu não sabia, eu chorava de vergonha, porque as outras crianças da minha idade sabia, e eles tudo ficavam me olhando, não me criticavam, mas ficavam olhando entendeu, sabe como é criança né?! E assim foi.

Por que você saiu da escola, por que não continuou?

Porque aí eu fui pra outra casa e na outra casa não me deixaram estudar. A patroa disse que era perda de tempo, que era melhor eu me dedicar a trabalhar.

E você não teve vontade de continuar os estudos?

Ô minha filha, eu tinha muita vontade, eu chorava quando olhava as outras crianças fardadas com os livros debaixo do braço indo pra escola(choro). Aí eu fiquei lá e de lá eu saí com 19 anos, passei o resto do tempo lá, ajudei a criar os filhos delas, e nunca tive chance de nada, quando eu fui me embora de lá, saí com uma sacolinha de plástico com minhas roupas dentro, quando eu fui morar mais Roberto [companheiro], eu conheci ele lá trabalhando na construção civil, ele trabalhando, era novo também. Aí eu achava que se eu tivesse a minha casa eu ia me livrar daquele tormento, eu nunca tive oportunidade de brincar, eu nunca fui numa festa, num passeio.

E hoje você pensa em voltar a estudar?

Não, assim, hoje eu acho que não tenho mais cabeça. Hoje quando chego e vejo meus netos fazendo o dever, eu me lembro de quando eu fazia assim com o caderno, aí eu tenho vontade de chorar, eu não sei se eu tenho vontade de voltar a estudar, eu nem sei, mas quando eu era criança eu tinha muita vontade, eu achava muito lindo. Porque foi a minha luta pra meus filhos estudar, a minha filha estudar?! pra não passar pelo que eu passei. Mas eu não consegui nada, e foi assim, aí hoje eu ainda trabalho, gosto do meu serviço, gosto das pessoas pra quem eu trabalho, nunca tive nada pra dizer assim, que eu saí de um trabalho e alguém me remunerou com alguma coisa, me deu alguma coisa, nunca me deram, eu trabalhei dez anos em uma casa e tudo que a dona da casa me deu quando eu saí foi uma televisão esbandalhada, e peguei e mandei concertar, porque eu não tinha, mas outra coisa não. (CARLA)

Diana se ressentia da falta de interesse de seus padrões em relação aos seus estudos. Ela conta que apesar de eles não proibi-la de estudar, nunca a incentivaram:

Nessa época você estudava?

Estudava não

Nem lá em Cajari?

Lá em Cajari eu estudava, mais depois parei

Parou por quê?

Por falta de interesse meu e das pessoas pra quem eu trabalhei. E o que acontecia, de dia tava trabalhando, cedo da noite estava dormindo, e cinco horas da manhã já estava levantada pra poder fazer as coisa e aí esgotava o tempo só trabalhando e não estudei.

Quando você voltou para Cajari continuou trabalhando de doméstica?

Sim, fui trabalhar na casa do prefeito, meu serviço lá era só pra lavar louça, éramos três, tinha a cozinheira e tinha a zeladora, essa até estudava, mas não recebia salário nenhum. Eu recebia muitos presentes da minha patroa, mas o que acontece, o melhor presente que ela podia me dar era o meu estudo, e ela não deu.

Você tinha vontade de estudar?

Eu tinha, eu era muito inteligente, eu não ficava reprovada, até o tempo que eu estudei, quando eu estava na primeira série, o meu professor elogiava, porque quando eu fui pro colégio, eu já sabia ler. Até uns dois anos atrás eu não podia ver uma pessoa fardada de policial, porque eu queria estudar pra ser policial, e quando eu via uma pessoa fardada pra mim era eu. Pra mim, eu me via, mas como eu disse eu não tive oportunidade, também falta de interesse dos meus pais.

Você tinha quantos anos quando parou de estudar?

Dezessete. E agora hoje eu voltei a estudar, estou fazendo a quinta série e é tudo diferente, a gente quase não sabe, porque é tudo muito diferente o estudo de hoje, então o que a gente viu na quinta série naquele tempo, hoje eu não sei, é outra coisa.

Você gosta de ir à escola?

Eu gosto, quando eu não vou já sinto falta, eu me lembro assim quando eu era jovem, quando eu era criança, eu era muito inteligente, e hoje a cabeça tá pesada, porque hoje tá tudo difícil, o estudo hoje é diferente, para o que era no passado, era muito mais fácil do que hoje.

Você sente dificuldade para aprender?

Um pouco

Você entende as explicações do professor?

Entendo, mais eu penso assim, se eu tivesse condições eu ia pagar uma professora particular, pra mim ter mais uma base, porque na escola é tudo muito rápido, nosso tempo é muito rápido, a gente nem começa a aula, já terminou o horário, logo são muitos professores, agora o que eu mais gostei, o que eu nunca tinha visto, foi o inglês. A minha vontade é aprender a ler em inglês, quem sabe um dia né, enquanto há vida há esperança. (DIANA)

Eva estudou até a oitava série do ensino fundamental. Abandonou a escola por faltar muito em decorrência do seu trabalho e, segundo ela, no dia que não faltava dormia na aula de cansaço. Hoje ela sonha em voltar a estudar, está há dois anos tentando, mas sempre esbarra no mesmo problema: a documentação exigida para matrícula (problema semelhante ao de Bruna). Ela estudou em várias escolas e na última escola onde estudou consta que ficou devendo a transferência da escola anterior, que segundo ela, era uma escola comunitária, que hoje não existe mais. Além disso falta em seu histórico escolar notas de provas, que alega ter feito. O fato é que, por causa destas pendências, a escola se nega a lhe dar o histórico e a transferência e sem estes documentos ela não consegue se matricular em outra escola. Um funcionário da escola a orientou a voltar para a quarta série e

repetir tudo outra vez. Ela se recusa. Eva confessa que não se interessa muito pelos estudos, quer voltar a estudar, porque as pessoas que estudam são mais respeitadas. Seu desejo mesmo é de encontrar um bom marido, ter sua casa e não mais trabalhar em casa de terceiros. Acredita que se voltar a estudar tem mais chances de encontrar um pretendente de posses, que possa “assumi-la”.

Eva, aos dezessete anos teve seu primeiro emprego remunerado mas, junto com o salário veio a cobrança e uma jornada exaustiva. Foi neste ano que ela abandonou a escola definitivamente:

E aí com 17 anos você recebeu pagamento em dinheiro pelo seu trabalho?

Foi, eu fui trabalhar no João Paulo na casa de dona Inácia e lá eu recebia pagamento, R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

E como era a vida lá?

Dona Inácia era uma senhora muito boa, só que ela não queria me dá meu final de semana, aí o chato, também, de lá é que era muito grande, e as netas dela quando iam pra lá sujavam muita roupa e eu lavava na mão, aí diziam que eu ganhava muito e pelo que eu fazia. Eu passei sete meses lá, e tudo era separado, minha pasta de dente e meu sabonete era eu que tinha que comprar, leite e manteiga ela não podia comer porque ela era doente, era tudo de soja, então eu também tinha que comprar meu leite e minha manteiga, então tudo isso eu comprava com o meu dinheiro, meu biscoito pra mim merendar, as vezes ela comprava fruta e dava pra gente, mas as outras coisas era tudo separado, eu sempre tinha que separar um dinheirinho pra mim comprar minha merenda, como eu estudava a noite, no Coelho Neto, só que eu saí de lá porque eu faltava muito porque eu terminava de fazer as coisas muito tarde. Assim... porque eu fazia assim, eu fazia o almoço, do almoço ia limpar a casa, porque era bem grande a casa, da casa ia lavar as roupas tudinho, eram três sofás, tinha que lavar as capas do sofá que pesa, então era muita coisa pra mim fazer, então as vezes eu faltava e não tinha tempo para fazer minhas atividades.

Você tinha tempo de estudar em casa?

Não, era muita coisa, tinha terraço pra limpar...

Acordava que horas?

6:00 horas

E ia dormir que horas?

Como eu estudava, eu ia dormir era meia noite, porque quando eu chegava da escola eu ainda ia lavar a louça, limpar a cozinha, fazer tudinho pra mim poder dormir entendeu?!

Por que fez sétima e oitava juntas?

Porque eu era atrasada em relação à minha idade. Demoraram muito a me colocar na escola.

Você teve ou tem dificuldade de aprendizagem?

Não.

Você entendia as explicações do professor?

Algumas coisas, porque a gente tem que perguntar, mais eu entendo fácil e se o professor também for bom né?! e explicar as coisas direito, o aluno entende.

Você gostava de ir à escola?

Mais ou menos, eu não vou dizer que eu gostava, porque quando a gente é criança a gente acha às vezes chato, mas quando a aula era muito boa até que eu gostava de ir, principalmente na 5ª série, que foi quando eu aprendi mesmo coisas de matemática, eu gostava pouco, mais eu gostava. (EVA)

Fernanda enfrentou uma reprovação, quando ainda morava no interior em decorrência da extenuante jornada de trabalho:

Você já ficou reprovada?

Já. Comecei a ficar mal na escola na oitava série. Nesse ano eu consegui passar, mas não passei direto, fiquei em algumas matérias, mas consegui passar, só que aí no primeiro ano eu não consegui, fiquei reprovada. Lá na casa que eu trabalhava tinha duas meninas pequenas, uma tinha 2 anos e a outra tinha 6, e eu tomava de conta delas e fazia o serviço de casa e às vezes não dava pra mim ir pra escola. E também eu ia pra escola mais sempre eu saía antes da aula terminar porque a dona da casa saía e eu tinha que ficar com as meninas, e no final do ano eu não consegui passar.

Faltava aula por causa do serviço?

Faltava, eu tinha que sair mais cedo da aula para voltar pra ficar com as meninas pra ela sair, pra acompanhar o marido dela que estava em campanha. Ele era vereador e estava em campanha, as vezes ela passava na minha escola me pegava me deixava com as meninas e saía.

Havia tempo para fazer as tarefas da escola durante o dia?

Não, quando eu ia fazer era nove, dez horas da noite depois que as meninas dormiam. (FERNANDA)

Depois da reprovação Fernanda resolveu vir para São Luís em busca de um salário melhor e novas oportunidades. Neste período ela perdeu o ano na escola, mas retornou no ano seguinte. Fernanda concluiu o ensino médio aos vinte e um anos e está frequentando cursinho pré-vestibular há um ano e meio. Está inscrita no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e quer prestar vestibular para enfermagem. Ela admite ter um pouco de dificuldade no aprendizado, que considera ser consequência da baixa qualidade de ensino nas escolas do interior:

Você tem dificuldades de aprendizagem?

Não muito, mas tenho um pouco, eu acho que é por causa do ensinamento lá do interior, porque lá o ensino é muito fraco, e quando eu vim pra cá eu tive algumas dificuldades, agora é que eu estou conseguindo superar para conseguir acompanhar o ritmo daqui. (FERNANDA)

Gilda abandonou a escola na oitava série do ensino fundamental quando ficou grávida do primeiro filho. Há cinco anos tentou voltar a estudar, mas quando foi pedir informações, uma funcionária da escola lhe perguntou porque ela queria voltar a estudar naquela idade, se ela não se achava muito velha para voltar. Gilda conta que ficou com vergonha e quando chegou em casa, depois de muitas lágrimas, desistiu de seu intento: não se matriculou. A trajetória escolar de Gilda foi marcada por muitas dificuldades: falta de tempo, cansaço, duas reprovações seguidas, dificuldades de aprendizagem e, por fim, a evasão:

Você abandonou a escola com quantos anos?

Eu ia fazer 18.

Em que série parou?

Eu parei na 8ª.

Por que saiu da Escola?

Foi o tempo em que fiquei grávida do meu filho mais velho e minha mãe não queria a criança, queria que eu desse meu filho. Quando eu tive ele eu tive que parar de estudar pra ir trabalhar pra ajudar a criar ele.

Você gostava de ir para a escola?

Gostava [choro].

Havia tempo para fazer as tarefas do colégio, em casa?

Não, cheguei a ficar reprovada dois anos seguidos.

Chegava atrasada na escola por conta do serviço?

Chegava.

E alguma vez chegou a faltar aula por causa do serviço?

Eu faltava por causa do cansaço.

Tinha dificuldade de aprender?

Às vezes quando eu tinha prova, eu ficava acordada até mais tarde pra estudar pra prova antes de dormir. Mas eu tinha dificuldade sim. Eu não tinha tempo pra estudar, o tempo era muito curto. (GILDA)

Helena parou de estudar na quarta série do ensino fundamental, aos quinze anos quando engravidou do seu primeiro filho. Retornou à escola trinta e dois anos depois, fez o supletivo do ensino fundamental e prosseguiu com os estudos até concluir o ensino médio aos cinquenta e dois anos. Helena conta que resolveu voltar a estudar para acompanhar e incentivar o filho que queria abandonar a escola e enfrentou muitas dificuldades neste retorno.

Você tem dificuldades de aprendizagem?

Muitas, tinha hora que me dava vontade de desistir, e eu voltei a estudar pra acompanhar um filho meu que estava querendo abandonar a escola e pra ele não abandonar eu fui pra sala de aula junto com ele e eu terminei e ele não terminou, ele parou na oitava e eu segui em frente, eu tive dois filhos que não terminaram, os dois homens.

Quando questionada se deseja ir para a universidade, ela sorri timidamente e responde que talvez, mas diz não se sentir preparada e reclama da qualidade da escola pública:

Olha eu fui com muita força de vontade, só que a escola pública hoje deixa muito a desejar, tem muita coisa que eu gostaria de saber, na Matemática, até mesmo na Língua Portuguesa, que eu não me atrevo a fazer, porque eu não sei. Mas eu tenho vontade de continuar. De repente eu até faço um supletivo pra pegar uma base pra fazer o vestibular e quem sabe, daqui pros meus 90 anos, mamãe morreu com 90 anos, talvez eu chegue lá.

Isis, assim como Helena, abandonou a escola quando engravidou do primeiro filho. Triste, ela admite que na adolescência recebeu o incentivo dos padrões para estudar, mas não aproveitou a oportunidade, oportunidade esta que nunca mais se repetiu. Anos mais tarde ela tentou retomar os estudos, porém

depois de alguns meses, abandonou a escola novamente. Quando questionada sobre os motivos da evasão, ela responde:

Cansaço minha filha, cansaço... Quando a pessoa chega em casa, você só tem vontade de chegar e se arrear porque você trabalha o dia todinho. Você chega na casa do empregador só tira a bolsa e troca de roupa, você não tem hora pra almoçar, você não tem uma hora pra se sentar pra descansar, porque é muito duro a vida da empregada doméstica, ela lava, ela passa, ela faz o almoço, ela faz a faxina, tudo a doméstica faz. Como que a doméstica vai ter o tempo pra estudar?! Não tem! Quando chega em casa é só pra fazer alguma coisa pra comer e deitar, e quando menos espera o dia amanhece e aí começa tudo de novo, e você não tem como, não tem tempo pra estudar. Até ano passado eu ainda tentei. Mas não dá tempo. Porque você sai de casa de manhã cedo, quando chega é noite, qual é o tempo que você vai ter pra estudar pra fazer uma prova? Pra quando chegar no outro dia entregar pro professor. Você não tem tempo de fazer seu dever.

Isis não voltou para a escola, mas confessa que ainda sente vontade, porém alimenta poucas expectativas quanto a essa possibilidade.

Com todas as dificuldades possíveis e imagináveis, Júlia foi a única do grupo entrevistado que conseguiu ir para a universidade e concluir um curso superior.

Fui matriculada na escola com dez anos, na 2ª série, mas logo tive que voltar para a 1ª. Estudei com muita dificuldade, talvez por isso goste tanto de estudar, porque me sentia feliz. Hoje sei que é mais que isso, estudar foi a possibilidade de mudar essa história, construir uma nova, escrita por mim. (JULIA)

Anos depois de ser resgatada pela mãe da casa do juiz pedófilo, Júlia voltou para à capital para mais uma vez trabalhar como doméstica, recebendo apenas casa e comida. Nessa época ela tinha quinze anos. No início a patroa não queria que ela estudasse. Ela teimou e estudou mesmo assim, pois sua irmã mais velha, que trabalhava em uma casa próxima, a matriculou. Como a patroa não dava o dinheiro do ônibus, ela ia andando para a escola, diariamente do bairro do Anil até o bairro da Alemanha. Na volta, amigas e professores ajudavam-na com um passe para voltar para casa.

Júlia ficou reprovada na sexta série em Matemática e terminou o fundamental no EJA, logo depois fez o ensino médio. Como se achava muito fraquinha resolveu repetir o ensino médio e fez magistério na Escola "Margarida Pires Leal." Durante esse período ela permaneceu trabalhando na mesma casa. A filha da patroa, vendo seu esforço e sua dedicação aos estudos passou a ajudá-la. Comprava material escolar, livros, dava o dinheiro da passagem. Quando a filha da

patroa casou a levou para morar com ela e deu sua primeira filha para que fosse madrinha.

Júlia continuou estudando, terminou o magistério, se encantou pela profissão de professora e prometeu para si mesma que seria professora. Tentou o vestibular dois anos seguidos, mas não conseguiu aprovação. Depois da segunda reprovação resolveu dar um tempo, mas não se esqueceu de seu sonho, continuou trabalhando na casa da comadre e estudava todos os dias antes de dormir. Quando ouviu falar de um programa do Governo do Estado chamado Vestibular da Cidadania, não pensou duas vezes. Os candidatos tinham que fazer uma avaliação de Português, Matemática e Redação, quem fosse aprovado participaria de um cursinho pré-vestibular que funcionava na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e ganharia uma bolsa de R\$ 100,00. Júlia foi aprovada e imediatamente pediu demissão do emprego na casa da comadre. Estava decidida, se dedicaria exclusivamente aos estudos. Ela alugou um quarto, e passou a dar aulas de reforço como forma de complementar sua renda. Relata que foi a melhor coisa que aconteceu na sua vida, pois fazia uma coisa que gostava e ainda ganhava um dinheirinho.

No cursinho as coisas iam muito bem, finalmente era uma estudante profissional, o que ela considera um luxo. Quando chegou a hora de se inscrever no vestibular, Júlia já havia se decidido: se inscreveria para Pedagogia. Todavia, diante das reprovações passadas e do medo de uma nova reprovação ela optou por colocar seu curso para o polo de Bacabal. Júlia foi aprovada em décimo lugar, se tivesse optado por São Luís também teria sido aprovada. Ela chorou muito quando ouviu seu nome no rádio. Nessa época, Júlia tinha trinta e dois anos.

A alegria da vitória se seguiu pela angústia da nova batalha a ser enfrentada. Júlia nunca tinha ido a Bacabal, não conhecia ninguém de lá, mas nessa hora encontrou um exército de amigos dispostos a ajudá-la. A mãe, a irmã, a patroa-comadre, as antigas colegas do magistério, antigos professores. Assim, uma amiga de uma amiga que tinha uma prima que morava em Bacabal conseguiu hospedagem, a comadre conseguiu o dinheiro da passagem, os amigos se cotizaram e lhe presentearam com uma quantia para ajudar nas despesas de estadia. Júlia seguiu rumo ao sonho de ser professora. Para financiar os estudos ela deu aulas particulares e vendeu batata frita na praça.

Júlia se saiu muito bem nos estudos, excelente aluna, tirava sempre ótimas notas. No meio do curso foi surpreendida pelo inesperado: Júlia teve um acidente vascular cerebral (AVC). Ficou com paralisia do lado esquerdo do rosto. Mais uma vez parentes e amigos entraram em ação e ela veio para São Luís, fez o tratamento, fez fisioterapia e, gradativamente, recuperou os movimentos do rosto. Em setembro do ano passado, aos trinta e oito anos Júlia colou grau. Ela é o único membro de sua família que concluiu a educação superior. Quando recebeu seu diploma mais uma vez Júlia chorou muito, lembrou do passado sofrido e diz que desejou procurar a esposa do juiz pedófilo para mostrar a ela que tinha vencido. Não o fez.

Em julho desse ano ela foi aprovada em seletivo do estado em regime de contrato temporário, para lecionar Sociologia em escola do ensino médio na cidade de Coroatá. Júlia se define como a professora mais feliz do mundo.

Hoje sou uma pessoa feliz, trabalho na docência no ensino médio com a disciplina Sociologia, sou queridíssima pelos colegas e principalmente pelos alunos e todo sofrimento por que passei ficou apenas como motivação para vencer as dificuldades. Logo, logo serei mestra em educação. (JULIA)

Lamentavelmente, a vitória de Júlia é uma exceção. Na trajetória das mulheres pobres, a inserção precoce no trabalho doméstico acaba se impondo como única estratégia de sobrevivência que persiste no decorrer de sua existência, contribuindo para o fracasso escolar e perpetuação da perversa condição social.

5.7 A continuidade do trabalho doméstico na vida adulta

A continuidade do trabalho doméstico na vida adulta foi marcada por exploração, acusações de furto e humilhações, reflexos dos antagonismos das relações de classe.

Entre as mulheres entrevistadas, na idade adulta, apenas duas deixaram o trabalho doméstico: Júlia e Diana. Júlia, conforme já foi narrado, licenciou-se em Pedagogia e, hoje, é professora. Os motivos de Diana, infelizmente, não se assemelham aos de Júlia. As demais continuam trabalhando como empregadas domésticas. Ana, Bruna, Eva e Fernanda planejam dar continuidade aos estudos e ter outra profissão. Mas só Fernanda, por ter conseguido o incentivo e ajuda da patroa, tem chances reais de atingir esse fim.

Diana abandonou o trabalho doméstico aos quarenta e dois anos, e atualmente vive da bolsa família do Governo Federal, e da ajuda da filha que mora com ela e, também, trabalha como doméstica. Para complementar a renda Diana vende cosméticos por meio de revista, atividade que nem sempre lhe garante renda e que algumas vezes lhe gera prejuízos devido à inadimplência dos clientes. Diana define o trabalho doméstico como escravidão:

[...] É minha filha, eles escravizam muito a gente, tanto faz ser o marido como a mulher, se um é ruim, o outro é pior, então é como eu digo é uma exploração. Logo eles humilham as pessoas. Você fica ali. Tem casa que a gente dorme, a pessoa já passa o dia trabalhando e a noite, não digo nada, que a gente trabalhe até oito horas que é quando a gente serve a janta, mas passou daí o patrão tinha que ter consciência e dizer vai te deitar, porque tu não é de ferro, porque tu cansa. (DIANA)

Isis, partilha da mesma concepção de Diana:

[...] Minha filha, dizem que a escravidão acabou, mas não acabou não, trabalho doméstico é escravidão. Eu vou te dizer: o trabalho doméstico é explorado e é um trabalho que o empregador não dá valor a doméstica. Ele não dá valor à profissão de doméstica, porque era pra eles dar valor, mas eles não dão e o que eles puderem explorar eles exploram. (ISIS)

Diana descreve as muitas agruras do trabalho doméstico. Em sua trajetória profissional, frequentemente imputavam a ela as mais diversas atividades.

[...] Ela queria que eu limpasse piscina, e isso é serviço pra homem, mas ela não queria pagar outra pessoa pra fazer, eu é que tinha que fazer. Queria que saísse de lá tarde da noite, no escuro, com tanto ladrão que existe por aí, eu a pés, sem carro, sem bicicleta. E eu disse não a casa é sua, o serviço é seu e a vida é minha, aqui eu não fico mais. Teve outra que eu trabalhei, essa é que era, eu cuidava do pai que tinha aquela doença que se esquece de tudo, o pai dela se fazia cocô todinho, ela nunca limpou o pai, eu que banhava, e eu colocava ele pra se lavar que ele não era aleijado, eu botava água e sabão, e tirava a roupa dele, ele me batia, aí eu conversava com ele e convencia ele a tomar banho. E eu trabalhava na casa dela sem receber pagamento e em troca eu morava na casa que pertencia ao sobrinho dela, o meu pagamento era dado para o sobrinho dela como aluguel da casa porque eu não tenho casa. Então ela colocou o preço do aluguel lá em cima e eu trabalhava e não recebia nada porque ia tudo pro aluguel. Minha filha eu trabalhei em casa de família dos 12 aos 42 e não consegui nada, não consegui juntar nada, nem comprar minha casa e nem nada. (DIANA)

As acusações de furto são outra constante no cotidiano de trabalho:

[...] A gente também é muito observada. [...] e um dia eu cheguei e escutei ela dizendo tu não deixa a porta do meu quarto aberta porque eu não sei se essa empregada é de confiança, e fui entrando e perguntei pra ela a senhora já me viu com alguma jóia em cima de mim. Ela disse não. E eu disse então pronto: se eu não tenho, é porque eu não gosto, e eu nunca roubei nada de ninguém. (DIANA)

[...] As piores humilhações que eu sofri foi ser acusada de negócio de furto, ser acusada de pegar dinheiro, dos patrões colocarem dinheiro ou jóia falsa pra ti testar, isso é muito humilhante. A gente se esforça pra fazer o serviço e na hora a pessoa chegar e dizer que o serviço não está bom. (HELENA)

As pessoas não reconheciam o meu trabalho, você praticamente mora numa casa, você se dedica, e as pessoas não ter aquela consideração e chegar e dizer pra você, que isso ou aquilo sumiu e que você vai ter que dar conta, não que eu tivesse a consciência pesada que eu não fiz nada de errado mas de achar que aquela pessoa não tinha respeito por mim, não tinha consideração, porque eu tinha por eles, mais eles não tinham por mim. (GILDA)

Kofes de Almeida (1982) analisa as acusações de furto contra a empregada doméstica como consequência da natureza ambígua desse tipo de trabalho. A empregada doméstica participa das entranhas da família sem dela fazer parte “as funções que constituem este trabalho não são, na organização doméstica, apenas de ordem técnica [...] a duplicação das mulheres é ameaçadora: confundiria os papéis.” Assim, segundo a autora, a acusação de furto contra a empregada tem o objetivo simbólico de retirá-la de dentro das relações familiares. A pesquisa de campo mostrou que a estratégia funciona, pois todas as entrevistadas manifestaram claramente o sentimento de não pertencimento à casa e à família para quais trabalham. “Morar no trabalho, se torna mais difícil porque a gente passa muito tempo lá, mas aquele não é o lar da gente, e a gente tem que saber dividir as coisas, o trabalho e a moradia” (HELENA).

Para Brites (2008, p. 78):

Os furtos imputados aos domésticos apresentam um panorama das tensões constitutiva do trabalho doméstico em nosso país. No trânsito das coisas dadas, tanto quanto daquelas supostamente roubadas, pude ver uma mistura particular de afeto e antagonismo que espelha as relações desiguais de poder.

A autora destaca, ainda, a convicção de que “foi a empregada”, pode ser decorrência de um reconhecimento tácito da extrema desigualdade que as separa dos patrões. Se aos olhos destes, as empregadas roubam sempre, não seria porque algo lhes falta para viver? (BRITES, 2008, p. 88-89)

No grupo entrevistado, nenhuma das trabalhadoras admitiu furtos. Porém, tanto a literatura a respeito do assunto, quanto exemplos da empiria registram casos de pequenos furtos cometidos por domésticas. Brites (2008) descreve esses casos como um carregamento de formiguinhas:

Creio que não é de todo incomum uma empregada levar pertences da patroa, sem que esta tenha lhe concedido esses objetos. Porém na maioria das vezes são coisas insignificantes, em termos do padrão aquisitivo dos patrões: uma lata de ervilha, um sabonete, um pouco de feijão, sacolas de supermercado, alguns trocados. O ato se parece com um carregamento de formiguinha. Às vezes, algumas empregadas também levam emprestado, temporariamente, uma roupa especial, calcinhas e sutiãs.

Seria ingenuidade pensar no furto como uma forma de sobrevivência, ele se assemelha mais a um ato de rebeldia, o gosto da transgressão, uma forma de resistência, de vingança e até mesmo pequeno poder. As empregadas se deparam diariamente com a disparidade entre o seu padrão de vida e o padrão de vida das patroas, e não raro tentam imitá-las, sendo o furto de seus objetos uma forma tortuosa de parecer com a patroa, ocupar instantaneamente seu lugar. Freire (1987, p. 49) explica que:

Há em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo.

Entretanto, entre as trabalhadoras que jamais praticaram esse ato, o sentimento de humilhação diante das acusações de furto é inevitável, humilhações que se estendem para além das acusações e se manifestam das mais diversas formas no cotidiano de trabalho. Repetir diariamente, o mesmo serviço, ouvir que este serviço está mal feito, atrasos no pagamento, comer as sobras, xingamentos, a lista é longa:

[...] Humilhação já passei muitas, todas as domésticas, com certeza, todos os dias... O empregador quando você vai fazer um contrato é um horário, na hora eles quebram o contrato, eles não cumprem o dever deles. Tem muito empregador que você tem que tá ali, cobrando pra ele fazer o pagamento, tudo isso existe, tudo isso aí é um tipo de humilhação, é um tipo de exploração. (ISIS)

[...] Eu chorei porque eu não aguentava escutar tanta coisa. Ela ficava com raiva e começavam a dizer que a comida estava ruim, e aí ela começava a brigar comigo, e era pior quando ela se estressava. Quando ela estava pra menstruar começava a brigar, a gritar e a quebrar as coisas, os pratos, os copos. Ela era muito estressada, muito estressada. (EVA)

O fato é que “a presença cotidiana da empregada, na casa dos patrões, possibilita que elas dominem um grande número de informações sobre seus empregadores” denotando “um poder que não pode negligenciar”. (BRITES, 2008, p.

91). A pesquisa de campo revelou histórias de adultério, brigas familiares, pedofilia, casos de abuso sexual de patrões em relação à empregadas, ou seja, o lado negro e perverso que nenhuma família gostaria de ter; e ao humilhar, diminuir e agredir a doméstica, simbolicamente os empregadores estão negando tudo o que rejeitam em si mesmos: agredem como opressores, o opressor que vive no oprimido. (FREIRE,1987)

5.8 A subversão da ordem: sindicalização e outras formas de resistência

Subalternidade, invisibilidade, exploração, precarização são alguns dos traços que definem o trabalho da empregada doméstica e configuram sua situação de opressão econômica e social. Entretanto, por mais que seja imposta a condição de servidão, é próprio da natureza humana o anseio por liberdade. “Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se mostra infundida do anseio de busca do direito de ser.” (FREIRE, 1987, p. 43). Por isso, modos de resistência se manifestam das formas mais diversas e criativas. Longe de assumir a condição de vítima, consciente ou inconscientemente, uma parte significativa das mulheres inseridas no trabalho doméstico se incomodam com sua situação de exploração e se ressentem da desvalorização de seu trabalho. Esse incômodo é, muitas vezes, o primeiro passo na busca de seus direitos. Nessa trajetória, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Maranhão (SIDOMÉSTICO-MA) tem desempenhado um papel primordial na vida de muitas trabalhadoras, constituindo-se em um importante instrumento na luta pela conquista da cidadania e direitos trabalhistas.

Isis nos fala sobre a importância do sindicato na sua vida:

[...] A partir do momento que eu conheci o sindicato eu passei a ficar mais fortalecida, não fiquei mais acomodada, como eu era acomodada, quando eu vou conversar com o empregador eu já sei me expressar, se eu vejo que as coisas estão errada do empregador comigo e de mim com o empregador, eu chego e converso com ele. A partir do dia que eu comecei a frequentar o sindicato as coisas pra mim melhorou cem por cento, apesar de eu não ter meu estudo, porque eu não tenho meu estudo, não fiz o segundo grau, mas aprendi a expressar minha insatisfação. (ISIS)

Com o sindicato, Helena também aprendeu a reivindicar seus direitos:

O que aconteceu, eu sofri uma agressão, depois da agressão o irmão dela veio me fazer uma proposta de indenização de R\$ 2.000,00, isso depois de 13 anos de trabalho. Sem falar que fora esta agressão eu já tinha sofrido outros tipos de agressão psicológica, verbal, já me acusaram de roubo, e eu pensava o que se eu saí daqui eu vou estar assumindo que fiz alguma coisa, e eu não fiz, então eu vou continuar aqui, porque eu não roubei, eu só trabalhei e trabalhei.

E você aceitou a proposta?

Não, eu vim aqui (no SINDOMÉSTICO) e peguei o cálculo, porque eu ainda não era associada, peguei o cálculo e levei pra eles.

E o cálculo daqui deu quanto?

O cálculo daqui deu 11.000,00 (onze mil) pra quem queria me dá 2.000,00, eu peguei o calculo tirei uma xerox e levei, só que eu não entreguei pro cunhado do meu patrão, eu entreguei foi pra ele mesmo. Eu não trabalhava pro cunhado dele, trabalhava era pra ele, e ele não sabe nada do que aconteceu aqui, porque só quem foi testemunha foi meu patrão.

E você foi lá, mostrou o cálculo a ele e o que aconteceu?

Fui mostrei a xerox, tirei duas cópias e guardei o original, eu sabia que ele ia deixar lá jogado, e eu disse pra ele, olha isso aqui é o meu tempo trabalhado e tudo aquilo que vocês nunca me repassaram, que era vale-transporte, férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, 13 anos sem férias, sem décimo, sem nada. Como eu imaginei ele deixou o papel jogado lá. Daí pra cá eu passei a ter problema de pressão alta, passei a tomar medicamento, minha pressão muito elevada e aí ele começou a me olhar mais por esse lado da minha saúde, porque ele é médico, passou a me trazer remédio, aí ele fez um acordo comigo e me pagou, mas queria que eu desse meus dados pra ele levar pro contador dele e eu disse não, que tinha que ser é pelo sindicato das domésticas. (HELENA)

O Sindicato das (os) Trabalhadoras (es) Domésticas (os) do Maranhão foi criado em 5 de outubro de 1989 e registrado no dia 30 de outubro do mesmo ano, sob o nº 6701/89 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil de Pessoas Jurídicas Cantuária de Azevedo. O SINDOMÉSTICO-MA foi fundado por iniciativa das trabalhadoras Marinalva Edésia do Santos, Maria Rosana Santos de Almeida, Maria Cecília dos Santos Ribeiro, Maria Lúcia Serra, Lucília Rosa Lisboa Alves, Maria Isabel Castro Costa, Agostina Costa Lima, Maria de Fátima Souza, Bromilda Fonseca Tavares, Magnólia Maximiana de Fátima dos Santos, Maria Luiza Ribeiro da Silva e Dalva Maria da Silva Viana. No início de sua atuação, o SINDOMÉSTICO-MA tinha como sede uma sala compartilhada com os Agentes de Pastoral dos Negros nas dependências da Arquidiocese, na Av. Dom Pedro II, no Centro de São Luís. Em outubro de 1997 mudou-se para a Casa do Trabalhador, 1º andar, sala 204. (SINDOMÉSTICO, 2010).

O quadro de trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados é de 483 mulheres e 5 homens. Em sua atuação, ao longo dos seus vinte anos de existência o SINDOMÉSTICO-MA buscou:

- Defender e representar legalmente a categoria profissional das (os) trabalhadoras (es) Domésticas (os) na base territorial do Maranhão;

- Lutar pela integridade física e moral das (os) trabalhadoras (es) Domésticas (os);
- Colaborar com os demais sindicatos e organizações, pela independência e autonomia da representação sindical, pelos direitos fundamentais e pela concretização de uma sociedade justa e solidária.

O sindicato também tem promovido diversas campanhas e cursos para sensibilizar e conscientizar a categoria para lutar por melhores condições de vida e de trabalho, abordando temas que vão desde os direitos e deveres da categoria, passando pela luta contra o trabalho infantil doméstico e chegando até os informes sobre a saúde da mulher. Contudo, no desempenho de suas tarefas, o sindicato enfrenta muitas dificuldades, principalmente de natureza econômica, ainda é pequeno o número de trabalhadoras sindicalizadas pois é muito difícil sensibilizar a classe patronal para o cumprimento dos direitos trabalhistas. (SINDOMÉSTICO, 2010)

Brites (2008, p. 98) destaca que:

Todos os estudiosos e militantes do serviço doméstico sabem o quanto a organização política das empregadas domésticas é custosa, pois trabalham isoladamente e não dispõem de instância que as unifiquem com facilidade. Para uma mulher que na maioria das vezes, nem mesmo recebe um salário mínimo e cumpre uma tripla jornada chegar a um sindicato não é tarefa fácil.

Nesta pesquisa, todas as mulheres entrevistadas foram identificadas e localizadas por meio do sindicato, mas só duas são sindicalizadas. Oliveira (2008) explica que o modelo do sindicalismo brasileiro é um modelo europeu e excludente, no qual os homens estão na linha de frente, logo a categoria das trabalhadoras domésticas enfrentam muitas dificuldades para se organizar. A autora destaca também que o sindicato das domésticas é muito diferente de todos os demais, porque, nestes últimos, luta-se em grande medida pela questão salarial ou pelos direitos trabalhistas. As domésticas lutam pela questão salarial também, mas sua luta vai além, sua luta é pela cidadania, pelo enfrentamento das desigualdades de raça e gênero, por saúde, por educação e por participação política.

Outro ponto discutido por Oliveira (2008, p. 113) é o papel do sindicato na conscientização e valorização da mulher trabalhadora, no resgate de sua auto-estima, na luta contra as marcas do racismo e no enfrentamento do machismo que a

afronta dentro e fora da casa do patrão, e muitas vezes dentro da própria casa na relação com o companheiro, o pai, o filho e o namorado. “Existem casos de trabalhadoras que sofrem a violência três vezes: na rua, em casa e no trabalho”. A conscientização de sua opressão é importante pois:

Somente quando os oprimidos descobrem nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência, com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas de ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas que seja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p.56).

Assim, a sindicalização, embora ainda incipiente, constitui-se em uma importante forma de resistência, porque por meio do sindicato ocorre o divulgação dos direitos e de uma forma ou de outra, e apesar dos obstáculos, o sindicato funciona como um agente agregador da categoria. Esse ponto é importante e nos remete a Freire (1987, p. 52) quando nos diz que: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão uns com os outros, mediados pelo mundo”.

Neves (2008) identifica no reconhecimento de direitos uma forma de resistência. Contudo, o diálogo entre patroa e empregada torna-se difícil quando se trata de assuntos de trabalho, isto é, quando o diálogo se dá sobre a relação de trabalho, os direitos e as condições de realização do mesmo. Este diálogo, geralmente não ocorre, porque patroas e patrões se fecham no silêncio e a empregada, sentindo-se inferior, muitas vezes se cala. (CARVALHO, 2008). Entretanto, “O silêncio incomoda, e fala o não dito” (MOTTA, 2008, p. 133).

Outra forma de resistência identificada por Neves (2008, p. 157) e também observado na nossa pesquisa foi a não aceitação do trabalho doméstico para as filhas. Segundo a autora:

As trajetórias marcadas pela humilhação, pelo abandono, e pelo desamparo vividos na família e no trabalho parecem mobilizar suas opiniões no sentido de refutarem a possibilidade de que seus filhos possam a vir trilhar um caminho similar. Não há uma rejeição explícita em relação a outras profissões, pois reconhecem a necessidade do trabalho de todos os membros para o sustento da família, a rejeição veemente esteve sempre centrada no trabalho doméstico.

Carla fez de tudo para que as filhas não seguissem sua profissão:

Eu nunca deixei minhas meninas trabalharem de doméstica. Não, eu nunca quis, nunca deixei. A única que quis já foi depois de casada e foi por vontade dela, e pela vontade do marido, também, ela nunca tinha trabalhado, porque o marido dela também foi vítima de maus tratos na casa dos outros. É uma coisa assim de dentro de mim, eu não quis de jeito nenhum e eu trabalhei muito pra isso, porque tem muita gente cruel; a gente vê muita coisa, a gente passa muita coisa, a gente apanha dos filhos do patrão, tudo acontece e não se pode dizer nada. (CARLA)

O fato é que, em sua trajetória de vida, em seu cotidiano, as mulheres vão desenvolvendo diferentes estratégias para se proteger da opressão, para encontrar motivos para lutar. Seja na transgressão e nos pequenos delitos, na tentativa de escolarização, na negação dessa condição para os filhos, na sindicalização e na luta pelo reconhecimento de direitos, a condição humana dessas mulheres pulsa e tem a força de uma vida que deseja respeito, reconhecimento e liberdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é a expressão de suas condições de existência e é por meio do trabalho que elas se constroem. Nessa construção, o trabalho pode ser meio de criação ou alienação, opressão ou emancipação. Independente do que seja, o trabalho é meio de sobrevivência, mas não só de sobrevivência, por meio dele as pessoas definem sua identidade social. No caso do trabalho doméstico, conclui-se que historicamente este tem sido fonte de alienação e opressão:

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. É pouco partilhado entre homens e mulheres. Caracterizam-no vários traços: invisível, fluído, elástico. É um trabalho físico, que desgasta o corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado, a respeito das transformações contemporâneas. (PERROT, 2007a, p. 126)

Sendo destinado, historicamente à pessoa mulher o trabalho doméstico traz as marcas das relações assimétricas de gênero e de classe, expressas na inferiorização dessas atividades. Assim, desde que foi instituído como trabalho remunerado, o trabalho doméstico reveste-se de uma nebulosidade sob a qual tem se escondido situações extremamente perversas, pois reproduz dentro de nossas casas as desigualdades e antagonismos de uma sociedade de classes. A discriminação da categoria é histórica e se expressa na ausência de proteção da lei e na lentidão com que os nossos legisladores tratam do assunto e deixa claro um tripé discriminatório: discriminação de pobreza, de gênero e de raça. (ÁVILA, 2008; BRITES, 2008; NEVES 2008).

Somos, ainda silenciosos e míopes para a reprodução de classe que se desenrola dentro de nossas próprias casas, quando, na maioria dos lares abastados brasileiros, a divisão do trabalho doméstico não discutida nem sexualmente, nem geracionalmente, naturalizando o trabalho mal remunerado e mal reconhecido de outra mulher, de uma classe social subalterna. (BRITES, 2008, p. 97)

A história mostra que o conceito de inferioridade racial forjado pela colonização e a tradição patriarcal, até hoje, mantém de pé a desvalorização do trabalho da mulher, principalmente o da mulher negra. (ÁVILA, 2008; MELO1998, DEMO 2005). Dentre as dez mulheres entrevistadas haviam cinco negras e cinco pardas, nenhuma branca.

No decorrer da pesquisa de campo, partilhei da história de vida de mulheres que viveram esta realidade de exploração e opressão desde a mais tenra idade. Mulheres que não assumiram a condição de vítima, mas cada uma de acordo com suas vivências e estrutura emocional reagiram àquela realidade à sua maneira. Algumas enfrentaram com valentia, resistiram, lutaram e continuam lutando. Outras, fragilizadas pela situação de desamparo e vulnerabilidade se deixaram “domesticar” e acabaram interiorizando a condição de subalternidade como natural.

Na escola, assim como no trabalho, essas mulheres têm seus direitos negados. A escola nos moldes do projeto de educação das sociedades capitalistas não foi pensada para domésticas. Repetência e evasão são situações frequentes em seus repertórios escolares. Na infância elas sonharam com a escola, desejaram ir à escola, mas a maioria não conseguiu lá permanecer. Como é comum na ideologia pregada pelo capitalismo, elas enxergaram na educação escolar a tábua de salvação contra a pobreza, mas foi exatamente a pobreza que lhes roubou seu meio de salvação, a mesma pobreza que lhes roubou a infância.

Não desejo aqui assumir uma postura maniqueísta, não considero que exista um comitê do mal a organizar o capitalismo com intenção premeditada de maltratar e ferir os inocentes e indefesos. Não considero o capital como uma força autônoma, destinada e determinada a fazer o mal, mas como resultado das relações que os homens e mulheres estabelecem entre si. O capitalismo e todas as suas mazelas são produzidas e reproduzidas diariamente, por cada membro da sociedade. Assim, ele está no cerne das contradições, conflitos e muitas vezes na mediocridade da natureza humana. “Não é da benevolência, do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que obtemos nosso jantar, mas da consideração que cada um deles tem pelo seu próprio interesse”. (SMITH, 1996, p. 74) O mais forte certamente se aproveitará do mais fraco, foi assim em todos os modos de produção, é assim no capitalismo, é assim no trabalho doméstico. Muitos dos empregadores que recebem as meninas de suas famílias e as trazem para dentro de sua casa para servi-los realmente acreditam estar praticando um ato de generosidade. São famílias, em sua maioria, de classe média baixa que por não ter condições de pagar uma empregada adulta com registro em carteira e os encargos sociais correspondentes se valem do trabalho de menores de idade. (RIZZINE; FONSECA, 2002). Pertencentes a um sistema econômico que mercantiliza as relações e as coisas, a força humana de trabalho de crianças e jovens é também transformada em

mercadoria, mas em mercadoria de menor valor, justificada pela aparente inabilidade, própria de seres em formação. A relação de exploração contém características que mescla apadrinhamento, favores e ajudas (NEVES, 2008). Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A ordem social injusta é a fonte geradora desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, 1987, p. 31). Mesmo assim, as famílias acreditam praticar um ato benevolente dando casa e comida em troca do trabalho dessas meninas:

Ninguém deseja voluntariamente ser perverso ou cruel, com exceção de alguns sádicos assumidos. O mal que causamos acontece geralmente pela falta de consciência do que fazemos e pela nossa ausência de visão com relação às estrondosas consequências que podem ser geradas com base em nossas atitudes. Somos inconscientes do mal que praticamos, e que, aliás, na maioria das vezes é feito em nome do bem, ou do que achamos que ele é. (ALVES, 2010, p. 21)

A notícia boa é a recente diminuição no trabalho doméstico infanto-juvenil constada pelo IBGE e divulgada pela imprensa. Segundo Rizzini e Fonseca (2002) a grande publicidade dada a campanhas a favor dos direitos da criança assim como a proliferação das restrições legais, têm levado elementos do ideário moderno da promoção dos direitos humanos para dentro da intimidade das famílias, contribuindo para uma mudança de atitude, tanto na família das meninas, quanto na relutância crescente das famílias empregadoras em receber crianças e jovens pobres para trabalhar em suas casas. Saffioti, (1999, p. 03) nos lembra que:

A compreensão dos direitos humanos impõe que cada um respeite os demais. Amar o outro não constitui uma obrigação, mesmo porque o amor não nasce da imposição. Respeitar o outro, sim, constitui um dever do cidadão, seja este outro mulher, negro, pobre.

Na trajetória da pesquisa ouvimos histórias que se repetiam na voz de diferentes sujeitos, os maus tratos, a extenuante jornada de trabalho, violência doméstica, o abandono da escola, e por fim a gravidez indesejada e em consequência, a continuação do trabalho doméstico na idade adulta, como única alternativa para garantir o sustento do filho não programado. “Alimentadas de restos e alojadas em quartos sórdidos e mal aquecidos [...]. Inexperientes, são presas fáceis, na casa ou no exterior, muitas vezes seduzidas pelos filhos da família ou por um bem falante [...] que as emprenham” (PERROT, 2007a, p. 129).

Também na voz de diferentes sujeitos, embora em uma escala menor, relatos sobre o amparo encontrado em algum momento da vida. Depois de passar por várias casas e por muito sofrimento, algumas das mulheres entrevistadas (Júlia, Fernanda, Bruna e Ana) encontraram empregadores que as respeitam enquanto seres humanos e verdadeiramente dispostos a ajudá-las a escolarizar-se, o que converge para a análise de Rizzine e Fonseca (2002, p. 12) quando falam da importância de se evitar posições unilaterais:

Não queremos sugerir que o trabalho doméstico propicie uma educação igual em sofisticação à escolar; no entanto, seria igualmente absurdo negar a possibilidade dessa atividade representar uma etapa positiva do desenvolvimento social e intelectual, sobretudo das adolescentes.

Sobre o trabalho doméstico adulto, apesar de todas as contradições, é fato que no capitalismo ele existe e continuará existindo, por isso é vital a luta da categoria por condições decentes de trabalho e isonomia em relação aos direitos dos demais trabalhadores.

Ademais é importante destacar mais uma vez, que por trás do estigma social da desvalorização, este apresenta uma importância primordial para o sistema econômico, pois a manutenção da força de trabalho demanda a sua necessária reprodução. Sendo assim, para manter-se vivo e vender sua força de trabalho são indispensáveis ao trabalhador os meios de subsistência para sua reprodução e de sua família (vestuário, alimentação). Dentre as esferas instituídas no sistema capitalista para reprodução social é na esfera doméstica onde ocorre a reprodução social, física e mental de homens e mulheres para o capital. A empregada doméstica é elemento central nesse cenário, pois sem ela as condições de reprodução estariam bastante comprometidas ou talvez até inviabilizadas. (NEVES, 2008; MELO, 1998; ANTUNES, 2002)

Para concluir, lembramos que o trabalho deve ser condição de liberdade e não de opressão o que nos remete a Freire (1987, p. 35) quando este nos diz que “A libertação, [...] é um parto. E um parto doloroso [...] a superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se”. Nesse sentido, a organização das trabalhadoras domésticas é passo fundamental para a conquista do reconhecimento dos seus direitos e valorização social do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Liane. Todo mundo quer ser bom. In **Revista Vida Simples**. Edição 91, abril de 2010.

ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Raio – X do trabalho infantil doméstico**. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/tid/cnteudo/apr/index.asp?>> Acesso em: 10/07/2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ÁVILA, Maria Betânia. Algumas questões teóricas e políticas sobre o emprego doméstico. In **Reflexões feministas sobre a informalidade e trabalho doméstico**. SOS corpo, Recife: 2008.

_____. Notas sobre o trabalho doméstico. In LIMA, Maria Edinalva Bezerra et al (orgs). **Transformando a relação trabalho e Cidadania**. São Paulo, CUT Brasil, 2007.

AZEVEDO, Maria Amélia. GUERRA, Viviane. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997.

BACHELALARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBIERI, Teresita. **Sobre a categoria de gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, 1992.

BARROS, Ricardo Paes. MENDONÇA, Rosane. DELIBERALLI, Priscila. BAHIA, Mônica. O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil. In **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: OIT, 2006.

BENJAMIN, César.et. al. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal,1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Brasília: Senado Federal, 1990.

Brites, Jurema. Trabalho doméstico: políticas da vida privada. In **Reflexões feministas sobre a informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS corpo, 2008.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Maria Cristina. ROSEMBERG, Fulvia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUARQUE, Cristóvão. **O que é apartação**: o apartheid social no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1999. (Coleção primeiros passos).

CALIL, Léa Elisa Silingowchi. **História do direito do trabalho da mulher**. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br>> Acesso em: 10/Dez/2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CECCON, Claudius. OLIVEIRA, Miguel Darcy de. OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. São Paulo: Zahar, s/d.

CHAVES, Fátima Machado. **Trabalho e saúde de mulheres negras em escolas públicas**. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br>> Acesso em: 10/Jul/2004.

CHIAVENATO, Julio José. **Ética globalizada e sociedade do consumo**. São Paulo, Moderna, 1998. (Coleção Polêmica).

CIPOLA, Ari. **O trabalho infantil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

DEMO, Pedro. **Dureza**: pobreza política de mulheres pobres. Campinas –SP: autores associados, 2005.

DOMÉSTICAS, o filme. Direção Fernando Meirelles, Nando Olival e Renata Melo. Produção de Andrea Barata Ribeiro e Ana Soares, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FISCHER, Izaura Rufino. **A trabalhadora rural: conscientização na empresa agrícola moderna.** Dissertação (Administração Rural e Comunicação Rural) Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1997.

FISCHER, Izaura Rufino. MARQUES, Fernanda. Gênero e exclusão social. In **Trabalhos para discussão**. Fundação Joaquim Nabuco, nº113, agosto de 2001.

FONSECA, Claudia. Cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In **Revista Brasileira de Educação**. Nº 10, Jan/fev/mar, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GARDA, Cynthia. Trabalho doméstico atinge crianças. In **Jornal do Brasil**. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2002/03/18/>> Acesso em 10/Jul/2004.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. Abalando os alicerces da “casa do rei”: por uma proposta metodológica. In **Série Políticas Públicas em Debate**. São Luís: EDUFMA, 2000.

_____. **A invenção de uma rainha de espada: reatualização e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico**. São Luís: EDUFMA, 2008.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILBORN, Maria Luiza. **Dimensões culturais do trabalho infantil feminino**. Brasília: OIT, 2002.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Coleção Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher – PMSP**, nº 08 – Políticas Públicas de Igualdade de Gênero. Dezembro de 2004. p. 43-54.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

KOFES DE ALMEIDA, Maria Sueli. Entre nós mulheres, elas as patroas, elas as empregadas. In **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: 1982.

LIBERATI, Wilson Donizeti. DIAS, Fábio Muller Dutra. **Trabalho Infantil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In **Educação e Sociedade**, 20 (2), p. 101-132, julho/dezembro, 1995.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro 1, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro 1, volume II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadora. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, Brasília, nº 15, ano 1, 1998.

_____. **Trabalhadoras domésticas**: o eterno lugar feminino – uma análise dos grupos ocupacionais. Brasília: OIT, 2000.

MENEZES, Orlando Bastos. Aristóteles, machista. **Revista Sitientibus**. Feira de Santana, nº 3, Ano 5, 1986.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 1995.

MILKMAN, Ruth., REESE, Ellen. e ROTH, Benita. A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. In: **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, 4 (7): p. 143-167, 1998.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luis: Universitária, 2003.

_____. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. **Educação & Linguagem**. Ano 11, nº. 18, p. 123-135, jul.-dez. 2008.

MOURA, Esmeralda. Crianças operárias na recém industrializada São Paulo. In DEL PRIORE, Mary (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

NEVES, Denise Carmem de Andrade. **Inserção precoce de mulheres pobres no trabalho doméstico**: um estudo de trajetórias. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Lilian Haffner da Rocha. A teoria do valor em Marx e a organização do trabalho coletivo na escola: elementos para uma reflexão crítica. In PARO, Vitor Henrique (org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Creusa Maria. A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. In **Reflexões feministas sobre a informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS corpo, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETI, C. J. et al. **Trabalho, formação e currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo, Xamã, 1999.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____. **Uma história da mulheres**. Lisboa: Asa Editores, 2007(a).

_____. História das mulheres, da academia para os almoços de domingo. In **Estudos Feministas**. Florianópolis, 15 (1), 243-266, janeiro-abril, 2007 (b).

PIOTTE, J. M. **O pensamento político de Gramsci**. Porto: Afrontamento, 1975.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PNAD. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Brasília, 1998. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../pnad1998/default.shtm> Acesso em: 10/mai/2007.

PNAD. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Brasília, 2001. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../pnad2001/default.shtm> Acesso em: 10/mai/2007

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, nº 03, 1989.

RICARDO, David. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RIZZINI, Irene. Crianças e adolescentes: tendências e preocupações globais. In **Interação em Psicologia**, jan/jun, 2002.

RIZZINI, Irene. FONSECA, Claudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil**: aspectos históricos, culturais e tendências atuais. Brasília: OIT, 2002.

RODRIGUES, Alissandra Alves. CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A Violência doméstica no Distrito Federal. **Ser social**. Brasília, v. 2, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SABÓIA, Ana Lucia. **As Meninas empregadas domésticas**: Uma caracterização socioeconômica. Brasília: OIT, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher – um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.

_____. Equidade e paridade para obter igualdade. In: Revista **O social em questão**. Ano I n.1, jan-jun, 1997.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspectiva**, vol. 13, n. 4, Out./Dez. 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. & AMEIDA, S.S. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **O curriculum oculto**. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In **Educação e Sociedade**, julho/dezembro, 20 (2), p. 71-99, 1995.

SILVA, Carla Cecilia Serrão. AYRES, Hilda Dutra Junqueira. **Um olhar sobre o trabalho doméstico infanto-juvenil em São Luís – MA**. São Luís: Sindoméstico-MA, 2007.

SILVA, Darlene Sousa. Evasão e repetência escolar de estudantes da Rede Estadual de Ensino que trabalham como empregada doméstica. In **Anais da III Semana de Pedagogia**. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

SINDOMÉSTICO-MA. **20 anos do SINDOMÉSTICO no Maranhão**: a luta pela conquista da cidadania e dos direitos trabalhistas. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2010.

SINGER, Paul. **O Capitalismo**: sua evolução, sua lógica, sua dinâmica. São Paulo, Moderna, 1987.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1981.

TEIXEIRA, Anísio. A pedagogia de Dewey. In **Vida e Educação**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

VAZ, Marlene. **A menina e a casa**: a identidade coletiva da menina empregada doméstica. Salvador: impressão do autor, 1999.

VIVARTA, Veet. (Coord.) **Crianças invisíveis**: o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Roteiro para entrevista

- 1)Qual o seu nome e idade?
- 2)Quem são seus pais?
- 3)Onde eles moram?
- 4)De que eles vivem?
- 5)Como é a casa onde vocês moram?
- 6)A casa é própria? É alugada? É emprestada?
- 7)Seus pais freqüentaram a escola? Até que série?
- 8)Quantos irmãos você tem?
- 9)Com quantos anos você começou a trabalhar em casa de família?
- 10)Que tipo de trabalho você realizava nesta época?
- 11)Em quantas casas você já trabalhou?
- 12)Você trabalhava /trabalha quantas horas por dia?
- 13)Quanto você ganhava/ganha por mês
- 14)Como é/era sua rotina de trabalho? Quais são suas tarefas diárias?
- 15)Você já sofreu/sofre algum tipo de violência no trabalho?
- 16)Como é sua relação com a família para qual você trabalha?
- 17)O que você conhece sobre direitos trabalhistas?
- 18)Você é sindicalizada?
- 19)Qual a importância do sindicato na sua vida?
- 20)Você gosta do seu trabalho?
- 21)Você freqüenta ou já freqüentou a escola?
- 22)Você gosta/gostava de ir a escola? Por que?
- 23) Você tem/tinha tempo para estudar os apontamentos e fazer as tarefas da escola em casa?
- 24)Você tem/teve dificuldades de aprendizagem?
- 25)Você já abandonou a escola? Quais os motivos do abandono?
- 26)Como são ou eram suas notas?
- 27)Ficou reprovada alguma vez?
- 28)Você consegue prestar atenção nas aulas e compreender as explicações do professor?